

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**PERCEPÇÃO DE PAPÉIS DURANTE O CICLO VITAL DA
FAMÍLIA: A Perspectiva da Mulher Idosa**

TATIANA DE CARVALHO SOCORRO

RECIFE/2006

TATIANA DE CARVALHO SOCORRO

**PERCEPÇÃO DE PAPÉIS DURANTE O CICLO VITAL DA
FAMÍLIA: A Perspectiva da Mulher Idosa**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), inserida na linha de pesquisa Família e Interação Social, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof^ª Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias

TATIANA DE CARVALHO SOCORRO

**PERCEPÇÃO DE PAPÉIS DURANTE O CICLO VITAL DA FAMÍLIA:
A Perspectiva da Mulher Idosa**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia (Família e Interação Social).

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias - Universidade Católica de Pernambuco

Profª Dra. Maria de Fátima de Souza Santos - Universidade Federal de Pernambuco

Profª Dra. Zélia Maria de Melo - Universidade Católica de Pernambuco

RECIFE/2006

DEDICATÓRIA

Dedico

Este trabalho à minha família, núcleo familiar fundamental para a formação e sustentação da minha subjetividade.

AGRADECIMENTOS

Ψ Agradeço primeiramente a DEUS, que nos provê, o tempo todo, com a sua imensa luz e sabedoria;

Ψ Aos meus pais *Neilton Barreto Socorro* e *Glória Teresa de Carvalho Socorro*, pelo grande empenho em ajudar-me, quanto ao aspecto afetivo e financeiro, a realizar este trabalho;

Ψ Aos meus irmãos *Juliana de Carvalho Socorro*, *Neilton Barreto Socorro Júnior* e *Adriano de Carvalho Socorro*; bem como aos meus avôs *Nelita Barreto Socorro (in memoriam)*, *Tereza de Carvalho Vieira* e *Nefitales de Souza Socorro*, por sempre torcerem pela minha vitória como profissional;

Ψ À congregação das Irmãs Mercedárias, do Lar Padre Zegri, representada pelas *Irmãs Manuela*, *Felisa* e *Maria Dolores*, pelo apoio, confiança e oportunidade a mim destinadas, autorizando, assim, a realização deste estudo tão gratificante bem como, por serem pessoas humanas e prestativas e, pela disponibilidade designadas a mim nos momentos de maior necessidade.

Ψ À minha orientadora *Prof.^a Dr.^a Cristina Maria de Souza Brito Dias*, que acompanhou-me, orientando-me na difícil, mas gratificante, caminhada do trabalho mental, bem como incentivou-me através de sua experiência e conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida pessoal e profissional.

Ψ Aos professores do mestrado, particularmente *Albenise Oliveira Lima*, *Maria Cristina Lopez Amazonas* e *Zélia Maria de Melo*, por apontarem os equívocos da minha pesquisa.

Ψ Às *pensionistas estudadas*, que não hesitaram em falar de sua vida, confiando, assim, em minha capacidade profissional;

Ψ À amiga *Lia*; pelas palavras de incentivo profissional que me foram dedicadas e pelos conselhos fornecidos, pois é uma pessoa detentora de uma rica experiência de vida, bem como pelos momentos de descontração;

Ψ À especial amiga *Ryssia*, pela sincera amizade, e por sempre se preocupar com minha vida pessoal e profissional;

Ψ Às amigas *Fabiana* e *Etiene*, que sempre estiveram à minha disposição nos momentos de necessidade, bem como nos períodos de descontração;

Ψ À amiga, *Laura*, que gentilmente traduziu o resumo deste trabalho para a língua inglesa, e pela amizade;

Ψ Às *pensionistas* que residem neste lar, pelo companheirismo;

Ψ À *equipe de profissionais* do Lar Padre Zegri, por serem pessoas prestativas, pela disponibilidade designadas a mim nos momentos de maior necessidade e, pelo companheirismo.

Ψ Finalmente, não poderia deixar de fazer uma menção especial a *Ari*, permitindo-me dividir com ele minhas incontáveis angústias e ansiedades.

“A história das mulheres é relacional, inclui tudo que envolve o ser humano, suas aspirações e realizações, seus parceiros e contemporâneos, suas construções e derrotas.”

(Del Priore - História das mulheres no Brasil)

RESUMO

Sabe-se que é crescente a quantidade de pessoas idosas, na sociedade atual e, especialmente, de mulheres idosas, dado que a expectativa de vida é mais alta no sexo feminino. Participaram deste estudo 08 mulheres idosas, na faixa etária entre 74 e 93 anos, de padrão sócio-econômico médio ou alto, que residem em um lar para essa população, situado na cidade de Recife. Objetivou-se investigar os papéis que a mulher idosa vivenciou ao longo do ciclo vital da família. Realizaram-se entrevistas individuais, que foram gravadas e transcritas, sendo as respostas categorizadas por temas afins e, em seguida, construíram-se categorias de análise, baseando-se na Análise Temática. Os dados apontam que as idosas moldaram-se aos padrões estabelecidos pela sociedade do século XX, já que eram responsáveis pelos afazeres domésticos, bem-estar dos filhos e do esposo; abandonavam a vida profissional quando se casavam ou chegavam os filhos; adotavam um comportamento de subordinação, e seus maridos assumiam o papel de provedores, enfim, seguiam o modelo da família tradicional. Porém, duas idosas infringiram esses comportamentos ditados pela conjuntura social da época, o que mostra o estabelecimento de diferenças e indica os primórdios da evolução social da mulher. As participantes percebem que os idosos antigamente eram valorizados pela família e respeitados pela sociedade, apesar da escassez de leis que os protegessem. Hoje, elas afirmam que o tratamento dispensado pelo meio social e familiar permanece igual; também, perceberam seu relacionamento familiar como satisfatório. Salienta-se que todas as idosas assumiram os papéis de mãe, avó e, algumas, o de bisavó. Constata-se a importância dessas idosas na família, através desses papéis exercidos durante o Ciclo Vital, seja como cuidadoras e educadoras, seja como suporte afetivo e financeiro. Espera-se que este estudo contribua para o incremento de pesquisas acerca dos papéis vivenciados pela mulher, colabore com a bibliografia atual sobre o tema e proporcione uma reflexão sobre a velhice com o intuito de subsidiar projetos de melhoria da qualidade de vida para a mulher idosa.

Palavras-chave: mulher idosa, ciclo vital da família, papéis familiares.

ABSTRACT

It is known that the number of old people is growing nowadays and, especially, that of old women due to the fact that life expectancy is higher among females. The 08 women that took part in this study are between 74 and 93 years old, belong to middle and upper class and live in a residential home for the elderly, placed in the Brazilian city of Recife. The aim of this work is to investigate the roles played by these women in the family life cycle. It has been possible thanks to the individual interviews that were recorded and transcribed in order to classify them according to the subjects first and then according to the categories of analysis, based on the Thematic Analysis. Collected data point out that these old women adjusted themselves to the standards of the twentieth century society. They were responsible for the housework and well-being of their children and husbands and gave up professional life when got married or had children. They adopted a subordinated behaviour and their husbands played the role of suppliers, that is, they followed the traditional family model. Nevertheless, two old women did not achieve the standards dictated by the social circumstances of that time. This fact points out the first steps forward the social evolution of women. The eight participants think that in the past old people were appreciated by their families and respected by society, despite the few laws existing to protect them. Today, they say the treatment given to them by social and family circles has not changed. However, they consider their family relationships to be satisfactory. It is important to say that the whole group of old women participating on this work played the roles of mother and grandmother and, some of them, great-grandmother. It must be highlighted the importance of these women in their families through the roles played during the life cycle, taking care and educating their relatives or giving affective and financial support. This work is expected to contribute to the increase of researches about the roles played by women during their lives and to contribute to the current bibliography about this subject. Finally, it is expected that this work make people reflect on old age so as to subsidize projects to improve the quality of life of old women.

Key-words: old woman, family life cycle, families roles.

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1: As oito idades do ser humano.....	17
QUADRO 2: Caracterização das participantes.....	47
QUADRO 3: Caracterização das participantes.....	48
QUADRO 4: Motivos das pensionistas residirem no Lar.....	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. O CICLO VITAL DA FAMÍLIA.....	14
2. A EVOLUÇÃO SOCIAL DA MULHER E DO CASAMENTO	27
3. A MULHER E SEUS PAPÉIS NA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR.....	39
4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO	46
4.1. Objetivos.....	46
4.1.1. Geral	46
4.1.2. Específicos.....	46
4.2. Metodologia.....	46
4.2.1. Participantes	46
4.2.2. Instrumentos	48
4.2.3. Procedimento de coleta de dados.....	49
4.2.4. Procedimento de análise dos dados	49
4.2.5. Contextualizando o cenário da pesquisa.....	49
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	116
ANEXO I: Dados sócio-demográficos e roteiro da entrevista.....	117
ANEXO II: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	120
ANEXO III: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	121

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, segundo Vieira (1998), houve uma mudança no quadro populacional, caracterizando-se pelo notável aumento da população idosa em todo o mundo. Nesse sentido, o IBGE (2000) projetou um aumento da população brasileira acima de 60 anos; esse aumento será de ordem de quinze vezes, entre 1950 e 2025, enquanto que o da população mundial será de cinco vezes, e colocará o Brasil, em 2025, como a sexta população de idosos do mundo. A urbanização das cidades e o processo de industrialização também foi um fator preponderante para o aumento da expectativa de vida, pois estão associados a melhorias nutricionais, de higiene pessoal, de condições sanitárias e ambientais (VERAS; RAMOS; KALACHE, 1987; VIEIRA, 1998).

Em decorrência desse crescimento, houve um avanço da ciência em relação à velhice, contribuindo e muito para a melhoria da qualidade de vida e, desse modo, proporcionando que mais pessoas adentrem nessa fase. Além disso, observa-se que segmentos da sociedade, aos poucos, vêm direcionando sua atenção para essa nova demanda. A mídia passa a utilizar o idoso como parte atuante no seu “merchandising”; o turismo descobre uma população com recursos econômicos, tempo disponível e que almeja diversão. As telenovelas começam a mostrar núcleos familiares com modelos de idosos centrados, equilibrados e participativos na dinâmica familiar, profissional e pessoal. Os clubes, bingos, salões de baile direcionam-se para essa faixa etária. O ensino superior abre suas portas, criando as universidades abertas para a terceira idade. Profissionais, como psicólogos, geriatras, enfermeiros, nutricionistas, fisioterapeutas e professores de educação física oferecem conhecimentos para atender a essa faixa etária. E, cada vez mais, encontram-se bibliografias especializadas, revistas e jornais dando destaque e espaço para matérias referentes a essa população (VIEIRA, 1998).

Diante dessa explicação, constata-se a importância de trabalhar com esses indivíduos. Além disso, observa-se que grupos, pesquisadores e instituições vêm realizando estudos relacionados à velhice. No entanto, esse movimento ainda é principiante, necessitando-se de um incremento desses estudos, a fim de que eles possam subsidiar políticas públicas que atendam à demanda dos idosos, possibilitando sua inserção e uma nova postura social frente às suas necessidades.

No âmbito familiar, o estudo da velhice na família é muito recente, não havendo teorias sociais que expliquem os novos fenômenos nas relações familiares, existindo somente descrições do que acontece. Assim, percebe-se a necessidade da realização de pesquisas acerca dessas relações (MORAGAS, 1997). Particularmente em relação à mulher idosa, é relevante mencionar que sua longevidade é mais elevada, o que demanda maiores estudos que possibilitem o aprimoramento de sua qualidade de vida.

Nesse sentido, procuraremos focalizar, nesta dissertação, as repercussões sociais, psicológicas, afetivas e emocionais sentidas pelas idosas, ao longo de sua história, e como elas procuraram se adaptar às exigências de uma sociedade que, cada vez mais, tende a valorizar a produtividade e a juventude. Além disso, pretendemos investigar a evolução dos papéis vivenciados pelas idosas, no ciclo vital da família, na perspectiva da própria idosa, já que, em relação a esses papéis, o número de pesquisas existentes é escasso.

Para levarmos a termo os objetivos da presente pesquisa, a estratégia que utilizamos consiste em dividir estruturalmente o “corpo” deste trabalho da seguinte maneira: ilustramos o enquadramento teórico dos aspectos conceituais pertinentes ao nosso estudo, através da revisão da literatura, das investigações e dos conhecimentos mais relevantes.

Dessa forma, no *primeiro capítulo*, abordamos inicialmente algumas idéias sobre a família; em seguida, comentamos acerca do Ciclo Vital do ponto de vista de Erikson (1950), que foi o primeiro psicanalista a fornecer um enfoque teórico a respeito dessa temática. No

entanto, focalizamos esse ciclo na perspectiva de Cervený e Berthoud (1997), conceituando-o e discorrendo sobre suas quatro etapas.

No *segundo capítulo*, tratamos da evolução social da mulher e do casamento, a partir do delineamento das transformações que ocorreram ao longo do século XX, bem como abordamos a inserção da figura feminina no contexto social e familiar. Apresentamos, no *terceiro capítulo*, os papéis da mulher na configuração familiar, entre eles os de filha, esposa, mãe, avó e bisavó. Especificamente assinalamos as exigências de cada um desses papéis, sendo que eles estão relacionados ao momento em que nossas participantes assumiram-nos.

No *quarto capítulo*, explanamos acerca dos objetivos deste estudo e da metodologia adotada para a consecução do mesmo. No *quinto*, apresentamos os resultados obtidos por intermédio das entrevistas e realizamos a discussão das dimensões focalizadas.

No *sexto capítulo*, apresentamos as considerações finais referentes a este estudo. Desse modo, delineamos nossas reflexões, assinalamos as dificuldades e as limitações inerentes a este trabalho, bem como suas possíveis contribuições. Por fim, terminamos esta produção científica com as pretensões alcançadas, relativas às questões de investigação inicialmente apresentadas.

1. O CICLO VITAL DA FAMÍLIA

A família é um sistema de relações que opera de acordo com certos princípios básicos e que evolui no seu desenvolvimento, de um modo particular e complexo, determinado por inúmeros fatores. Além disso, essa entidade é dinâmica e está em constante processo de mudança, fazendo-se necessário compreender o indivíduo, como, por exemplo, a idosa, e a família simultaneamente (CERVENY, 2002).

Já González, Andrade e Veia (2001) apontam que a família constitui o lócus privilegiado da sociedade para o desenvolvimento de seus membros e um fenômeno universal. Para o idoso representa, ademais, a possibilidade de permanência em um grupo, na ausência de outros que já tenham desaparecido. constitui

Atualmente, vislumbram-se no seio familiar inúmeras mudanças. Em nível quantitativo, essas transformações referem-se ao número de membros. Por exemplo, observa-se a diminuição das taxas de nascimentos, ao passo que aumenta, conforme visto anteriormente, o número de idosos no Brasil; já em nível qualitativo, ocorrem alterações no relacionamento familiar (pais-filho) e no contexto cultural (interação entre gerações).

Nesse contexto, é imprescindível definir o Ciclo Vital Familiar, já que ele permeia toda essa explanação. Assim sendo, esse ciclo é um conjunto de etapas evolutivas referentes ao desenvolvimento da vida familiar, ou seja, fases que a família vivencia enquanto sistema, movendo-se através do tempo. Em seu transcorrer, os afetos, as percepções dos papéis e as funções da cada um; a dinâmica das relações e o investimento emocional também estão em constante mudança e reorganização, fazendo com que, em cada etapa, o significado que o sistema adquire na vida particular de cada indivíduo seja diferenciado. Assim, a subjetividade

individual é construída a partir da subjetividade do sistema, da mesma forma que esta é construída pelas subjetividades individuais (CERVENY, 2002).

Com relação à geração anterior, Carter e McGoldrick (1995) mencionam que as mudanças nos padrões desse ciclo aumentaram dramaticamente, em especial por causa do índice de natalidade menor, da expectativa de vida mais longa, da mudança do papel feminino e do crescente índice de divórcios e recasamentos. Enquanto antigamente a criação dos filhos ocupava os adultos por todo o seu período de vida ativa, ela agora ocupa menos da metade do período da vida adulta que antecede a terceira idade. O significado da família está mudando de forma drástica, uma vez que ela não está mais organizada primariamente em torno dessa atividade.

Nesse sentido, essas autoras afirmam que a mudança do papel feminino nas famílias é relevante nos padrões de ciclo de vida familiar em modificação. As mulheres sempre foram centrais no funcionamento da família. Suas identidades eram determinadas, primariamente, por suas funções familiares como mãe e esposa. Suas fases de ciclo de vida estavam ligadas quase que, exclusivamente, aos seus estágios nas atividades de criação dos filhos. Entretanto, hoje, os objetivos de carreira e família entram em conflito e apresentam um grande dilema para as mulheres.

Sabe-se que devido à maior expectativa de vida da mulher, em comparação com o homem, torna-se necessário realizar estudos voltados a essa população, sobretudo porque o desenvolvimento feminino sempre teve como parâmetro o masculino. Nesse âmbito, devido à sua importância, vêm surgindo questionamentos acerca do papel da idosa perante os laços familiares, em que aquela que, anteriormente era a mãe, passa a ser a avó, criando o vínculo avó-netos e até com bisnetos, havendo, assim, outras possibilidades dentro do contexto de vivência. Em virtude disso, pode-se vislumbrar um sentimento de angústia sentido pelas idosas, devido à perda de papéis e a aquisições de outros, com suas exigências e significados.

Por outro lado, algumas podem experimentar satisfação e orgulho por terem visto a família aumentar (SILVA; DIAS, 1999; DIAS; PINTO, 2003).

Dentre as mudanças atuais do papel da idosa, Warner (1998) diz que merecem destaque as transformações ocorridas nos perfis das avós modernas. Antigamente elas se preocupavam em criar seus netos, liberando os pais para se dedicarem a outros afazeres. No entanto, atualmente, as avós modernas estão mais interessadas em melhorar sua qualidade de vida e participar de eventos que lhes tragam conhecimentos, lazer e integração social.

Além disso, acredita-se que, assim como a família na Fase Última tem características de transição, também a questão da velhice e sua representação sofre alterações ao longo do tempo (SILVA; ALVES; COELHO, 1997).

Por fim, as autoras afirmam que, atualmente, com o aumento do envelhecimento da população, percebe-se que se torna impossível adotar a omissão no trato com o idoso, à forma como o mesmo era tratado até pouco tempo atrás. Ademais, percebe-se que essa população cresce, também ganha voz, reivindica, ocupa espaços e altera as estruturas familiares.

Quanto às etapas de idade que estão inseridas no campo cronológico do indivíduo, Barros (2000) faz menção à Erik Erikson, o qual foi o primeiro psicanalista que forneceu um enfoque teórico a essas etapas numa faixa etária mais elevada. Nesse sentido, ao descrever as fases do desenvolvimento, aponta diversas etapas ou idades dentro do ciclo de vida. Para ele, as cinco primeiras etapas do curso de vida estão centradas na busca de uma identidade, que acontece como solução da crise da adolescência. Quando termina a adolescência poder-se-ia dizer que houve uma solução do conflito na busca da própria identidade, passando o indivíduo então para a fase adulta. Esta era considerada como uma etapa mais tranqüila, e nela o indivíduo iria lidar com o que deixou de ser resolvido ou foi mal administrado.

Essa autora afirma que Erikson aborda três etapas muito importantes, as quais foram nomeadas de “etapas para além da identidade”. Essas seriam ligadas à intimidade e ao

isolamento. Desse modo, cada pessoa deve ser capaz de estabelecer algum tipo de intimidade com outras pessoas, em diversos níveis; caso não o consiga, fecha-se para os contatos.

A próxima etapa seria a da geratividade. Um dos conceitos que introduz é o da pessoa que, na meia idade, vai adquirindo o senso de que ela pertence à humanidade, a uma espécie e, como tal, tem que contribuir. Para esse autor, podem ocorrer dois comportamentos: a pessoa pode se doar, envolvendo-se em projetos que auxiliem às pessoas, ou pode ocorrer estagnação, quando se isola e se recusa a produzir, tornando-se reclusa e individualista. Na etapa final da vida, o indivíduo teria a oportunidade de ser um indivíduo completo. Seria a fase da integração de todas as fases anteriores que foram vivenciadas. Essa fase abriria possibilidades da pessoa não se perder no desespero diante da avaliação de sua vida, quando percebesse que deixou passar as oportunidades, falhou, não lutou ou esqueceu seus projetos.

Apresentamos, a seguir, um quadro síntese da teoria do referido autor:

Quadro n.1 - As oito idades do ser humano, segundo Erikson (1950/2000).

IDADE	CONFLITO DO EGO	VALOR EMERGENTE
Infância inicial	Autonomia X Vergonha e dúvida	Domínio
Idade do brinquedo	Iniciativa X Culpa	Propósito
Idade escolar	Trabalho X Inferioridade	Competência
Adolescência	Identidade X Confusão de papéis	Fidelidade
Idade Adulta	Intimidade X Isolamento	Amor
Maturidade	Geratividade X Estagnação	Cuidado
Velhice	Integridade X Desespero	Sabedoria

Fonte: Uchoa, E. Cadernos de Saúde Pública, RJ, v. 19, nº 3, p. 849-853, 2003.

Cervený e Berthoud (1997) enfatizam que têm como objetivo olhar a família da perspectiva do ciclo vital. Elas descrevem várias formas sob as quais pode-se estudar a família, e que se relacionam às origens étnicas e raciais, à inserção cultural e social, por exemplo. Também propõem uma nova caracterização do ciclo vital diferente da disponível até

o momento. Essa proposta foi comprovada e analisada através de uma pesquisa desenvolvida com 1.105 famílias da classe média paulista, nos anos 1996/1997, cuja caracterização coloca a família, ao longo do seu ciclo vital, em quatro etapas, chamando a atenção para a não rigidez dessas fases:

1. Família na fase de aquisição: que engloba o nascimento da família pela união formal ou informal;
2. Família na fase adolescente: compreende o período em que os pais e os filhos estão vivendo a adolescência;
3. Família na fase madura: tem início quando os filhos atingem a idade adulta e a família passa a vivenciar o período da maturidade;
4. Família na fase última: caracteriza-se pelo envelhecimento dos pais, e por transformações na estrutura familiar.

A Fase de Aquisição, para Berthoud e Bergami (1997), é considerada como a primeira fase do Ciclo Vital da Família. Essa fase inclui a escolha do parceiro, a formação de um casal, a chegada do primeiro filho e a vida com os filhos pequenos.

Integra esse período o jovem casal que está deixando a escola e as casas paternas para ingressar no mercado de trabalho e na vida conjugal; o casal que se une pela segunda ou terceira vez, já profissionalmente estabelecido e com responsabilidade de cuidar e/ou sustentar filhos de uniões anteriores; os adolescentes 'grávidos' que realizam matrimônio e continuam a estudar e residir com os pais; os adolescentes que se casam com parceiros de meia-idade, que têm filhos quase adolescentes; e muitas outras organizações familiares, sendo que todas têm em comum o fato de estarem iniciando uma nova configuração familiar.

Em função de fatores como idade, maturidade, experiências anteriores, redes de apoio social e familiar, dentre outros, as novas famílias que se formam irão vivenciar de maneiras

bastante diferentes a Fase de Aquisição que será, de qualquer forma, permeada pelo processo de construção (BERTHOUD; BERGAMI, 1997).

Uma característica dessa fase são os objetivos comuns que unem as duas pessoas que almejam casar-se. Elas têm metas a alcançar e a união se faz necessária para essa realização. Há, também, o início da aquisição de um modelo de família próprio, com as pessoas selecionando, entre os modelos adquiridos em suas famílias de origem, aqueles que vão adotar em seu casamento.

Além disso, esse período pode se configurar como uma crise ou transição, e em cada família essa fase terá um significado particular, mas também caracteriza-se pelas mudanças profundas e irreversíveis nos níveis individual, conjugal e familiar, bem como pela aquisição material, emocional e psicológica (BERTHOUD; BERGAMI, 1997).

Nesse sentido, o casal persegue o sucesso como profissionais, pais, esposos, enfim, esforçam-se para dar conta de todas as tarefas requeridas nesse ciclo da vida. Administrar as questões emocionais e práticas de cuidados com os filhos pequenos e com a casa, somadas à preocupação financeira, requer desse casal uma intensa mobilização de recursos familiares e sociais, na tentativa de atender, em parte, a todas essas necessidades.

Por fim, vale destacar que as transições necessárias para a adaptação a essa nova fase da vida familiar exigem maturidade e demandam tempo, e é da resolução dos conflitos típicos que aqui ocorrem, que as fases futuras irão depender.

De acordo com Luisi e Cangelli Filho (1997), adotou-se o conceito Família em Fase Adolescente, a fim de redefinir essa etapa como o momento específico em que os filhos experimentam a adolescência em direção à idade adulta. Essa fase, que afeta a família, torna-a também um pouco adolescente no sentido de mudanças que estão ocorrendo.

Os pais, que se encontram na faixa dos quarenta aos cinquenta anos, passam a rever sua própria adolescência e os aspectos que podem ser resgatados de uma juventude ainda

presente diante de si. Nesse sentido, há uma preocupação muito grande com a aparência, com a juventude, com as realizações. Enquanto os adolescentes questionam os valores, as regras familiares, preocupam-se com o futuro, os seus pais estão na fase do questionamento profissional, revendo posições, fazendo reformulações e também pensando no futuro.

Esses pais estão, nesse momento, divididos entre os cuidados para com a geração mais velha (pais, sogros), que começa a requerer atenção, seja na saúde, financeiramente, seja como rede de apoio; e as tarefas e funções específicas de educar adolescentes com a suficiente flexibilidade. Além disso, os casais passam a ter internalizadas a vulnerabilidade do tempo, sendo agora necessários novos balanços conjugais e individuais (LUIZI; CANGELLI FILHO, 1997).

A família com filhos adolescentes passa por um processo emocional de transição, pois ela procura alterar alguns padrões de relacionamento. É preciso aumentar a flexibilidade das fronteiras familiares para incluir a independência e autonomia dos filhos e a fragilidade dos avós, os quais enfrentam a aposentadoria e possíveis mudanças, como a doença e a morte. Assim, essas transformações sugerem que a família entra num processo de reflexão de seus valores, de suas formas habituais de vida em grupo, de mudança de atitude e de normas.

Estão inseridos na Família, na Fase Madura, adultos jovens e casais de adultos, cuja idade estende-se dos quarenta e poucos a meados dos sessenta anos. As características dessa família envolvem mudanças como: saída de casa e o casamento dos filhos; inclusão da terceira geração e parentes por afinidades; cuidados com a geração mais velha e conseqüente mudança no relacionamento; significado e função do casamento (CARBONE; COELHO, 1997).

A saída do primeiro filho de casa caracteriza sua independência e capacidade de gerir sua própria vida. Ele não depende mais dos cuidados familiares, da mesma maneira que em outras fases da vida; está na fase adulta, assim como seus pais. Com a saída do último filho,

os pais, que até então se voltaram para os filhos, poderão de novo experienciar o arranjo de casal. Esse processo vivido pelos pais caracteriza-se pela separação ('ninho vazio') e a tentativa de reconhecimento dos filhos, agora adultos, como pares. Diante desse contexto, haverá redução estrutural da família e uma mudança de investimentos dos pais em seus filhos, gerando um novo foco sobre o casamento.

Além disso, esse casal da meia-idade apresenta preocupação com o corpo e a saúde, pois necessita preparar-se para um melhor envelhecimento e o início de uma degeneração física. O fator econômico toma uma dimensão inquietante, porque reduz a força para o trabalho, as oportunidades de ganho são menores e a preocupação com a garantia do futuro maior (CARBONE; COELHO, 1997).

O nascimento dos netos traz uma mudança de papéis para esse casal, na maturidade, mostrado pelo ditado popular "ser avó é ser mãe duas vezes", o que implica a presença da mulher como protetora e cuidadora. Vale destacar que a geração de avós terá para as gerações mais recentes o sentido vivo da origem, uma visão pura do nascedouro dos padrões. Estarão neles o início e o fechamento do ciclo vital familiar.

Portanto, essas autoras (1997) afirmam que, talvez essa fase seja a mais difícil no ciclo de vida das famílias na realidade atual, já que é o momento em que o casal tem duas ou mais gerações necessitando de apoio e atenção. Os próprios pais estão envelhecendo, tornando-se, então, responsáveis do casal, os cuidados médicos e emocionais e, às vezes, o amparo financeiro a eles. É o início das perdas na geração mais velha, da elaboração dos lutos e, conseqüentemente, da perda da segurança que essa geração, em alguns casos, proporcionava. Simultaneamente, os filhos casados estão se tornando pais e, muitas vezes, necessitando da ajuda dos próprios pais para o cuidado com os filhos.

A transição para a Fase Última é um momento de mudanças fundamentais que podem ser analisadas sob dois aspectos: ruptura e continuidade. O primeiro remete à morte, que é a

maior idéia de ruptura experimentada na fase tardia; e o segundo aspecto está relacionado à preservação e propagação da família através dos filhos e netos (SILVA, ALVES, COELHO, 1997).

Vindos de famílias em que o casamento era indissolúvel e tendo vivido sob a força dessa crença e valor, Coelho (2002) relata que os idosos, hoje, encontram-se convivendo com vários modelos de estruturação familiar e de parentalidade, na medida em que seus netos tornam-se pais e mães solteiras, e seus filhos se casam e recasam, às vezes mais de uma vez. Nesse sentido, observa-se a plasticidade e a capacidade de adaptação bastante grande desses idosos, seguindo com seus filhos e, na maioria das vezes, acatando sua opção de vida.

Diante dessas mudanças que ocorrem na estrutura familiar atual, os idosos que convivem com filhos recasados têm que lidar, ao mesmo tempo, com a manutenção de laços, para que os netos do primeiro casamento não se afastem (no caso de proibições impostas por noras), e aceitar as pessoas novas que chegam com o recasamento. Assim como convivem com netos do mesmo filho e mais de uma mãe, por exemplo, os avós assumem novos modelos, convivendo com mais de um (a) nora ou genro do (a) mesmo (a) filho (a). As avós, principalmente, buscam a harmonia com os (as) ex-esposos (as) de seus filhos, não só pela necessidade de manter proximidade com seus netos, mas também por afinidade. Dessa forma, os sogros modernos são o elo familiar de uma família pouco estável.

Como pais de filhos adultos maduros, Coelho (2002) observou que os idosos se vêm em condição de auxiliar e compartilhar idéias, estabelecendo uma relação mais igualitária. Por vezes, na condição de mais velhos, talvez se considerem mais sábios, assim como disponibilizam seu tempo para a escuta, aconselhando também. Ao sentirem-se companheiros e identificados com os filhos maduros, os idosos são levados a fazer parcerias, ajudando e tentando somar forças para que os filhos cumpram seu papel.

No que concerne a essa relação, verifica-se que, na sociedade atual, devido à distância entre as cidades de maior porte e à necessidade das pessoas trabalharem, o contato pessoal e a intimidade vão sendo negligenciados. E, na medida em que o filho se envolve nas tarefas da idade madura e tem sua própria família constituída com genros/noras e netos, é esperado que passe seu tempo voltado para as gerações contemporâneas e seus descendentes. Além disso, seus filhos, muitas vezes, priorizam a carreira em detrimento da intensidade de contato familiar; assim, o idoso nota a diferença do modelo vivido entre ele e o filho, sentindo-se abandonado, muitas vezes.

Coelho (2002) aponta que cabe a ele a adaptação ao modelo do filho, buscando justificativas racionais para o distanciamento que sente. No entanto, o idoso pode permanecer na rede familiar, mantendo contato telefônico, pois não precisa deslocar-se. Embora esse tipo de contato não substitua o contato pessoa a pessoa, esse tipo de relação tem sido uma das formas mais usadas pela família moderna. Outra forma de encontro na família, em fase última, é reunindo-se por ocasiões das comemorações.

Além disso, essa estudiosa constatou que, nessa fase, a família atua indiretamente, porque a velhice é um caminho individual de ir rompendo as amarras com a vida e também de permissão para que a vida vá partindo. Fechando o ciclo da família, a pessoa idosa representa a geração viva mais velha e tem da família a visão mais ampliada, de maior alcance no tempo.

Em relação ao momento em que esses idosos estão sós, ou por separações ou por falecimento de um dos cônjuges, eles passam a residir sozinhos, com os filhos/parentes, ou em instituições para a terceira idade, tendo que, dessa forma, incorporar-se a outro ritmo de vida. No caso de passarem a residir numa instituição, os estudiosos afirmam que alguns filhos prometem sempre visitá-los. Todavia, isso muitas vezes não ocorre, devido ao movimento acelerado da vida moderna, exigindo deles muito mais empenho e dedicação para sobreviver e manter sua família (SILVA, ALVES, COELHO, 1997).

Conforme a idade avança, pela própria limitação física crescente, González, Andrade e Vea (2001) mencionam que o idoso precisa da ajuda de seus semelhantes. Assim, quando o idoso ou casal de idosos perde a autonomia, chama pela capacidade dos familiares (principalmente filhos) de lidar com uma nova e delicada situação: a do cuidar. Os pais precisam agora de cuidados, ocorrendo um movimento na dinâmica familiar, em que os filhos precisam se empenhar em olhar para a frente, cuidando de seus próprios filhos e netos, e olhar para trás, cuidando de seus pais. Essas relações familiares contribuem para o estabelecimento de um conforto emocional dessas pessoas de idade avançada.

Devido às limitações e aos desconfortos, o idoso vai se tornando mais recluso, diminuindo suas atividades, e passa a ter uma maior preocupação consigo. Preocupando-se com a saúde, ele começa seu caminho individual, uma relação pessoal com seus limites e sua forma pessoal de resistência, tentando manter-se e trazer a vida, para que a morte fique o mais distante possível (COELHO; 2002).

Nesse contexto, essa pesquisadora aponta que, ao ser cuidado, o idoso começa a ter dimensão da perda da autonomia, sente-se como alvo de preocupação e experimenta o incômodo de ter que assumir que não é capaz de cuidar de si integralmente. Vale frisar que, poucas vezes, a família encontra-se preparada para essa tarefa ou a desempenha com facilidade. A tarefa de cuidar pode ser facilitada quando o idoso permite que os “cuidadores” o auxiliem, de forma que ambos, agora em função invertida, possam dar conta dessa fase.

Com relação às perdas, têm-se as perdas dos amigos e do cônjuge; o idoso sente que vai perdendo a parceria, o contato com seus pares. Seu mundo atual vai caminhando para a extinção, e compartilhar memórias vai se tornando impossível. Quando morrem os contemporâneos, diminui o círculo de pessoas próximas e a sensação da proximidade da própria morte começa a ganhar contornos de realidade. Convivendo com perdas múltiplas,

perdendo parentes, é possível que o idoso passe grande parte de seu tempo elaborando lutos e confrontando-se com a aproximação da própria morte.

No que concerne à questão da viuvez feminina, observa-se que esse aspecto apresenta-se como uma dor que tem a dimensão de um abandono irrestrito, uma vez que está perdido o papel de esposa, ou seja, o casal foi desfeito. A identificação construída com o parceiro pode trazer um sentimento de descaracterização, uma sensação de que não é possível existir só, depois de viver tanto tempo como um casal. No entanto, para algumas mulheres, a viuvez tem um sentido de libertação, de poder fazer valer seus desejos, revendo sua identidade. Essas mulheres podem amenizar a solidão advinda da viuvez ao participarem de grupos que se formam através da igreja e das entidades assistenciais, por exemplo (COELHO, 2002).

Com o recrudescimento dos papéis, morte de companheiros, diminuição da capacidade física, e por não acompanharem o ritmo dos familiares, os idosos passam a sentir solidão e isolamento. Sentindo-se estranhos à própria vida, alguns não conseguem motivação para o cultivo de um modelo de vida novo ou a ser inventado. Todavia, essa autora afirma que, ao voltar-se para o futuro, o idoso mais ativo pode fazer planos, compreendendo a vida num nível razoável de expectativas postas no futuro. Mas, nesses projetos estão também presentes o fantasma da solidão e o medo do abandono. Outro aspecto do futuro é a preparação para a passagem. Preparando-se para partir, o idoso é capaz de acatar a morte como possibilidade inexorável no tempo futuro.

Por fim, diante desse breve panorama sobre a fase última, é importante salientar que, passando por modelos familiares múltiplos, desde a rigidez da família de origem até a variada gama de propostas da família atual, o núcleo familiar formado pelos idosos pode considerar-se “especialista” na área. É interessante notar a plasticidade desses idosos, sua capacidade de conviver com valores distintos e, muitas vezes, contrários aos seus. Nesse sentido, eles

conseguem contextualizar o novo e adaptar suas lentes para se incorporarem a essa nova visão (COELHO, 2002).

No próximo capítulo, enfocaremos a evolução social da mulher e do casamento. Enfatizaremos a mulher em três períodos: primórdios, meados e final do século XX. Procuraremos demonstrar particularmente as transformações relacionadas ao seu universo, já que esse é o foco do nosso trabalho.

2. A EVOLUÇÃO SOCIAL DA MULHER E DO CASAMENTO

O século XX, período de inúmeras e rápidas transformações, caracterizou-se como um marco na mudança do papel das mulheres na sociedade. Esse momento registrou a passagem de uma condição, na maioria das vezes, caracterizada pela reclusão e exclusão da figura feminina, resultantes de um forte vínculo com a vida privada, para uma presença mais abrangente e diversificada das mulheres em vários processos sociais, como o produtivo e o público (CARDOSO, 1999). Além disso, este período assistiu a um movimento de constantes alterações em valores, práticas e papéis que as pessoas desempenharam em diversas sociedades (BIASOLI-ALVES, 2000).

2.1. Primórdios do século XX

Nessa época, havia pouca permissão para uma decisão pessoal, no que concerne ao casamento e ao namoro. Era a família quem detinha o poder, quem “arranjava” os casamentos, ou eram as famílias que se juntavam e combinavam o que para elas era considerado o melhor, ou seja, essa instituição definia com quem, como e quando as moças e os rapazes deveriam se casar. Nos poucos casos em que as regras foram infringidas e os jovens se opunham à vontade dos pais, havia ruptura das relações e o casal era excluído do círculo de convívio familiar (BIASOLI-ALVES, 2000).

Essa autora aponta que, nas décadas de 30 e 40, a ingerência era a regra. As moças conheciam seus futuros maridos através dos pais e acatavam sua opinião, aceitando uniões que satisfaziam os critérios colocados pelos mais velhos, que definiam o que seria um “bom casamento”. Assim, a mulher era escolhida e comandada. Ela não precisava estudar, porque

não se queria que ocorressem mudanças e nem ter trabalho para convencer a filha do que é melhor para ela, ou de qual era o seu dever frente aos pais que a criaram com tanto zelo.

Essa nova família impôs, de acordo com a autora, uma supervisão constante sobre a figura feminina, a qual era considerada frágil, delicada, assexuada. Seu *status* inferior era disfarçado sob a capa de um “respeito” requintado, ou seja, não se devia discutir assuntos sérios, ou relacionados a sexo, nem se fazer uso de determinados termos ou de injúrias na frente de mulheres (BIASOLI-ALVES, 2000).

Dessa forma, a concepção feminina era, sobretudo, pautada pela idéia de natureza respaldada na biologia e que atribuía à mulher um lugar de inferioridade, por ser “mais frágil” do que o homem, em decorrência de sua constituição anatômica. Assim, a contribuição feminina para a sociedade era relegada às tarefas práticas e que se relacionassem ao lar, pois, de acordo com essa visão, a mulher não possuía inteligência suficiente para entender certos assuntos e tomar decisões mais sérias (PINTO; AMAZONAS, 2006).

Seu destino natural era ser mãe, esposa e dona de casa, e faziam parte de sua essência a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar, sem possibilidade de contestação. Assim, ela deveria viver para o amor aos seus filhos, ao seu esposo e à sua casa. O matrimônio era, para ela, o lugar da felicidade, da alegria e da ternura, e seu ponto culminante era a procriação. Ser mãe e dedicar-se aos filhos era uma obrigação social, mas também esse trabalho de reprodução era considerado naturalizado (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Como consequência da importância do casamento para a mulher da época, essa autora relata que havia uma grande preocupação com a delicadeza, com as boas maneiras, com o ser “boazinha”, altruísta, não só como forma de “agarrar” e manter um marido, mas também como forma de disfarçar o firme controle que elas passaram a exercer sobre a família, controle este quase sempre indireto, na base do “jeitinho” e da diplomacia.

Assim, Diniz (1999) assinala que o primeiro arranjo matrimonial possível para a figura feminina é aquele no qual ela não mantém nenhum vínculo empregatício. O homem, nesse caso, exerce a função de provedor financeiro da família. Esse tipo de arranjo é conhecido como casamento tradicional ou normativo, porque durante algumas décadas foi o modelo idealizado socialmente. Cabe lembrar que, até bem pouco tempo, o trabalho era considerado prerrogativa dos homens, enquanto os afazeres domésticos e a criação dos filhos eram vistos como atribuições da mulher. Rocha-Coutinho (2005) afirma que esse contexto resultou, para a mulher, em uma dependência econômica de seu marido, e psicológica de seus filhos.

Em lugar de crescer no mundo da carreira ou do trabalho fora de casa, as mulheres eram encorajadas a atingir seu *status* social através das atividades dos maridos ou das realizações e feitos dos filhos. Tal postura implica o desprezo do próprio desejo frente ao desejo dos outros. Esse comportamento de subordinação estava implícito no cotidiano das mulheres como forma “natural” de organização de suas vidas diárias (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Em decorrência da “naturalização” das funções da mulher, passaram a ser demarcadas uma série de características femininas, como: dedicação, abnegação, docilidade. Limitando essas características àquelas necessárias para a dedicação às ocupações domésticas, ao cuidado do marido, à boa criação e educação dos filhos e negando a ela todas as características que se afastavam desse papel, reforçava-se o enclausuramento da mulher ao mundo doméstico.

A dedicação exclusiva às tarefas domésticas impediam ou dificultavam a participação autônoma das mulheres nos espaços públicos, levando-as a uma marginalidade social. Essa posição da mulher possibilitou o domínio do marido sobre a esposa, disfarçando-o sob a capa de proteção, ao mesmo tempo que a levava a desenvolver um tipo de controle muito sutil e especial dentro de casa. Vale salientar que essa autoridade sobre a casa, os filhos e a família

era vantajosa para o homem, pois ele passava a controlar sua mulher bem melhor do que antes. Assim, entregue aos filhos e à casa, ela não sofria nenhuma “tentação” externa.

O controle da mãe sobre os filhos dava à mulher um poder que não era visível e não lhe trazia prestígio social, e foi, durante muitos anos, um dos lugares de onde as mulheres articularam sua resistência e sua influência sobre o mundo público. Além disso, era através dessa atuação que a mulher sofria uma das mais fortes pressões – interna e externa – para se manter confinada no espaço do lar. Isso ocorria através do exercício da maternidade, pois em nome do amor materno elas se anulavam, renunciavam a si mesmas e retardavam o seu potencial de participação no mercado de trabalho e no poder público (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Assim, observa-se que o mundo era dividido de maneira dicotômica e homens e mulheres tinham, nessa separação, lugares definidos: o espaço público pertencia aos homens; e o privado, cabia às mulheres. Homens e mulheres se distinguiam, também, pelos direitos e deveres. Tudo isso, não apenas separava os sexos, mas comparava e diferenciava o que era ser homem e ser mulher, a partir de suas capacidades e papéis sociais, que, simultaneamente, expressavam relações de poder (PINTO; AMAZONAS, 2006).

2.2. Meados do século XX

O casamento, porta de entrada para a realização feminina, era tido como “o objetivo” de vida de todas as jovens solteiras. “Não casar” significava fracassar socialmente. A escolha matrimonial já não cabia mais aos pais, no entanto, a influência familiar permanecia forte e reconhecida como um cuidado que os pais deveriam ter com o futuro dos filhos. A aprovação dos pais também era considerada importante para a felicidade conjugal (BASSANEZI, 2004).

Conforme ocorreu nas décadas anteriores, essa autora aponta que, em meados do século XX, o casamento-modelo definia atribuições e direitos distintos para homens e mulheres. Dentro de casa, as tarefas domésticas eram consideradas deveres exclusivamente femininos; já os homens, deveriam ser solicitados apenas para fazer pequenos reparos.

Nesse sentido, a sociedade conjugal pressupunha uma hierarquia em que o marido era o chefe, o detentor de poder sobre a esposa e os filhos, a quem cabia as decisões supremas, a última palavra. Logo abaixo vinha a autoridade da esposa.

Para Bassanezi (2004), considerá-la a “rainha do lar”, a principal responsável pela felicidade doméstica, significava não somente atribuir-lhe um poder intransferível e significativo sobre a família, mas também reforçava o papel central da família na vida da mulher e sua dependência em relação aos laços conjugais.

A mulher casada deveria ter o marido e os filhos como centro de suas preocupações. O bem estar do marido era tomado como ponto de referência para a medida da felicidade no casamento e a felicidade dela viria como consequência de um marido satisfeito.

Com o matrimônio, a autora afirma que o homem não perdia, na prática, o direito a ter as “liberdades” terminantemente negadas às suas esposas, ou seja, as regras sociais eram menos rígidas com relação às suas aventuras eróticas extraconjugais. Argumentava-se que os homens tinham necessidades sexuais diferentes e bem maiores, se comparadas com as das mulheres, sendo a infidelidade uma característica natural masculina. A afinidade sexual era um fator menos importante no ideal de felicidade conjugal.

Nesse contexto, a sociedade impôs que a esposa ideal era o complemento do marido no cotidiano doméstico e que o bom desempenho erótico dela não fazia parte das expectativas sociais (BASSANEZI, 2004).

Nessa época, ficar solteira era o grande medo da maioria das moças. O problema não era apenas a solidão; às mulheres de família não era permitido amenizá-la com aventuras

amorosas ocasionais. Teriam de se preocupar também com seu sustento já que, sem marido, seriam um encargo para sua família e sofreriam com o estigma de não terem cumprido com o destino feminino.

Bassanezi (2004) assinala que outra preocupação que pairava sobre o universo feminino refere-se à separação. Além do aspecto afetivo, as necessidades econômicas e de reconhecimento social também pesavam a favor da manutenção do casamento a qualquer custo.

Apesar da permanência da maioria das características do casamento tradicional, observou-se, em relação à vida profissional, o início de mudanças. Nesse sentido, foi a partir da Primeira Guerra Mundial, quando muitas mulheres foram impelidas a sair de casa para trabalhar, que começou a emergir nelas o desejo de buscar um espaço para si. Por volta de 1950, já existiam muitos caminhos abertos para as mulheres, mas elas ficavam indecisas entre viver a vida de "antigamente" e seguir uma carreira (DIAS; LOPES, 2003).

Na década de 60, os movimentos feministas se fortaleceram, trazendo transformações nítidas no relacionamento entre homens e mulheres. Esses movimentos tiveram forte repercussão no Brasil. As antigas ideologias, que separavam o público do privado, dando primazia ao homem no setor público e confinando as mulheres ao setor privado, foram contestadas (ROCHA-COUTINHO, 1994). O movimento alcançou êxito nesse aspecto, pois um número cada vez maior de mulheres estava se engajando no mercado de trabalho, seguindo uma carreira e assumindo importantes posições na sociedade brasileira.

No entanto, até 1962, a mulher não podia trabalhar fora de casa sem a autorização do marido. Entretanto, as lutas pela emancipação da mulher, pela igualdade de direitos foram conquistas que se solidificaram, cada vez mais, na sociedade brasileira (QUINTAS, 2000).

Assim, observa-se que, nesse período, cresceu a participação da mulher no mercado de trabalho. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou mudanças

no *status* social das mulheres. Todavia, eram nítidos os preconceitos que cercavam seu trabalho. A idéia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social (BASSANEZI, 2004).

Aliado a isso, Biasoli-Alves (2000) menciona que houve também uma diminuição na rigidez das normas, um começo de encantamento com a inteligência, a competência, o trabalho e a independência da filha. No entanto, isso deveria ocorrer resguardando-se o valor atribuído ao casamento com a pessoa certa, à obediência a padrões de moralidade estabelecidos e mantidos através de gerações.

Assim, no geral, esperava-se que essas mulheres se dedicassem inteiramente a casa, fossem sustentadas pelo marido e confinadas no lar. Conviviam, então, muitas vezes em conflito, as visões tradicionais sobre os papéis femininos com a nova realidade que atraía as mulheres para o mercado de trabalho, a obtenção de uma maior independência e a possibilidade de satisfazer crescentes necessidades de consumo pessoal e familiar (BIASOLI-ALVES, 2000).

2.3. Últimas décadas do século XX

A família do final do século enfrentou diversas mudanças em sua configuração e estrutura, no entanto, o casamento continuou sendo um momento significativo do ciclo vital individual e familiar (HACKNER; FLECK; ZORDAN; WENDLING, 2002).

O sistema familiar se manteve mais voltado para o equilíbrio emocional de seus membros, sendo que a defesa do patrimônio não era mais sua função primeira. Além disso, esse sistema se reduziu e fechou-se em si, valorizando muito os tipos de vínculos que se formavam dentro dele, enfatizando e se originando no relacionamento conjugal, tendo como

um dos vértices mais importantes a criança, que nascia e era formada dele, e seria sua continuadora (GOMES, 1998).

Nesse período, a escolha do marido era livre, havendo um movimento de direção contrária, já que os pais deviam aceitar o que a geração mais nova determinava para si mesma. Os filhos afirmavam que eles tinham o poder e o direito de saber com quem queriam conviver, talvez, para o resto de seus dias, mas, muito provavelmente, não para sempre (BIASOLI-ALVES, 2000).

Gomes (1998) pontua que a valorização do relacionamento afetivo e sexual não estava mais tão ligado à procriação. Apesar disso, a constituição de uma família ainda era muito presente na vivência da maioria dos casais daquele momento. A grande proporção era de casais com filhos, embora a maternidade, nas últimas décadas, venha sendo postergada pela mulher, em função de uma preocupação maior com a realização profissional e por questões de ordem econômica. Os casais consideravam não só a maternidade, mas também a decisão de se casar, a independência feminina e o aspecto financeiro, ocasionando um planejamento e uma postergação maior do casamento.

No final do século, a idéia de casamento indissolúvel já não era a única forma de conceber os relacionamentos conjugais, pois eram muitos os casais que, por exemplo, decidiam viver em união não formalizada, ou mesmo os que casavam mas permaneciam morando em locais separados. Alguns fatores, como um aumento da individualidade e de uma diminuição da tolerância frente às dificuldades inerentes ao cotidiano, levariam os casais a optar pela separação. Sob esse prisma, os relacionamentos adquiriam uma nova perspectiva, sendo vividos como temporários e descartáveis (FALCKE; DIEHL; WAGNER, 2002).

Diante de todas as transformações sociais e suas repercussões nas relações familiares, o laço conjugal foi alvo de intensos questionamentos. Ao mesmo tempo em que algumas pessoas o consideravam como um relacionamento fadado ao fracasso, outras continuavam

acreditando que ele era a melhor forma de viver um relacionamento a dois. Assim, a união das pessoas, através do casamento, ainda parecia ser a alternativa mais freqüente no estabelecimento de um relacionamento conjugal estável. Era comum que, mesmo aquelas pessoas que se divorciavam, voltassem a se casar, acreditando ser possível encontrar a satisfação com um (a) novo (a) parceiro (a) (FALCKE; et cols, 2002).

Para Costa (2000), as relações conjugais atingiram sua maturidade representando, verdadeiramente, um ato de vontade, regidas pelas necessidades e anseios de prazer e realização estabelecidos livremente pelo casal. O casamento por amor se consolidou, reunindo liberdade de escolha, ternura, amizade, concepção e prazer sexual.

Féres-Carneiro (2001) sinaliza que essas relações eram constituídas em torno da construção das identidades dos cônjuges. O compromisso, nestas relações, era o de sustentar o desenvolvimento individual e a relação se manteria enquanto fosse prazerosa e útil para cada um. Todavia, quanto maior fosse a busca de autonomia individual, no âmbito do casamento, mais o casal poderia se fragilizar.

Percebe-se que essa fragilidade do casamento abalou as estruturas e as dinâmicas familiares, originando a multiplicação de casais jovens não casados legalmente, de casais monoparentais paternos ou maternos, o aumento de divórcio e a diminuição do número de filhos no casamento (FERRO-BUCHER, 1999).

Essas transformações que ocorreram com o casamento se deram em consequência do espaço que a mulher passou a reivindicar e ocupar, através do seu processo de emancipação. De parceira passiva na sociedade conjugal, a mulher passou a ter expressão na força de trabalho, participando de atividades antes reservadas ao homem (JABLONSKI, 1998).

Além disso, valores tradicionais como respeito, obediência, submissão, delicadeza no trato, pureza e capacidade de doação, que eram considerados atributos fundamentais e definidores da mulher ideal, até meados do século XX, são abandonados, permanecendo de

forma encoberta, enquanto a mulher conquistava nas últimas décadas desse século, o direito à escolarização e a exercer atividades profissionais diversificadas (BIASOLI-ALVES, 2000).

Essa autora afirma que passou a ser permitido que a mulher transitasse pelo espaço público. Depois da década de 30, quando ela nem podia sair à rua para fazer compras, a não ser que estivesse acompanhada por uma pessoa mais velha, por uma criada, ou pelo próprio marido, o direito de ir e vir foi surgindo e cada vez se tornando maior, sendo poucos os ambientes em que existia a proibição ou a não recomendação de sua presença.

Além dessas mudanças, uma outra série de transformações ocorridas ao longo do século XX – muitas decorrentes dos diferentes movimentos sociais, principalmente os feministas – começaram a alterar a antiga identidade feminina, tornando possível outras escolhas para as mulheres. Aliados às lutas políticas, os desenvolvimentos tecnológicos, como o surgimento da pílula anticoncepcional, tornaram a contracepção relativamente segura, eficaz e disponível para a maioria das mulheres no século XX, dissociando a sexualidade da procriação (ROCHA-COUTINHO, 2005).

No entanto, segundo estudo de Szapiro e Féres-Carneiro (2002), é necessário mencionar que, apesar dessas mudanças, a maternidade ainda era vista como um fator fundamental e constituinte da identidade feminina, mesmo quando a mulher desempenhava atividades profissionais ou quando não podia ter filhos.

Para Rocha-Coutinho (2003), esse momento caracterizou-se pelo fato de muitas mulheres passarem a se preocupar com a realização acadêmica e a valorizar a construção de uma carreira profissional, vislumbrando, nessa atividade, uma condição necessária ao sucesso em sua vida. Além disso, um número cada vez mais expressivo de mulheres passou a trabalhar fora de casa e a contribuir com a renda familiar, quando não garantia a subsistência das famílias. Conseqüentemente, esses novos papéis desempenhados pela mulher tinham

resultado em mudanças na estrutura e nos padrões de funcionamento familiar desse momento histórico (FLECK; WAGNER, 2003).

Essas transformações acarretaram também um contato social mais amplo e constante, ocasionando uma intensificação de questionamentos. Os efeitos da discussão dessas questões estão presentes até hoje. Isso significava haver um descontentamento com o passado, uma análise depreciativa de como as mulheres eram criadas, da sua submissão, dos limites estreitos impostos ao seu movimento dentro dos grupos sociais e das possibilidades de escolha profissional (BIASOLI-ALVES, 2000).

Acredita-se, no que diz respeito à mulher contemporânea, que uma das questões mais complexas, problemáticas e conflitantes continuava a ser a maternidade. A despeito de todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, as crenças ainda estavam muito ligadas à idéia de que a unidade mãe-filho era básica, universal e psicologicamente mais apropriada, tanto para o desenvolvimento sadio da criança quanto para a completude da mãe (ROCHA-COUTINHO, 2005).

Assim, essa autora comenta que antigos padrões de maternidade convivem, no discurso social, com as novas idéias acerca da necessidade de investimento da mulher em uma carreira profissional e acerca da igualdade de papéis entre homens e mulheres. A maternidade, entendida nesse sentido, entrava em conflito com os outros aspectos importantes da vida das mulheres, como era o caso do investimento efetivo em uma carreira profissional, o que as levou a buscar uma forma conciliatória, nem sempre plenamente alcançada, para tentarem levar a cabo estas duas “prioridades” de sua vida: a família e a carreira.

Nesse momento, Fleck e Wagner (2003) assinalam que esse é um dos aspectos mais desafiantes que as mulheres vivenciavam. Assim, as mulheres estão arcando com o maior ônus pelas mudanças nos papéis de gênero e familiares, porque elas se encontram sobrecarregadas com essa dupla jornada de trabalho, em que, além de exercerem seu trabalho

fora de casa, continuam assumindo o trabalho doméstico e a educação dos filhos (BIASOLI-ALVES, 2000; DIAS; LOPES, 2003).

Análise semelhante é feita por Freitas (2004), ao afirmar que a mulher conquistou seu espaço na vida pública, pois, consciente de sua capacidade profissional, cada vez mais é comum encontrá-la assumindo cargos de chefia e de decisão. No entanto, a multiplicidade de papéis que ela desempenha, aliada ao excesso de tempo no lar e fora dele, continua sobrecarregando-a.

Diante desse contexto, é importante salientar que o discurso social aparentemente descreve o casamento ideal como sendo aquele em que tanto o marido quanto a mulher investem em suas carreiras profissionais e compartilham a responsabilidade pela criação dos filhos e os cuidados com a casa (ROCHA-COUTINHO, 2005).

No entanto, ainda estava muito presente a identificação do homem com o papel de provedor da família e, apesar da maioria das mulheres trabalharem fora de casa, parecia que a responsabilidade nessa área ainda caberia mais a ela, como resquícios do passado. Portanto, verifica-se que algumas características presentes da história se mantiveram bastante arraigadas e atualizadas, pois se reconhecem alguns traços deles nos casamentos da contemporaneidade (GOMES, 1998).

Rocha-Coutinho (1994) aponta que as dificuldades da mulher de abrir mão, bem como de compartilhar com o esposo os afazeres domésticos e a educação dos filhos, apesar da sobrecarga de trabalho que essas atividades lhe acarretam, advém do desejo da figura feminina de conservar sua posição de poder na família, com a qual procurou manipular e tornar dependentes dela o marido e os filhos. Assim, nota-se que não é fácil romper com valores que foram internalizados ao longo de toda uma trajetória de vida.

Abordaremos no próximo capítulo os papéis assumidos pela mulher como filha, esposa, mãe, avó e bisavó.

3. A MULHER E SEUS PAPÉIS NA CONFIGURAÇÃO FAMILIAR

A família não é um fato natural. Trata-se de uma conquista cultural, inserida em uma dimensão histórica de construção, ao longo dos séculos, ou melhor, ela se constitui como uma instituição social que sofre mutações no decorrer do processo histórico-cultural (FERRO-BUCHER, 1999).

Ferro-Bucher (1999; p.86) salienta que são as regras ou normas estabelecidas pela família que nortearão a conduta de seus membros, entendendo-a como uma “uma reunião de indivíduos que a compõem em um determinado momento”.

Além disso, a estrutura e a organização familiares são produtos de processos sociais, econômicos, políticos, culturais. Assim, cada momento da história humana produz várias modalidades de família (DINIZ; COELHO, 2005).

Essa instituição também se constitui como um instrumento de sustentação fundamental para a construção do sujeito, uma vez que ela é o veículo principal de transmissão de valores, crenças, costumes e regras aos seus membros (BUCHER, 1999; 2003).

Como membro de fundamental importância da configuração familiar, tem-se a mulher. Em função desse destaque que ela exerce, é importante mencionar que os papéis sociais desempenhados por ela, nessa configuração, foram e são construídos e consolidados através da história, constituindo padrões de comportamento que se modificam de tempos em tempos, em maior ou menor escala (SOARES; CARVALHO, 2003).

Além disso, a figura feminina passou e passa por profundas mudanças durante todo o transcorrer de sua história. Em virtude disso, pretende-se discorrer sobre os papéis vivenciados pela mulher idosa no momento sócio-histórico-cultural, em que elas assumiram as funções de filha, esposa, mãe, avó e bisavó.

Ao exercer o papel de filha, a sociedade da época ditava para ela valores tradicionais como: respeito, obediência, honestidade, submissão, delicadeza no trato, pureza, capacidade de doação e habilidades manuais. Esses valores eram considerados atributos fundamentais e definidores da "boa moça" até meados do século XX (BIASOLI-ALVES, 2000). Além disso, desde criança, a menina devia ser educada para ser boa mãe e dona de casa exemplar (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Em relação à vida escolar e profissional da “filha moça” era usual que ela fosse retirada da escola e posta em casa para ajudar nas tarefas domésticas, pois essas atividades, segundo Rocha-Coutinho (1994), eram consideradas imprescindíveis ao currículo de qualquer moça que desejasse se casar. Também se decidia por interromper seus estudos ou trabalho para que ela se preparasse para o casamento. Faziam parte da sua educação: rigidez em excesso, autoridade, nível de exigência e punição, além da permanência do controle sobre a menina, por meio de estratégias emocionais, tentando fazer dela uma moça que fosse socialmente bem aceita (BIASOLI-ALVES, 2000).

Para Rocha-Coutinho (1994), o papel da esposa se iniciava quando uma mulher se unia legalmente a um homem pelo casamento. Ao assumir esse papel, a moça passava a priorizar a vida doméstica. Abandonava a vida profissional quando se casava e chegavam os filhos, evidenciando o papel do homem como provedor dentro da família. Este comportamento “de renúncia”, por parte da mulher, é valorizado, sendo seu dever se dedicar à sua família (BIASOLI-ALVES, 2000).

Esperavam-se dela competências que melhor promovessem a educação dos filhos e a própria vida doméstica, que soubesse como bem entreter sócios, chefes ou pessoas interessantes para os negócios ou a profissão do marido, e que o ajudasse de todas as formas na sua carreira, ou seja, que fosse o suporte adequado para o sucesso profissional dele. (BIASOLI-ALVES, 2000; ROCHA-COUTINHO, 1994). Enfim, ela era responsável pelo

bom andamento da casa, cuidado dos filhos e bem-estar do marido (DINIZ, 1999; BIASOLI-ALVES, 2000, PINTO; AMAZONAS, 2006; MELO; PEREIRA, 2006).

Além disso, a esposa devia ser motivo de orgulho para o marido e, para tanto, deveria se manter delicada, gentil e atenciosa, mas sóbria, austera e discreta, reservando as manifestações de carinho e afeto para a vida familiar (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Conforme ocorreu com os papéis acima relatados, o papel de mãe, bem como as atitudes maternas vêm se modificando com o decorrer da história, o que poderia levar a pensar a maternidade como um comportamento social, que se ajustava a um determinado contexto sócio-histórico (BADINTER, 1985).

Para Bassof (1991), a maternidade podia representar um momento de redefinição de papéis, pois, além de exercer o papel de filha, passava a exercer o de mãe, bem como de redefinição da relação com a sua própria mãe. Além disso, a maternidade era um fator importante na vida da mulher, uma vez que demandava responsabilidade, compromisso, amor, paciência, energia física e mental, doação, capacidade de dar afeto e demonstrar alegria (BIFANO, 2006).

A idéia da maternidade, como essência da vida, estava impregnada nas mulheres. Além disso, era através da maternidade que a mulher se realizava (DINIZ; COELHO, 2005), bem como era a maior razão de seu reconhecimento. A identidade dessa mulher-mãe, da mulher que cuidava da casa, que era intelectualmente inferior ao homem, era a que norteava o comportamento da mulher (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Segundo Ricotta (2006), a figura materna tinha o papel de formadora dos filhos, na construção de limites, no encaminhamento e na relação de autoridade existente entre pais e filhos. Ela era responsável também pela formação pessoal dos filhos, da formação do universo privado: do caráter e dos valores para a vida, calcados em sua cultura familiar.

De acordo com estudo realizado por Dias e Lopes (2003), a mãe devia dispensar ao seu filho, dedicação e atenção, cuidados físicos e emocionais; carinho que se refere ao suporte físico e emocional que ela oferecia ao filho para este se sentir amado e valorizado. Além disso, a figura materna devia ter paciência, tanto emocional quanto física, para educar seus filhos, bem como ser dotada de disciplina e práticas educativas em seu repertório de comportamentos. Para Rocha-Coutinho (1994), o destino da família e da sociedade dependia dessa função de educadora, exercida pela mulher.

No início do século XX, a figura materna restringia a própria liberdade em favor da liberdade do filho, ou seja, ela se sacrificava para se dedicar aos filhos. Além disso, nesse período surgiu uma nova responsabilidade para a figura materna: o inconsciente e os desejos do filho. Ela passou a ser a grande responsável pela felicidade desse. Em virtude de tanta responsabilidade, surgiu a culpa como forma de condenação às mulheres que não sabiam ou não podiam realizar o papel de mãe com perfeição. As mulheres que se distanciassem do modelo ideal de mãe (dedicada, preocupada e cuidadosa) poderiam ser acusadas de egoísmo, maldade e até de desequilíbrio (BADINTER, 1985).

Assim, observou-se que a família do século passado era um assunto pertencente essencialmente à esfera feminina, pois sua identidade era determinada pelos papéis de esposa e de mãe (SOMMERHALDER; NOGUEIRA, 2000). Seguindo essa determinação cultural, a mulher assumia a responsabilidade emocional pelos membros da família, melhor dizendo, ela era a fornecedora oficial dos cuidados familiares (VICENTE, 2004).

Seguindo a continuidade da vida, a mulher assume o papel de avó e, muitas vezes, de bisavó. A esse respeito Moragas (1997) afirma que, no passado, a probabilidade de se ter avós era menor, isto decorria de sua baixa expectativa de vida, além disso, quando havia avós, estes eram de idades muito avançadas e com saúde precária (MORAGAS, 1997). No entanto, esse panorama alterou-se.

Atualmente, Trigo (1998) assinala que os avós apresentam uma elevada expectativa de vida, o que se deve à melhoria das condições médico-sanitárias, de trabalho e de assistência social, resultando numa melhoria da qualidade de vida. Isso possibilita que eles prestem uma contribuição às respectivas famílias, tanto em nível financeiro como na assistência e cuidados às crianças. Nota-se, também, o surgimento de avós cada vez mais jovens, o que acarreta maior duração e intensidade nas relações (MORAGAS, 1997).

Além disso, esse autor menciona que os idosos das famílias contemporâneas não são somente avós, mas também bisavós e trisavós, e os laços geracionais, que antigamente se reduziam a três gerações, chegam a quatro e cinco. Visualiza-se, assim, a possibilidade dos netos conviverem, por muito tempo também, com seus bisavós.

Na relação entre avós e netos, Moragas (1997) afirma que a função dos avós é muito mais livre do que o de pai/mãe ou o de filho (a), porque a sociedade ainda não determinou condutas específicas para esse papel, embora continuem vigorando alguns estereótipos que associam o ser avó com o ser velha e limitada, entretanto, esses estereótipos vêm sendo quebrados ao considerar as idades dos avós atuais.

A importância do papel de avós reside na capacidade de transmissão de sabedoria e experiência de vida; na transmissão de continuidade e de longevidade familiar; no suporte afetivo, educacional e financeiro que prestam aos netos e demais membros da família (TRIGO, 1998; DIAS; SILVA, 1999).

Gorayeb (2000) assinala que os avós são relevantes na vida dos netos porque relativizam o choque de gerações entre pais e filhos, desempenham o papel de guardiões da história e de testemunhas vivas de acontecimentos dos quais só eles participaram.

Silva e Dias (1999) realizaram uma pesquisa com avós, cujo objetivo foi verificar como eles percebem e experienciam seu papel. Essas autoras constataram que: 1) o significado do papel foi referido como fonte de felicidade e ser pai/mãe duas vezes; 2) a

diferença sentida entre ser pai/mãe e ser avô/avó reside no fato de que os avós são mais pacientes e têm menos responsabilidade; 3) as atividades realizadas com os netos são visitar, telefonar e dar presentes; 5) as expectativas em relação aos netos referem-se a que eles lhes tenham respeito e os tratem com carinho; 6) a frequência com que vêem os netos varia entre diária e semanal, indicando uma proximidade grande entre as gerações; 7) a mediação dos pais, tende a ser favorável ao estabelecimento do contato entre avós e netos; 8) acerca de como são recebidos os conselhos e orientações dados pelos avós, os pais os recebem com reconhecimento de sua experiência; 9) os netos com quem mantêm mais contato são as netas mais velhas; 10) as características dos avós ideais são compreensão e ter espírito jovem.

Assim, para Walsh (1995) as avós, em sua relação com os netos, desfrutam de um vínculo especial. Em geral, os sentimentos mais calorosos e mais felizes destas pessoas são aqueles que elas nutrem por seus netos (BEAUVOIR, 1990).

Acerca da percepção pelas bisavós de seu papel, Dias e Pinto (2003) realizaram uma pesquisa em que se pode constatar que elas sentem-se importantes e orgulhosas de terem vivido tanto e chegado a ver os bisnetos. Além disso, o significado desse papel mistura-se com sentimentos positivos, como amor, prazer, gratidão a Deus, alegria, cuidado e continuidade. Comparando-se os papéis de avós e de bisavós, essas autoras observaram que os limites entre esses papéis são mais tênues e não se diferenciam, exceto pela diferença de idade. Partilhando do mesmo ponto de vista, Moragas (1997) diz que as bisavós atuais se assemelham às avós do passado.

Quanto ao relacionamento entre bisavós e bisnetos, é necessário acrescentar que existem fatores que dificultam essa relação: a distância geográfica, problemas financeiros e de relacionamento, bem como limitações por conta da idade. Apesar disso, algumas bisavós realizam atividades e se fazem presentes na vida dos bisnetos, o que é propiciado pelas segunda e terceira gerações. Essas atividades que as bisavós realizam se referem ao aspecto

expressivo/emocional de seu papel, especificamente, dar afeto, atenção, conselho, telefonar e escrever do que ao aspecto *instrumental*, que consiste em fazer coisas pelos bisnetos (DIAS; PINTO, 2003).

Prosseguiremos com nosso trabalho, abordando no capítulo seguinte, os objetivos geral e específicos e a metodologia utilizada.

4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO

4.1. OBJETIVOS

4.1.1. Geral

→ Investigar, na perspectiva da mulher idosa, os papéis vivenciados ao longo do ciclo vital da família.

4.1.2. Específicos

→ Compreender o papel representado pela idosa na família, como filha, esposa, mãe, avó e bisavó (se o for);

→ Identificar como essas idosas percebem o relacionamento dos idosos com a sociedade, bem como o dela com sua família, no transcorrer do tempo;

→ Estudar a percepção que a idosa tem das transformações ocorridas ao longo do ciclo vital da família.

4.2. METODOLOGIA

4.2.1. Participantes

Com o intuito de caracterizar a estrutura familiar das idosas entrevistadas, foram consideradas as seguintes variáveis: sexo, idade, estado civil, religião, ter filho e netos, naturalidade, e grau de escolaridade.

Foram entrevistadas oito pessoas do sexo feminino, que se encontravam na faixa etária entre 74 e 93 anos, com média de 83 anos. Dessas, seis eram viúvas, uma divorciada e uma solteira, sendo sete católicas e uma espírita. Além disso, apenas duas participantes não eram bisavós.

Quanto à naturalidade, cinco senhoras eram procedentes do interior e três da capital. Sobre seu grau de escolaridade, apenas uma concluiu o grau superior; duas tinham o ensino técnico; uma, o médio, e quatro concluíram o ensino fundamental. Todas residiam em um lar para pessoas idosas, localizado na cidade de Recife, caracterizado por ser de padrão socioeconômico médio ou alto, conforme podemos observar nos quadros abaixo.

Quadro n.2 – Caracterização das participantes.

	Idade	Nível de escolaridade	Religião	Naturalidade	Estado civil
Carolina	82 anos	Profissionalizante	Católica	Timbu	Solteira
Nina	82 anos	Superior	Católica	Recife	Divorciada
Gisele	79 anos	Fundamental	Kardecista	Palmares	Viúva
Laura	85 anos	Técnico	Católica	Recife	Viúva
Juliana	74 anos	Fundamental	Católica	Recife	Viúva
Daniela	81 anos	Médio	Católica	Barreiros	Viúva
Elisa	93 anos	Fundamental	Católica	Cajazeiras do Rulim	Viúva
Helen	86 anos	Fundamental	Católica	Itabaiana	Viúva

Fonte: Entrevistas das participantes.

Quadro n.3 – Caracterização das participantes

	Duração do casamento	Nº filhos	Nº netos	Nº bisnetos	Data de ingresso no pensionato
Carolina	-	Dois	Um	-	2005
Nina	1 ano e 8 meses	Um	Três	Dois	1996
Gisele	39 anos	Sete	Treze	Quatro	2003
Laura	48 anos	Três	Nove	Seis	1993
Juliana	26 anos	Um	Dois	Três	1995
Daniela	26 anos	Três	Quatro	-	1995
Elisa	28 anos	Quatro	Quatro	Três	1980
Helen	44 anos	Três	Quatro	Oito	2001

Fonte: Entrevistas das participantes.

Com relação à situação financeira, verificamos que a renda atual de uma senhora provém do auxílio de seu filho; a de outra idosa provém de sua aposentadoria como advogada; e das outras seis provém dos maridos, os quais eram médicos, usineiro, fazendeiro, militar e auditor fiscal. É importante mencionar que não encontramos resistência de nenhuma participante, pelo contrário, houve muito interesse em participar. Vale salientar que foram dados nomes fictícios às participantes para preservar sua identidade.

4.2.2. Instrumentos

Foi realizada uma entrevista composta de 14 perguntas, contendo as questões de interesse do estudo, bem como dos dados sócio-demográficos (ANEXO I).

4.2.3. Procedimento de coleta de dados

Inicialmente, foi solicitada a autorização para realização da pesquisa à direção do lar. Após a autorização, as participantes foram escolhidas seguindo tais critérios: ser avó, ter boa condição de saúde, e contamos com informações por parte da diretoria acerca de quais pensionistas provavelmente colaborariam com esta pesquisa.

Em seguida, as participantes escolhidas foram abordadas e esclarecidas quanto aos objetivos do estudo e, em seguida, foi pedida sua colaboração. Após seu consentimento, elas assinaram o Termo de consentimento livre e esclarecido (ANEXO II).

As idosas foram entrevistadas individualmente, em uma sala apropriada, pertencente à instituição em que residem. As entrevistas foram gravadas e transcritas e as respostas foram categorizadas por temas afins. É importante destacar que esta pesquisa foi aprovada pelos Comitês Científico e de Ética da Universidade Católica de Pernambuco (ANEXO III).

4.2.4. Procedimento de análise dos dados

As entrevistas foram analisadas baseando-se na Técnica de Análise de Conteúdo, especificamente na Análise Temática, que “consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *freqüência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209).

4.2.5. Contextualizando o cenário da pesquisa

A presente pesquisa foi realizada na Entidade Beneficente de Assistência Social, que foi fundada em 19 de julho de 1958, e é administrada por uma congregação de freiras. Esta Entidade funciona como pensionato e, busca promover a assistência à velhice, criando ou

apoiando projetos e/ou entidades de assistência na área de saúde e hospitalar e; assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Neste pensionato as senhoras ingressam por livre e espontânea vontade. Apesar disso, continuam mantendo vínculos familiares, já que têm liberdade para receber visitas, sair, fazer, por conta própria, viagens particulares, em visita a parentes ou de turismo. Observamos que das oito entrevistadas, seis possuem imóvel próprio; com relação a outras duas pensionistas, suas filhas preferiam ter suas mães residindo com elas, mas todas preferem viver nesse pensionato, por diversos motivos, conforme visualizamos a seguir:

Quadro n.4 – Motivos das pensionistas residirem no Lar (em ordem de importância).

<u>Carolina</u>	Não queria morar só	Interação com as pensionistas	Liberdade e companhia para sair			
<u>Nina</u>	Não invadir a privacidade da família	Privacidade	Contar com uma equipe de saúde.			
<u>Gisele</u>	Não queria morar só, e nem com os filhos	Privacidade	Autonomia	Liberdade para sair	Interação com as pensionistas	Segurança
<u>Laura</u>	Não incomodar os filhos	Privacidade	Autonomia	Comodidade/ conforto	Liberdade para sair	
<u>Juliana</u>	Liberdade sair	Autonomia	Comodidade	Perto de clínicas e hospitais.	Interação com as pensionistas	
<u>Daniela</u>	Ambiente religioso	Privacidade	Liberdade sair.	Autonomia		
<u>Elisa</u>	Ambiente seguro	Lugar tranquilo	Ambiente religioso	Privacidade	Comodidade	Interação com as pensionistas
<u>Helen</u>	Ambiente religioso	Local seguro	Lugar tranquilo	Para não incomodar a filha.		

Fonte: Entrevistas das participantes.

A direção da Entidade solicita que cada pensionista apresente um atestado médico, indicando que não é portadora de nenhuma dependência física e/ou mental, que a impeça de ingressar no lar. A instituição consta de uma equipe de funcionários, dentre esses: enfermeira chefe e auxiliares, nutricionista, psicóloga, médico, professora de educação física, contador, advogado, auxiliares de serviços gerais, cozinheiras.

Este pensionato tem por finalidade: proporcionar residência, fornecer alimentação e serviço de limpeza nos quartos das pensionistas, promover conforto espiritual, estimular o lazer, incentivar atividades culturais a pessoas do sexo feminino, consideradas idosas.

Para tanto, o pensionato conta com aulas de hidrogenástica e de ginástica, artesanato, bordados, cantos, encontros litúrgicos, missas, passeios (visitas a museus e exposições) e viagens, atividades assistenciais (bazar beneficente e campanhas assistenciais), desfiles de moda, comemorações festivas (Carnaval, aniversários, Páscoa, São João, Natal).

Nesse âmbito, o pensionato realiza um projeto intitulado “Terceira Idade em Ação”, o qual objetiva provocar uma sadia reação-reflexão sobre a necessidade de abandonar a vida sedentária, tornar-se mais participativa, ocupar a mente com temas pertinentes a sua idade e adquirir uma melhor qualidade de vida, segundo as suas possibilidades. Este objetivo está sendo atingido através das seguintes atividades: Dia de Lazer no Sítio Reviver / Aldeia, Baile da Saudade, Dia de Praia em Porto de Galinhas, Confraternização de Páscoa / Bingo e Rifa, Dia de Princesa e Desfile de Moda, Festa Junina, Dia dos Talentos, Mesa Redonda: *Vida plena na Terceira Idade*, Serenata na Avenida, Festa do Padroeiro em Tamandaré, Baile da Terceira Idade e Confraternização de Natal.

Por fim, é necessário informar que não é objetivo da presente pesquisa estudar o contexto desse pensionato, mas sim identificar a vivência da fase atual num ambiente que oferece uma realidade privilegiada.

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo vamos apresentar os principais dados obtidos a partir das entrevistas realizadas. Transcreveram-se todas as entrevistas, no total de oito, a partir daí construíram-se categorias de análise. Para tanto, focalizaremos essas dimensões e faremos considerações acerca das participantes.

Especificamente vamos investigar: 1) fase inicial do casamento; 2) nascimento e criação dos filhos; 3) vida profissional; 4) responsabilidade pelas decisões na família; 5) saída dos filhos de casa; 6) a Fase Última do Ciclo Vital (chegada dos netos e o cuidar deles, a viuvez, outras perdas, a vivência da fase atual); 7) o que significa ser mãe; 8) o que significa ser avó; 9) o que significa ser bisavó; 10) relacionamento do idoso com a sociedade e das participantes com a família, no transcorrer do tempo.

5.1. Fase inicial do casamento

De acordo com a Teoria do Ciclo Vital da Família, o início do casamento é denominado como a fase de aquisição, a qual inclui a escolha do parceiro, a formação de um casal, a chegada do primeiro filho e a vida com os filhos pequenos. Especificamente, essa fase é marcada pela preocupação do casal em adquirir bens e se estruturar, financeiramente, para a chegada dos filhos (BERTHOUD; BERGAMI, 1997).

Esse momento é permeado também por readaptações, surgimento de novos sentimentos e negociações. O processo de adaptação caracteriza-se pela existência de sentimentos ambivalentes e, especialmente em casais jovens, acentuam-se os sentimentos de prazer, insegurança, e desafio com a nova vida. No entanto, podemos visualizar, a partir dos

relatos abaixo, que não houve a prevalência desses dois últimos sentimentos mencionados por Berthoud (2002).

“Eu fui muito feliz no meu casamento, tive muita sorte. ... nós tivemos uma vida maravilhosa.(...) .Bem, o meu relacionamento foi o melhor possível, porque quando a gente se ama, né? se gosta, vive muito bem e não faltou nunca amor entre mim e ele, nós vivíamos muito bem. Qualquer escorrego, o outro perdoa, né? (Ri), o outro desculpa. (...). Era assim a nossa, a nossa, o nosso contrato, a nossa vida. E fui feliz. Ele foi ótimo pai, criava bem nossos filhos”. (Laura, 85 anos, viúva)

“Ah! Minha filha, no céu aberto, no verdadeiro céu. (...). Vivi desde o início no mar de rosas, no mar de rosas.” (Helen, 86 anos, viúva)

Ao analisar essas falas, constatamos a expressão de uma visão romântica a respeito do seu matrimônio, em que predominou uma vivência muito satisfatória, ou seja, foi um período considerado ótimo da vida delas, em que não foi mencionado nenhum descontentamento ou conflito. No entanto, sabemos que, ao iniciar a família, o casal passa por dificuldades como negociar a administração financeira da casa, dividir o espaço físico e emocional como demanda da conjugalidade e, especialmente, elaborar um novo padrão de relação entre os cônjuges, pois cada um do casal possui sua individualidade. Sendo assim, aspectos como os hábitos, as regras da rotina de vida e os valores simples do dia-a-dia devem ser negociados e considerados pelos parceiros.

Esse contexto, assinalado por Berthoud (2002), não foi encontrado na relação conjugal das senhoras entrevistadas em nossa pesquisa, pelo contrário, observamos que em nenhum momento elas abordaram essas dificuldades, sendo relatada apenas a existência de momentos felizes, em que contaram com a presença de seus maridos “maravilhosos”. Na realidade, elas podem ter sido felizes, o que não impede de terem vivenciado conflitos e dificuldades ao longo da vida em comum.

Diante desse panorama, vemos a expressão de uma visão idealizada dessa relação, podendo decorrer da condição da perda do cônjuge e, assim, talvez busquem ressignificar esse acontecimento. Outra hipótese seria que, naquela época, a maioria das mulheres não negociavam, não dialogavam, enfim, aceitavam o que era imposto por seus maridos, sem contestações, já que era naturalizado, confirmando a realidade da época em que elas viveram (ROCHA-COUTINHO, 1994; BASSANEZI, 2004).

As verbalizações abaixo confirmam nossa análise:

“Ótimo. Bom mesmo. Só tinha esse negócio do ciúme (por parte do marido), mas isso era besteira, isso nem era toda hora, que ele era bem esperto, viu? Bonito, medonho.” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Meu marido não era um marido, era um pai bom que eu tinha, sabe? Ele era mais velho do que eu, quinze anos, e era uma criatura maravilhosa.” (Juliana, 74 anos, viúva)

“Meu marido era bom, não posso dizer dele, me queixar disso não. Olhe, meu marido era bom.” (Elisa, 93 anos, viúva)

Ainda relacionado a esses recortes, observamos também que apesar da literatura nos mostrar que nessa fase há uma preocupação com a aquisição em geral, principalmente no aspecto financeiro, não percebemos em nossas entrevistadas essa preocupação, em momento algum. Daí inferimos que, pelo fato delas, na maioria, pertencerem a uma classe social de elevado poder aquisitivo, bem como pela função de provedor do homem, que deixava a mulher alheia a essas questões, elas não mostraram tal preocupação (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Como exceção desse grupo de senhoras viúvas, observamos que apenas uma participante expressou uma vivência negativa de seu casamento, mas que foi temporária/passageira, porque o alcoolismo de seu marido ocasionou a desestruturação de sua

família, fazendo com essa mulher assumisse essa fase de aquisição sozinha, sem o apoio e a ajuda dele.

“Foi ótima. Meu esposo foi um bom marido, mas no fim mudou tudo. Foi, foi, porque ele se envolveu muito com amigos, e você sabe que amigos, às vezes, se faz de amigo, mas não é amigo. E ele uma pessoa, tão boa, que ele confiava, entende? E aquela confiança trouxe prejuízo pra ele, entende? Beber que é uma coisa que desvia muito das pessoas, não é?” (Gisele, 79 anos, viúva)

Das senhoras que participaram de nosso estudo, constatamos que uma não atendia aos padrões vigentes, segundo os quais, as mulheres eram submissas aos seus maridos e acatavam as suas determinações. Em função de sua conduta à frente do seu tempo, ela não conseguiu se adaptar à fase inicial de seu matrimônio, pois não aceitava ser uma mulher dependente. Vale destacar uma atitude de muita coragem por parte dessa mulher, porque, mesmo grávida e fora de seu país de origem, ela decidiu abandonar seu marido. Nesse sentido, ela fez o seguinte comentário:

“A fase inicial de meu casamento foi muito boa, porque meu marido, meu ex-marido, né? (...). Meu ex-marido, ele era muito dependente dos pais e sempre me dizia que no dia que eu quisesse, porque fomos morar juntos na casa dos pais dele, ele teria condições de montar um apartamento e termos o nosso lar mesmo, não é? Porque afinal de contas eu vivia morando com meu sogro, minha sogra. Foi um bom relacionamento ... depois disso, meu sogro que era um temperamento ditatorial, mas era mesmo, não é exagero não, minha sogra vivia sufocada, sufocada. E, então, meu sogro pensava que da maneira como ele agia com a minha sogra, queria que meu marido, meu ex-marido também tivesse as mesmas rédeas comigo. Não podia, né? Primeiro porque meu pai me educou muito independente, ..., e eu não aceitava aquilo, né? Foi um dos motivos da nossa separação porque quando explodiu mesmo, que não houve jeito, meu pai então se envolveu e mandou perguntar se ele não queria vir para o Brasil, ele aí disse que não queria porque o pai tinha dito se ele viesse seria deserdado.” (Nina, 82 anos, separada)

Além dessa senhora, observamos que outra participante infringiu as normas preestabelecidas pela sociedade, a qual determinava que as moças da época deveriam manter-

se “puras” até contrair matrimônio. No entanto, motivada por seus sentimentos, ela foi de encontro a essas normas ao envolver-se com um homem comprometido, o que resultou numa gravidez. Esse acontecimento trouxe repercussões em toda a trajetória de sua vida, em função da discriminação da sociedade que abominava as mulheres que tinham essa atitude, como afirma Bassanezi (2004). Pode-se constatar essa realidade a partir do relato abaixo:

“A minha filha chegou, eu já estava com trinta e dois anos. Eu não casei com o pai de minha filha, então você sabe a juventude como é. Faz aquela besteira e acontece. Aí aconteceu. Aconteceu sem eu saber. Não sabia que estava grávida, nem ele. Quando eu soube que ele tinha uma pessoa na vida dele, que não era casada também, aí eu voltei. Isso é muito interessante que eu gosto muito de falar sobre isso. Aí, eu voltei pra ele e disse: “Faz de conta que não aconteceu nada entre nós dois”. Mas quando eu menos esperei eu estava grávida da minha filha. Aí voltei, que teria que voltar pra procurar o pai, né? Porque a menina não ia ficar sem pai Aí ele assumiu. Assumiu, assumiu muito bem assumido.” (Carolina, 82 anos, solteira)

Diante de todas essas verbalizações, podemos constatar que a maioria dessas mulheres vivenciou a fase inicial do matrimônio em meados do século XX, conforme encontramos em Bassanezi (2004). Desse modo, elas não eram mais escolhidas para casar, ou seja, seu casamento não era mais arranjado, mas elas mesmas se responsabilizaram pela escolha. Em consequência disso, elas experienciaram essa fase como um momento de muito romantismo, pois casaram-se por amor, razão porque podemos notar um avanço na evolução social da mulher.

5.2. Nascimento e criação dos filhos

O nascimento dos filhos é um acontecimento que traz visibilidade social e legitimidade à união, ou seja, essa mudança, segundo a Teoria do Ciclo Vital (CERVENY, 1997), faz com que o casal se configure como uma nova família. Berthoud (2002) acrescenta que essa experiência única é um complexo processo emocional e psicológico que envolve

muitas transformações individuais no homem e na mulher e que essa vivência está intimamente relacionada ao momento de vida de cada um dos membros do casal. Em paralelo, a vida a dois precisa ser reformulada, por meio de renegociação de papéis e funções que são construídos nesse momento da vida familiar.

Nesse sentido, acerca da participação nos cuidados com os filhos, vislumbra-se que predominou a divisão de papéis em que o homem era o provedor e o mantenedor da família, através do trabalho, e a mulher era responsável pela criação de sua prole (COELHO, 2002). Apesar disso, as entrevistadas relataram que seus maridos auxiliavam na criação dos filhos, dedicando-lhes atenção e carinho. Assim, percebemos que o homem não estava preocupado exclusivamente com o sustento financeiro e em ser apenas o referencial de autoridade no lar.

Em seguida, encontram-se recortes que apontam a prevalência dos papéis impostos pela sociedade, porém já apontando mudanças nas atitudes desses pais, no sentido de maior envolvimento no papel.

“Ele era bom pai. É, apaixonado pelos filhos (Fala com a voz baixa). E, teve um filho que morreu com um ano, minha filha. Ele acordava de noite e dizia: “Tatatai”, pra dizer papai. Ele não sabia falar ainda. Meu marido levantava, corria, embrulhava ele e botava com ele aí, ele dormia. Ele queria muito bem aos filhos. (...)” (Elisa, 93 anos, viúva)

“Ajudava. O berço era do lado dele, pra ele se acordar de noite. (...)” (Juliana, 74 anos, viúva)

Apesar do avanço, no sentido desses pais começarem a ser ocupar de seus filhos, percebemos a existência de resquícios da imagem paterna autoritária preocupada apenas com o mundo externo, do trabalho, pois a entrevistada abaixo, mostra-se admirada pelo fato do pai “ajudar”, como se essa atitude não coubesse também a ele.

“Ele era ótimo. Até banho nas meninas ele dava, me ajudava a dar. Hoje eu vejo os pais de hoje não ligam muito, não é? Mas, ele foi um pai pra não botar defeito. (...)” (Daniela, 81 anos, viúva)

Dentre nossas participantes, constatamos que uma delas que não vivia voltada para os afazeres domésticos, bem como para a criação dos filhos, conforme era esperado para a função de mãe e de esposa de meados do século passado, como afirma Bassanezi (2004). Essa mulher se diferenciava devido ao seu nível sócioeconômico, pois pertencia a uma camada social detentora de elevado poder aquisitivo. Sua condição propiciou que o casal não tivesse preocupações financeiras com o aumento do número de membros da família, bem como possibilitou que contasse com uma rede de apoio, como empregadas domésticas, que cuidavam do lar e dos filhos. Essa realidade permitiu que ela, a mulher tivesse uma vida sem desgaste, pela ausência das tarefas domésticas, bem como da criação de sua prole. Assim, sua vida foi bastante tranqüila, sem preocupações e com muita satisfação, proporcionada pelos passeios, festas e viagens. Em sua fala podemos constatar essa realidade:

“Olha, o relacionamento foi ótimo, porque nós morávamos no engenho, um casarão, ainda havia, ainda estava viva a babá que foi ama-de-leite de meu marido, ela foi morar conosco no engenho, pronto. E eu e meu marido não deixamos de sair, nem de passear, nem de fazer o que queria porque ela estava ali sempre presente. ... E sempre vivemos muito bem. (...). Morava no engenho e depois tivemos uma casa no Recife, na praia, na usina e viajava muito, passeava, conheço o mundo quase todo, ele gostava muito de passear e era ótimo pra mim, um pai maravilhoso.” (Laura, 85 anos, viúva)

Além disso, observamos que essa participante é bastante consciente acerca da realidade que vivia e também para com as mudanças que ocorrem com a família atual, em que o marido passa a partilhar com a esposa tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Contudo, concordamos com Berthoud (2002) quando ela afirma que ainda predomina o modelo de mãe-cuidadora e pai-auxiliar nos cuidados.

“Ajudava. Agora não é como é como são os meus filhos, porque meus filhos já com essa vida moderna, das mulheres todas trabalharem, e então eles são pais e mães em dias alternados, né! (Ri), (...), ajudam muito mais. Meu marido não tinha necessidade disso, porque nós morávamos no engenho. Eu nunca trabalhei fora ... Foi tudo muito bem, tinha a babá que ajudava, e, e ele não precisava fazer tanto, ele só pegava pra estragar o menino (Ri), pra fazer denço demais e pra brincar e tudo.” (Laura, 85 anos, viúva)

Em meados do século, ficar solteira era o grande medo da maioria das moças, pois além do problema da solidão, que não era permitido amenizá-lo com aventuras amorosas ocasionais; elas teriam de se preocupar também com seu sustento já que, sem marido, seriam um encargo para sua família e sofreriam com o estigma de não terem cumprido com o destino feminino (BASSANEZI, 2004).

Na época em que essas entrevistadas se casaram, as mulheres separadas e as mães solteiras eram malvistas pela sociedade, ou seja, eram discriminadas. No intuito de evitar esse sofrimento e vergonha, a figura feminina, em geral, passava a residir com seus pais e adotava uma postura de renúncia a relacionamentos afetivos como forma de adquirir respeitabilidade perante o meio social. Isso pode ser evidenciado na fala abaixo:

“Sim. Aí, veja mesmo como foi a chegada, né? Então, o médico, o médico me disse que eu estava grávida. Tomei um susto, né? Aí fui pra ele, disse pra ele que tava grávida, “Aí então, vamos assumir”, “Tá certo, eu vou assumir, mas assumir minha filha.”. Aí fiquei, mas eu não fiquei morando com ele, nem também quis mais ninguém, quero minha filha, né? (...). Então, fiquei até hoje, só vivi pra ela, também pra outra que eu adotei.” (Carolina, 82 anos, solteira)

Vemos que as questões mencionadas por Bassanezi (2004) não foram motivo de preocupações por parte dessa senhora, pois apesar de não ter casado, o pai de sua filha assumiu financeiramente ela e sua filha. Com relação ao aspecto afetivo, a solidão foi preenchida com o amor da filha e completada com a adoção de uma criança, que também foi assumida por esse pai.

Desse modo, essa senhora optou por viver em função de suas filhas e abdicou de ter outros relacionamentos. No entanto, por mais que ela desejasse contrair matrimônio, sabemos que nessa época as mulheres sofriam muito preconceito pela sociedade e, especialmente, pelos homens, que as viam como mulheres desfrutáveis e fáceis.

A citada autora assinala que outra preocupação que pairava sobre o universo feminino dizia respeito à separação, pois além do aspecto afetivo, as necessidades econômicas e de reconhecimento social também pesavam a favor da manutenção do casamento a qualquer custo. No entanto, visualizamos, a partir dos comentários a seguir, que uma participante não teve essa preocupação, pois era uma mulher independente financeiramente e teve o completo apoio de sua família de origem, o que lhe conferiu respeitabilidade perante a sociedade.

“(...) ela foi muito bem recebida por meus pais. Meu pai e minha mãe quando assim chamou meus irmãos e disse que não admitiria que eu sofresse nenhum preconceito, nenhuma rejeição, nenhum preconceito, porque voltava pra casa com a filha, né? (...) Então, meu pai me deu total apoio, não somente ele, minha mãe também, mas ele foi um pai fora de série não somente pra mim como pra minha filha (...)” (Nina, 82 anos, separada)

A esse respeito ela acrescenta ainda:

“(...). Porque mesmo eu achava que eu, você sabe que hoje é muito comum, mas naquela época há cinqüenta e tanto anos atrás era muito, uma mulher divorciada, era muito visada, havia muito preconceito, havia muita rejeição, e então eu morando na casa de meus pais aquilo era uma proteção que eu tinha, né? Eu morava com meus pais.” (Nina, 82 anos, separada)

Desse modo, observamos que para infringir os comportamentos ditados pela conjuntura social da época, e atender a seus desejos, as mulheres teriam que fazer mudanças em suas vidas, como as que foram expressas acima, para ser aceitas socialmente.

Outro aspecto relevante, diz respeito aos fatores que desestruturam a configuração familiar, como a drogadição e o alcoolismo. Coelho (2002) afirma que quando a família

vivencia uma dessas problemáticas, pode ocorrer, muitas vezes, que o marido, por exemplo, faça o papel de filho, pois não tem condições de cuidar-se. Isso se torna fator de preocupação para toda a família, pois ao não assumir a função de pai, a esposa se sobrecarrega de funções, trazendo para si algumas atribuições que seriam dele. Essa situação fez com que a participante tivesse uma vida de muito sofrimento, não por infringir as injunções da sociedade, mas pela ocorrência do alcoolismo com seu marido, que se ausentou do lar, vindo a falecer logo em seguida, como consequência dessa enfermidade. Toda a situação levou essa senhora a assumir a criação e o sustento da família sozinha.

“Já, já. Já era uma pessoa, que não tava mais sendo responsável não. ... ele foi viver a vida dele e eu fui terminar de criar meus filhos com muito sacrifício, fui o pai, fui a mãe, fui tudo, entende?” (Gisele, 79 anos, viúva)

5.3. Vida profissional

Na família tradicional de meados do século XX, Bassanezi (2004) postula que a sociedade conjugal pressupunha uma hierarquia em que o marido era o chefe, o detentor de poder sobre a esposa e os filhos, a quem cabia as decisões supremas, a última palavra. Acerca das mulheres, esperava-se delas que se dedicassem inteiramente aos afazeres domésticos, aos filhos e ao marido, que fossem sustentadas por este e confinadas no lar. Percebemos, então, que o casamento-modelo definia atribuições e direitos distintos para homens e mulheres. Quanto a essas atribuições, concordamos com Rocha-Coutinho (2005) quando ela diz que a atividade laboral era exercida fora de casa, era remunerada e executada pelos homens. A casa, ao contrário, era o lugar de refúgio da família e nela o “trabalho em horário integral”, realizado por mulheres, não era remunerado.

Assim, concordamos com Biasoli-Alves (2000), quando ela diz que ao casar, a moça passava a priorizar a vida doméstica. Abandonava a vida profissional quando se casava e

chegavam os filhos, o que evidencia o papel do homem como provedor dentro da família.

Podemos vislumbrar esse comportamento nos relatos abaixo:

“... ele não gostava nem que eu saísse de casa, pra não deixar as meninas, eu nunca sair não porque eu me aposentei antes do tempo, não é? Pra não deixar minhas filhas com ninguém”. (Daniela, 81 anos, viúva)

Podemos observar, nessa fala, o comportamento de renúncia assumido por essa mulher em prol de sua família, pois a mulher casada deveria ter o marido e os filhos como centro de suas preocupações.

Já na fala abaixo, a entrevistada decidiu abandonar seu trabalho para se preparar para o casamento.

“Não, não, não. Eu trabalhei quando era solteira. Depois que eu fiquei noiva, meu marido me tirou logo do trabalho. Antigamente os homens tinham isso, né? Mulher dele não trabalhava fora.” (Juliana, 74 anos, viúva)

Em nosso grupo de entrevistadas, no entanto, temos uma que trabalhava:

“Comecei a trabalhar muito cedo. (...). Eu era puericultora, trabalhei no Barão de Lucena como puericultora, fui, fui administradora da creche Antonieta Magalhães. (...).” (Carolina, 82 anos, solteira)

No entanto, seguindo a mesma trajetória das mulheres acima, ela parou de trabalhar quando suas filhas nasceram, pois o pai delas pediu que ela abandonasse o emprego para cuidar das mesmas, e em troca ele daria o mesmo valor que ela recebia em seu trabalho. No entanto, percebemos que ela desejava trabalhar, pois assim que suas filhas cresceram, ela retomou sua vida profissional como podemos ver em seu comentário abaixo.

“... eu continuei trabalhando autônoma, botei um berçário. Eu tinha um berçário com crianças de zero a um ano. Era a coisa mais linda do mundo.

E fiquei. Preenchi minha vida com esse berçário...” (Carolina, 82 anos, solteira)

Essa fala nos mostra também que essa mulher não queria ter uma postura passiva e dependente, pois assim que suas filhas tornaram-se adultas, ela voltou a trabalhar. Mostra, então, que as mulheres, em geral, anulavam-se, renunciavam a si mesmas e retardavam o seu potencial de participação no mercado de trabalho e no poder público (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Na época em que essas mulheres casaram-se, a sociedade estabelecia que a mulher só deveria trabalhar caso o marido não tivesse condições financeiras de prover sozinho a família; do contrário, delas era esperado que permanecessem no lar, realizando tarefas domésticas e criando os filhos, ou fazendo alguma atividade que preenchesse seu tempo. A seguir temos alguns exemplos de como era a vida dessas mulheres.

“Nunca trabalhei remunerado. Eu era professora e morei a vida toda na usina, no engenho, então eu tinha escolinha lá pra ensinar os meninos a estudar na escola.” (Laura, 85 anos, viúva).

Essa senhora, por exemplo, ocupava seu tempo alfabetizando os filhos dos funcionários nessa escolinha, que havia dentro da usina. Era dessa forma que ela se sentia útil. É importante destacar que essa senhora contava com uma rede social que lhe auxiliava tanto nas tarefas domésticas como nos cuidados com os filhos, o que lhe permitia que se ocupasse da forma que desejasse.

Já a entrevistada abaixo se ocupava com os afazeres domésticos e com os cuidados com os filhos.

“Eu nunca fiz nada, ficava dentro casa criando filho.” (Elisa, 93 anos, viúva)

Podemos ver, no relato acima, que essa senhora era dona-de-casa, e tem internalizado, até hoje, que os trabalhos domésticos não são considerados como um trabalho, isso nos mostra a desvalorização social desse tipo de trabalho, que, por sinal, é bastante desgastante.

Diante desse panorama, podemos visualizar que predominava o papel da mulher enclausurada no lar, direcionada ao cuidado da casa, do marido e dos filhos. Esse contexto resultou numa dependência econômica, de seu marido; e psicológica, de seus filhos. Como poderemos observar logo a seguir:

Há algumas décadas, o casamento era tido como “o objetivo” de vida das jovens solteiras, e considerado como a porta de entrada para a realização feminina (BASSANEZI, 2004). Podemos observar que o discurso abaixo se enquadra nesse contexto.

“Não cheguei a fazer nem o ginásio, deixei pra me casar. E, os colégios daqui mesmo, corri tudo pra fazer. Não aceitava senhoras que fossem casadas, só jovens, (...). É, ele disse: “Quer saber de uma coisa? Eu quero é seu amor, isso não influi o seu amor”. Olha, se eu terminar chorando não se incomode não, viu?” (Helen, 86 anos, viúva)

Assim, segundo esse fragmento, observamos que para a mulher, seu destino natural era ser mãe, esposa e dona de casa, e faziam parte de sua essência a maternidade, o casamento e a dedicação ao lar, sem possibilidade de contestação. O estudo não era considerado prioridade, mas sim a vida conjugal, a qual era considerada o lugar da felicidade, da alegria e da ternura, como também afirma Rocha-Coutinho (1994).

Apesar da realidade apresentada acima, nesse período cresceu a participação da mulher no mercado de trabalho. Essa tendência demandou uma maior escolaridade feminina e provocou mudanças no *status* social das mulheres. Entretanto, eram nítidos os preconceitos que cercavam seu trabalho. A idéia da incompatibilidade entre casamento e vida profissional tinha grande força no imaginário social (BASSANEZI, 2004).

Nesse sentido, temos uma entrevistada que não seguiu a trajetória de vida das outras participantes, pois em lugar de crescer no mundo doméstico, ela atingiu seu *status* social através de sua atividade profissional. Essa postura nos mostra que ela valorizou o próprio desejo, ao invés do desejo dos outros, ou seja, ela não assumiu um comportamento de subordinação que ficava emaranhado no cotidiano das mulheres como forma “natural” de organização de suas vidas diárias. A seguir temos um comentário relatado por ela:

“... trabalhei a vida inteira, né? Desde que me formei fui me inscrever na ordem dos advogados e sempre trabalhei na minha área, em advocacia.”
(Nina, 82 anos, separada).

Os recortes acima nos apresentaram a rígida divisão de papéis imposta pela sociedade para homens e mulheres; no entanto, percebemos que algumas mulheres desse período já começavam a trilhar outros caminhos que iam de encontro ao que era imposto pelo meio social.

5.4. Responsabilidade pelas decisões na família

Como já foi mencionado, sabemos que numa relação conjugal o casal precisa realizar escolhas e negociar várias questões que envolvem uma reavaliação de valores e padrões vivenciados nas famílias de origem. Esse tipo de postura auxilia o estabelecimento de um padrão relacional mais amadurecido e adaptado às novas necessidades da vida (BERTHOUD, 2002).

Desse modo, o casal precisa assumir papéis para que haja uma organização na configuração familiar. Hoje, por exemplo, encontramos na nova família de classe média, um avanço no papel vivido pela mulher, pois é ela quem, na grande maioria dos jovens casais, fica responsável pelo gerenciamento do dinheiro do casal. Assim, nessa situação, as metas

financeiras a serem atingidas para a aquisição dos bens, e fluxo de gastos “permitidos”, é realmente feito pela mulher.

Essa realidade é bastante distante do nosso grupo de entrevistadas, como podemos ver a seguir:

“Bem, olhe, na parte externa da família, da casa pra fora, negócio de usina, de trabalho, de banco, de dinheiro e tudo, o meu marido. Eu nem sabia assinar um cheque (Ri). Eu era uma, uma mãe à moda antiga, como eu disse, senhora de engenho, ficava ali predominantemente em casa, as decisões dentro de casa eram mais minhas.” (Laura, 85 anos, viúva)

“Tudo era meu marido. ... eu não tinha direito a nada. ... dentro de casa eu mandava. Eu fazia o que eu queria, como eu queria.” (Elisa, 93 anos, viúva)

Esse relato nos possibilita ver que à mulher cabia tomar as decisões no âmbito do lar, no espaço privado, o qual era destinado a elas, configurando as determinações impostas pela sociedade da época. Assim, o mundo era dividido de maneira dicotômica e, homens e mulheres tinham, nessa separação, lugares definidos: o espaço público pertencia aos homens; e o privado, cabia às mulheres (PINTO; AMAZONAS, 2006).

Concordamos com essas autoras também quando elas afirmam que a concepção feminina dessa época era pautada pela idéia de natureza respaldada na biologia e que atribuía à mulher um lugar de inferioridade, por ser “mais frágil” do que o homem em decorrência de sua constituição anatômica. De acordo com essa visão, a mulher não possuía inteligência suficiente para entender certos assuntos e tomar decisões mais sérias.

A partir dessa fala, concordamos com Rocha-Coutinho (1994), pois observamos que a autoridade dessa mulher sobre a casa, os filhos e a família era vantajosa para o homem, pois ele passava a controlar sua mulher bem melhor do que antes. Assim, entregue aos filhos e à casa, ela não sofria nenhuma “tentação” externa. Vale salientar que esse controle da mãe sobre os filhos dava à mulher um poder que não era visível e não lhe trazia prestígio social.

Além desse contexto de divisão de papéis, encontramos uma realidade ainda mais difícil para a mulher dessa época, pois ela não tinha voz nem dentro de sua própria casa, conforme diz uma entrevistada. Como ela se dedicava exclusivamente às tarefas domésticas era impedida de ter uma participação autônoma nos espaços públicos, levando-a à marginalidade social, mas também a uma dependência financeira do marido, o que a levou a assumir novos valores no âmbito familiar. Nesse sentido, ela devia se submeter à autoridade de seu marido, devendo obedecê-lo e respeitá-lo, ou seja, acatar os seus mandos e desmandos. A seguir podemos ver essa realidade, em que a mulher não tinha direito de tomar decisões na família.

“Ainda me lembro muito, agora eu sei que naquele tempo, mulher não tinha nem vez, nem voz (Ri). Não tinha. Não era como hoje. As mulheres não trabalhavam. As mulheres eram dentro de casa, obedientes aos maridos, não saíam quase, né? Os homens andavam muito sozinho, tinham mais liberdade...” (Laura, 85 anos, viúva)

“Era ele. Nunca decidi nada, sempre era ele.” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Era ele. Tudo que ele dizia é pau era, podia ser um pedaço de ferro, era pau. O homem era assim antigamente, ..., hoje é que as mulheres não querem mais obedecer aos homens tá essa miséria, não é? (Ri). É mas quando a gente, a gente respeitava, o meu tempo foi ainda naquela época, da gente respeitar o marido. (...)” (Juliana, 74 anos, viúva)

É interessante notar como esses valores estavam internalizados nessa participante, pois para ela esse era o modo correto de comportar-se.

Ao compararmos nosso estudo com uma pesquisa realizada por Berthoud (1997), onde constatou-se que a responsabilidade nas decisões familiares cabia ao casal, encontramos outra realidade, pois para maioria das entrevistadas, havia a prevalência e a adoção do modelo clássico de divisão de gênero dos papéis e funções familiares, visto que as decisões na família cabiam ao marido, não havendo escolhas e negociações.

No entanto, em nossa pesquisa, outras raras exceções ocorreram quando o homem não era o único provedor financeiro do lar, o que é mostrado na seguinte verbalização:

“Era ele, éramos os dois. Eram os dois. Tudo eu combinava com ele, sabe? Porque ele assumia, então tudo era combinado.” (Carolina, 82 anos, solteira)

Assim, percebemos claramente que a questão financeira era que determinava quem detinha o poder de tomar decisões importantes no âmbito familiar.

Por fim, temos uma participante que fugiu aos padrões descritos acima, pois ela era responsável pelas decisões na sua família, composta por ela e sua filha, já que ela era divorciada. Podemos ver no fragmento abaixo, pois ela enfatiza que, apesar de morar com seus pais, teve sua vida completamente independente. Isso pode ter acontecido pelo fato dela ser uma mulher independente profissional e financeiramente.

“Eu tinha a minha vida, entendeu? Claro que morava, mas a casa era de meus pais. Essas decisões da casa, do lar quem tomava eram meu pai e minha mãe. Agora, a minha vida mesmo, não interferiam não. O que eu quisesse fazer, não somente na educação da minha filha, problema do colégio, que eu queria que ela estudasse, o que ela queria que eu fizesse e eles não interferiam não. Eu tinha a minha vida inteiramente independente nesse ponto” (Nina, 82 anos, separada).

A postura dessa participante nos leva a pensar que naquela época algumas mulheres já começavam a lutar pela sua independência, a qual era obtida através dos estudos e da atividade profissional.

5.5. Saída dos filhos de casa

A idéia de que os filhos devem ser criados “para o mundo” reflete um padrão educativo ideal a ser atingido pelas famílias, o que nem sempre, é uma tarefa de fácil realização. Nesse período do ciclo vital se observam mudanças que podem proporcionar plenitude, gratificação e crescimento dos membros da família. Entretanto, pode também ser um momento de intensificação dos conflitos, dos receios e de obstaculização do desenvolvimento individual e familiar (WENDLING; WAGNER, 2005).

Para essas autoras, a saída dos filhos pode ser vivenciada como um acréscimo na sua visão de mundo, já que os pais poderão compartilhar novas experiências com o filho, que agora é um adulto. Porém, muitos pais podem enfrentar dificuldades quando não aceitam que os filhos não são mais a criança que ajudaram a crescer. Isso pode ocorrer, principalmente, com os pais que passaram a maior parte de suas vidas dedicando-se aos cuidados deles, fazendo da função parental sua principal fonte de investimento. Podemos evidenciar um aspecto semelhante a esse fato na verbalização abaixo:

“Eles cresceram, cada um estudando. (...). E aí as coisas foram melhorando, os filhos, se formaram e a vida melhorou, graças a Deus, com muito sacrifício, muito sacrifício. (...). Tiveram uma vida muito equilibrada, como pobres, se sacrificaram demais, mas que sempre tiveram cabeça e tudo deu certo. É por isso que hoje tudo tá sendo a maior maravilha pra meus filhos. (...). Ah! minha filha. Não fala. Ainda hoje eu não posso receber a ligação deste que vive em, na Bahia, porque eu jamais esperava, que um de meus filhos me deixasse, pelo amor, a dedicação que eu fui.” (Gisele, 79 anos, viúva)

Essa fala nos oportuniza observar a dificuldade dessa participante para aceitar que seu filho resida longe dela, o que ela considera como uma falta de consideração. Isso foi ocasionado pela dedicação e pelo investimento vital que havia direcionado a ele.

A transformação da relação pais e filhos pode ser considerada o principal marco de transição da fase adolescente da família para a fase madura. Nesse período, pais e filhos irão remodelar suas relações e, juntos, construir uma nova forma de compartilhar a vida. Nessa fase, os filhos dão início ao gerenciamento de sua vida, dando aos pais sinais de sua autonomia, o que culmina, na maioria das vezes, com a saída dos mesmos de casa (OLIVEIRA; CERVENY, 2002).

Ao estabelecer objetivos de vida, os filhos demarcam, de forma ainda mais concreta, sua passagem para a vida adulta. Entre esses objetivos, a escolha da carreira e o casamento funcionam como ritos de passagem e acontecem, muitas vezes, concomitantemente, com a saída efetiva dos filhos de casa. Seus pais devem, agora, iniciar o processo de “separação” dos filhos, o qual é permeado pela vivência de uma ambivalência de sentimentos, tais como: alegria, orgulho e satisfação de ver o filho agora autônomo, mas também pode vir acompanhado de sofrimento e sensação de perda. Esses sentimentos deflagrados pelo rito de passagem à vida adulta podem ser vistos nos relatos de nossas participantes abaixo:

“O meu filho mais moço, ele estudou muito, ele formou em economia pela faculdade do Recife, em administração de empresas pela faculdade do Rio de Janeiro. Fez curso na Fundação Getúlio Vargas, ganhou a bolsa de estudo da América do Norte. Passou dois anos na América do Norte, pra se doutorar. (...). Quando meu marido morreu, esse que mora no Rio estava na América do Norte. Ai, foi muito sofrimento ...” (Elisa, 93 anos, viúva)

O relato dessa mãe confirma a Teoria do Ciclo Vital, pois ao discorrer sobre a trajetória profissional do filho demonstra orgulho pelo sucesso obtido, mas também expressa sofrimento pela ausência dele, justamente no momento em que ficou viúva.

Assim, entre a emoção e a razão, essas mães expressam sentimentos positivos pela trajetória seguida pelo filho, mas não deixam de relatar os sentimentos de saudade e vazio

vivenciados nesse momento. A seguinte verbalização demonstra essa situação experienciada pela participante abaixo.

“Meu marido foi ótimo, meus filhos foram muito bem criados e são três homens de verdade, todos formados, professores universitários, vivem independente, porque têm seus negócios, além de professor, né? negócios particulares. ..., tenho mais que agradecer a Deus do que pedir(...). Qualquer, qualquer filho que sai de casa é uma, uma saudade que fica, né? É um vazio, mas acontece que os meus dois primeiros não foram pra longe, casaram e ficaram aqui mesmo no Recife. O outro foi, aí eu chorei muito (Ri), casou e foi trabalhar na Petrobrás, lá dentro do mar, lá no Amazonas, né? Aí eu achei horrível, senti muita saudade tudo, mas, com pouco tempo, consegui trazer pra cá, arranjar um bom emprego pra ele aqui e ele não voltou mais pra lá.” (Laura, 85 anos, viúva)

Dessa forma, podemos pensar que se separar dos filhos nem sempre se torna uma tarefa fácil de ser empreendida, sendo necessário que os pais se organizem para adaptarem-se à saída.

Quando os filhos saem da casa paterna, mas permanecem na mesma cidade, percebemos que os sentimentos de saudades e de vazio não são tão evidenciados, pois os filhos se fazem presentes na vida de seus pais, a partir de rituais como os almoços de finais de semana e visitas ocasionais. Notamos então, como a distância geográfica é um importante fator a interferir nas relações. O relato abaixo confirma nosso pensamento:

“Elas nunca saíram de junto da gente não, ... Tudo ficaram perto, né? Eu ia visitar, eu ia também, tudo direitinho. Agora quando mora longe é que é ruim, né? ...” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Não teve saída, que eram muito nossos amigos, e nós amigos deles. Foi um entra e sai dos filhos, vem vovó pra lá, papai pra aqui, mamãe pra ali e quando chegaram os netos então dobrou...” (Helen, 86 anos, viúva)

Assim, de acordo com Wendling e Wagner (2005), é essencial uma resignificação da função parental nesse período, em que os pais possam construir uma nova forma de “parentar”, e os filhos encontrar uma nova forma de vincular-se aos pais.

Conforme já observamos no presente estudo, tivemos uma participante que fugiu aos padrões de sua época, pois separou-se, formou-se e exerceu sua profissão durante toda sua vida. Apesar de ter sido criada nesse ambiente, pensamos ser interessante mencionar que sua filha não seguiu a trajetória da mãe, pois dedicou toda a sua vida aos cuidados da casa, dos maridos, dos filhos. Atualmente, é a participante responsável pela criação dos netos. A seguir temos a fala de sua mãe acerca do motivo da saída de sua filha de casa:

“... ela saiu de casa pra casar...” (Nina, 82 anos, separada)

Da mesma forma, isso ocorreu com a filha de outra participante que infringiu as normas da época, pois sua filha, apesar de ter trabalhado quando solteira, abandonou sua profissão quando sua neta nasceu, conforme ocorreu com sua mãe. No entanto, ela acomodou-se e vive, atualmente, para as tarefas domésticas e para os cuidados com sua filha e de seu marido. O comentário a seguir remete ao fato da família constituída por sua filha ter deixado de residir na casa dessa entrevistada.

“Não, a saída de Magda, foi o seguinte. Foi agora tudo recente, né? Foi tudo de uma vez. O marido de Magda achou que deveria querer uma casa dele, porque morava ali, mas não era a casa dele, era a minha casa, não sei o quê. Essas coisas de homem, né? Aí, resolveu alugar uma casa, alugou a casa e Magda ia pra casa...” (Carolina, 82 anos, solteira)

Já sua outra filha também, de certa forma, sofre a influência da trajetória de vida dessa participante, pois renunciou a relacionamentos afetivos e seguiu a vida religiosa. Vale destacar que ela estudou e sempre trabalhou, sendo, assim, uma mulher completamente independente profissional e financeiramente.

“Agora mudou na saída dela, quando ela saiu pra seguir a carreira. Aí mudou, mudou muito. Foi muito choro, muita coisa, sabe? Muita tristeza, muita saudade.” (Carolina, 82 anos, solteira)

Dessa forma, evidenciamos a multiplicidade de fatores psicológicos, sociais, culturais e transgeracionais que estão envolvidos nesse processo de saída dos filhos da casa parental.

Por fim, observa-se que a saída dos filhos de casa abarca mudanças relacionais na vida familiar. Os sentimentos de saudades e de tristeza fazem parte desse momento de transição familiar. Torna-se necessário compreender, no entanto, que com a saída dos filhos de casa, inaugura-se também a possibilidade do nascimento de novas famílias, perpetuando a identidade familiar (WENDLING; WAGNER, 2005).

5.6. A Fase Última do Ciclo Vital

5.6.1. Chegada dos netos e o cuidar deles

Para Walsh (1995) a condição de avô (ó) abriga várias possibilidades para o idoso, posto que os avós, em sua relação com os netos, desfrutam de um vínculo especial. Nesse sentido, Beauvoir (1990) afirma que os sentimentos mais calorosos e mais felizes dessas pessoas são aqueles que elas nutrem por seus netos. Isso acontece porque estão livres das obrigações, responsabilidades e conflitos comuns nas relações pais e filhos.

Ao analisar esse aspecto, constatamos, a partir das falas abaixo, que o nascimento dos netos é um acontecimento na vida dessas senhoras que significa uma fonte de grande satisfação e alegria, conforme os comentários abaixo:

“Ave Maria! Uma alegria tão grande (Ri). Porque eu queria uma netinha, mesmo quando ela disse: “Tô grávida, com dois meses”. Eu fui pra Fortaleza, comprei o enxoval todinho. Eu disse: “se ela abortar, pronto”. Aí, eu queria menina, queria menina. É, quando nasceu, nasceu uma menina. Mas, eu fiquei louca, louca, louca, por isso que eu não deixo eles saírem de lá de casa. Eles ficaram lá em casa por causa da menina. (...)”
(Carolina, 82 anos, solteira)

“Os netos? Ah, muita alegria. Já é um segundo filho, não é? E a gente tem aquele amor igual ao filho, porque é filho do nosso filho.” (Gisele, 79 anos, viúva)

“Os netos. (...) fiquei muito feliz da vida. É outro filho, né? Adorei! (...)” (Juliana, 74 anos, viúva)

“Ah! Muita alegria. Foi, caducava mesmo.” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Muita alegria. É. Muita alegria.” (Elisa, 93 anos, viúva)

De acordo com esses relatos, concordamos com Beauvoir (1990) e Moragas (1997), quando assinalam que esse papel traz aos avós muitas satisfações porque enquanto os pais têm poder e responsabilidade pela conduta do filho, os avós podem amar os netos com toda gratuidade e generosidade, pois se encontram praticamente livres de obrigações em relação à sociedade e ao próprio neto. Assim, sua relação pode ser mais flexível, criativa, com menos limitações do que no caso dos pais.

Vale salientar que essa relação entre avós e netos também possibilita aos idosos a satisfação do desejo de sobreviver e a vivência de um tipo de continuidade que auxilia na aceitação de sua mortalidade (WALSH, 1995). Esse aspecto pode ser evidenciado na fala da entrevistada abaixo:

“Alegria. É muita alegria. A, a vida se renova, né? A gente vai envelhecendo e vai renovando com os filhos, com os netos, né? Tudo que aconteceu na vida deles a gente se lembra do que aconteceu na nossa, né? E assim a gente se lembra do que aconteceu na nossa né? E assim a gente vai vivendo, e vai...” (Laura, 85 anos, viúva)

Além disso, em concordância com os achados de uma pesquisa realizada por Oliveira e Cerveny (2002), verificamos que esse sentimento de continuidade pode ter como componentes um senso de vitalidade e de energia experienciado pelos avós, assim como o sentimento de ser útil ao filho e ao neto. Por fim, esse papel traz também a possibilidade de se

reviver o sentimento parental e de sentir-se realizado, conforme visualizamos no fragmento a seguir.

“Maravilhosamente realizada. Adorei meus netos. Olhe basta eu te dizer que eu tirei seis meses de licença prêmio só pra ficar na casa de, ver meus netos, quer dizer, eu não vivi em casa, né? Mas eu ia bem cedo pra casa de Fabiana, pra ajudá-la a cuidar do filho, essas coisas todas. Foi uma, uma benção na minha vida meus netos.” (Nina, 82 anos, separada)

O nascimento dos netos deflagra o início de um novo ciclo: o despontar da terceira geração. Os pais, ao assumirem o papel de avós, podem vivenciar a “avosidade” exercendo diferentes funções (OLIVEIRA; CERVENY, 2002).

Com relação a essa temática, Walsh (1995) comenta que a relação avós-netos é de grande valia as duas gerações, já que oportuniza interações significativas. Na rede familiar, Trigo (1998) e Dias e Silva (1999) dizem que os avós são importantes pela capacidade de transmissão de sabedoria e experiência de vida que possuem; pelo papel de continuidade e de longevidade familiar que transmitem; bem como pelo suporte afetivo, educacional e financeiro que prestam aos netos e demais membros da família. Os relatos que se seguem demonstram o que foi dito:

“Ave Maria! Nem fale! Tenho quatro netos. (...). Se precisasse cuidava, cuidava. O Álvaro, o primeiro, levava pra escola que minha menina ainda estudava...” (Helen, 86 anos, viúva)

“Tudo. A mãe trabalhava, eu que levava até pra médico. Tudo, tudo, tudo. (...) quem cuidava dela de tudo, tudo, tudo era eu. (...)” (Carolina, 82 anos, solteira)

“É, vixe Maria! De vez saía, trabalhando eu ficava com eles, tinha loucura, quero muito bem a todos quatro.” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Eu cuidava muito. Eu tomava conta, cuidava, contanto que elas (noras) não se prejudicassem no trabalho, no emprego, nem nada, né? Sempre ajudei muito. As primeiras, as primeiras horinhas de dias de colégio,

quando entravam na maternalzinha tudo, fui eu que foi, eles ficavam lá, porque elas estavam no trabalho né? Eu ficava com eles lá, com outros depois, no outro ano com mais outro, levava pra balé, levava pra natação, levava pra tudo que tinha que levar. Eu tinha um carrinho, eu era a motorista dos netos (Ri).” (Laura, 85 anos, viúva)

Concordamos com Dias e Silva (2003) quando afirmam que esse envolvimento entre avós e netos se explica pela novidade que o papel representa, pelos cuidados que as crianças e adolescentes exigem ou pela necessidade que os pais têm de recorrer aos seus próprios pais para cuidarem dos netos enquanto trabalham ou realizam outras atividades. Além disso, essa relação é essencial para o desenvolvimento da subjetividade desses netos, já que não eles têm como única referência os pais (BARROS, 1987).

Ao analisar as falas, percebemos alguns conteúdos interessantes. Há, no discurso abaixo, um aspecto não tão comum, como a desvalorização da nora. Em relação a essa conduta Coelho (2002) afirma que cabe à sogra a posição de observadora, zelando pelo bem-estar dos seus e avaliando as noras. Pensamos que essa postura pode estar internalizada na conduta de algumas sogras, sendo esse comportamento uma influência cultural. Nesse sentido, uma das entrevistadas faz o seguinte comentário:

“Cuidava sim. A minha nora não sabia fazer nada. Era dentista, não é? E, nos aniversário da menina, ..., mas eu ia pra lá fazia a festa. Eu sabia de curso, mais curso de todo o mundo sei fazer. Eu fazia olho de sogra que ela adorava, fazia brigadeiro, fazia tudo, bolo confeitado.” (Elisa, 93 anos, viúva)

Além do aspecto emocional, constatamos o aspecto instrumental, que consiste em fazer coisas pelos netos, em que as avós atuam também como suporte financeiro dos netos e, algumas vezes, também dos filhos. Esse achado também pode ser visualizado em um estudo realizado por Trigo (1998), que confirma a ocorrência desse papel dos avós na contemporaneidade. A seguir temos as verbalizações de nossas participantes que retratam essa realidade.

“(...) eu tenho minha filha com neto que eu sustento, né? (...) Eu vou abandonar a minha filha? De jeito nenhum. Jesus quer que a gente ajude primeiro os de casa, né? (...) Enquanto eu puder, tiver viva, eu cuido dela e dos netos.” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Agora os netos me, me chupam um bocado de sangue, sabe? (Ri) É, mas também coitados, só tenho a eles pra dar e a eles mesmo eu dou, viu? (...) O João mesmo coitado, tive que fazer uma casa pra ele, lá em Maceió agora. (...) o João, minha filha, tá desempregado, sem, como é que se dizer, sem dinheiro nenhum. Eu é quem dou pra ele, (...).” (Juliana, 74 anos, viúva)

Diante do exposto, podemos concluir que a relação entre avós e netos é bastante rica e complexa, bem como pode ser construtiva e gratificante, mas também depende da relação estabelecida entre ambos e de suas características individuais (MORAGAS, 1997; DIAS, 2002).

5.6.2. A viuvez

Acerca das mudanças mais difíceis trazidas pela viuvez, observamos que a solidão na velhice não está só relacionada a um “estado de espírito”. Ela é real, na medida em que quanto mais anos se somam, mais mortes são também somadas. Ao tornar-se viúva, perde-se o papel de esposa, e sua identificação com o marido, construída durante décadas, pode trazer um sentimento de descaracterização, uma sensação de que não é possível existir só (COELHO, 2002). Nesse âmbito, encontramos, a partir das falas das viúvas participantes da presente pesquisa, a presença de sentimentos como: saudade, sofrimento, tristeza e dor pela perda do cônjuge. As entrevistadas manifestam esses sentimentos a partir dos seguintes relatos.

“Sofri muito porque achei que ele morreu muito cedo, ele tinha sessenta e sete anos quando morreu, eu fiquei com sessenta e cinco, né? E então ele podia ter vivido muito mais. (...). E uma das coisas que eu mais invejo na vida, ..., mas é quando eu vejo dois velhinhos juntos (Ri) no mercado fazendo compras, na Igreja, assistindo à missa, passeando pela beira mar de mãozinha dada. Ah! Como eu tenho inveja (Ri) Ah! Como eu sinto falta do

meu marido!” (Durante essa resposta emociona-se, está com os olhos cheios d’água) (Laura, 85 anos, viúva)

“(…) Só tô saudosa, porque realmente eu sou sincera, eu tive muita saudade dele. E ainda tenho, porque ele era muito presente, (...), apesar dele ter feito as coisas dele, as trelas, mas ele sempre foi muito presente. Comigo, com as filhas. Eu estou sentindo saudade dele.” (Carolina, 82 anos, solteira)

“Após a viuvez sofri um bocado, viu? Senti uma falta tão grande dele.” (Daniela, 81 anos, viúva)

“A separação (Fala com a voz desanimada) ... Essa não tem quem cure.” (Helen, 86 anos, viúva)

A viuvez é uma condição bastante relevante para a mulher, porque esta tem uma probabilidade de enviuvar quatro vezes maior do que o homem e, ela sofre essa perda, muitas vezes, ainda bastante jovem (BACELAR, 2002).

Motta (2004) comenta que estudar a velhice é deparar-se constantemente com a viuvez, que é uma condição social peculiar, já que é inesperada, não planejada e modificadora imediata da vida das pessoas. A viuvez representa também um rompimento inesperado do equilíbrio nas relações familiares e a urgência do estabelecimento de novos arranjos no grupo. Nessa situação, afetividades inesperadas, solidariedades e até conflitos, novos, geracionais e de gênero são desencadeados, enquanto o grupo não redesenha as novas ligações e circuitos relacionais.

A elaboração desse acontecimento é muito difícil e a mulher passa a assumir uma “nova vida”. Nesse sentido, observamos quando nossas participantes, ao tornaram-se viúvas, cada uma reorganizou sua vida de forma distinta. Encontramos nos relatos que houve senhoras que foram cuidar dos mais idosos da família extensa. Essa vivência confirma a conduta da mulher do século passado, a qual segundo Rocha-Coutinho (1994), adota um comportamento “de renúncia”, que é valorizado, sendo dever dela se dedicar ao marido, filhos e aos idosos (sogro, tios, tias) em geral. As seguintes verbalizações evidenciam esse fato:

“Ele (marido) morreu. Meus filhos já eram homens, já eram todos casados, já tinham os filhos todos, não tinha problema nenhum. E, além disso, ainda tinha meu pai, que meu pai, morreu depois de meu marido, vinte anos depois. ... eu fiquei com meu pai até ele morrer” (Laura, 85 anos, viúva)

Conforme podemos ver, após a viuvez, essa participante passou vinte anos morando e cuidando de seu pai, que morreu com cento e quatro anos. E, antes disso, cuidou de seu marido doente. Apesar de passar muitos anos de sua vida como cuidadora, em nenhum momento ela expressou aborrecimento e insatisfação por isso, comprovando a internalização do comportamento esperado naquela época.

“(...) eu fiquei com Dona Maria (Tia do marido), né? Fiquei com a dona Maria, aí eu não podia sair, só se a Dona, uma senhora que tinha lá, que era minha faxineira, ficasse com ela. Aí, se ela podia ficar, ela ficava e eu saía, se ela não podia ficar eu não saía; sabe? Porque ela era velhinha, eu não podia deixar dona Maria sozinha lá, nem ia deixar com qualquer pessoa (...).” (Juliana, 74 anos, viúva)

Já essa participante cuidou de duas tias do marido, que eram consideradas como mães dele, e que sempre moraram com ela e seu marido. Ela só mudou a trajetória de sua vida, ou seja, só seguiu a sua vida, após cumprir sua função de cuidadora, até como uma forma de gratidão e reconhecimento, pois essas tias a auxiliaram muito na criação de seu filho. Essa entrevistada confirma esse fato a partir do seguinte fragmento:

“... (o filho) não tinha doença porque os cuidados que as tias dele tinha, eu não podia fazer mingau porque dizia que eu não sabia fazer. (...) Era quem fazia tudo isso, eram ótimas pra mim...” (Juliana, 74 anos, viúva)

A experiência da viuvez pode levar a mulher idosa a ficar só. Nesse caso, algumas vezes, é preciso abandonar a própria casa, pois ela pode não ter condições físicas e nem psicológicas para residir sozinha. Assim, ela passa a morar sozinha ou com os filhos/parentes.

Outra possibilidade é morar em instituições destinadas à terceira idade, tendo que se incorporar a outro ritmo de vida, conforme apontam Silva, Alves e Coelho (1997).

Os relatos abaixo corroboram o que foi dito:

“Fui morar com a minha filha, né?” (Helen, 86 anos, viúva)

“Chegou meu filho. Eu fui morar com ele.” (Elisa, 93 anos, viúva)

“Bem. A minha vida foi organizada justamente quando, na véspera dele morrer, ele perguntou a Maria das Graças como é que eu estava, se já tinham me colocado aqui, já tinha ajustado tudo direitinho e bem ficou. (...)” (Carolina, 82 anos, solteira)

Para algumas mulheres, a viuvez tem um sentido de libertação, de poder fazer valer seus desejos, revendo sua identidade. Essas mulheres podem amenizar a solidão advinda da viuvez ao participarem de grupos que se formam através da igreja e das entidades assistenciais, por exemplo (COELHO, 2002). Isso pode ser demonstrado na seguinte verbalização:

“Ah! Menina, você sabe de uma coisa? A viuvez foi, eu fiquei muito atarefada assim, com dona Maria, ..., mas aí eu não podia, até dona Maria tá viva, eu não pude fazer nada. Vivia pra dona Maria, como eu vivia com Sales, com Edson, tudo. Mas, depois que ela faleceu eu, eu passei a passear.” (Juliana, 74 anos, viúva)

Nesse sentido, as expressões de libertação ocasionadas pela viuvez decorriam em função das características do casamento tradicional, na sociedade capitalista, e as relações de poder existentes, com subordinação explícita da mulher, como ocorreu com essa participante, já que seu marido tinha uma postura altamente autoritária, e ela acatava todas as suas determinações.

5.6.3. Outras perdas

As perdas são acontecimentos vitais que mobilizam física e psicologicamente pessoas de qualquer faixa etária. No entanto, na velhice esse acontecimento atinge uma dimensão maior, pois é nesse momento da vida que o número de perdas se multiplica, o que faz com que o idoso seja impactado com a morte de pessoas queridas. Além disso, passa a confrontar-se com a aproximação da própria morte, que começa a ganhar contorno de realidade.

Coelho (2002) assinala que, com a perda dos amigos, assim como do cônjuge, o idoso sente que vai perdendo a parceria, o contato com seus pares, ou seja, tem a sensação da diminuição do círculo de pessoas próximas que pertenceram a sua geração. Esse acontecimento, além de provocar a sensação de finitude, pode levar o idoso a sentir solidão, saudades e tristeza, conforme podemos evidenciar através da seguinte verbalização:

“Olhe, eu tenho uma tristeza muito grande porque as minhas amigas mesmo, minhas amigas todas já morreram. Não tem nenhuma viva, nenhuma. Eu sinto profundamente isso, sabe?” (Emociona-se). (Nina, 82 anos, separada)

Além da perda dos amigos, as senhoras idosas passam, nessa fase, por outro grande sofrimento, que é a perda de filhos e netos. Esse fato gera grande impacto nas idosas, que, de certa forma, esperavam partir antes de seus descendentes, como fato natural do curso da vida.

“(...) ‘Eu não agüento meu pai!’(acerca da morte da filha) E foi embora com vinte e quatro anos de vida de acidente e a força de Papai do céu me deu, só ele mesmo, pra ver a primeira filha morrer assim de acidente, né?” (Daniela, 81 anos, viúva).

“Foi uma coisa muito chocante, muito, muito, muito. E, tenho vontade de morrer por isso. É filha (Chora). Olhe, meu marido morreu, mas eu não senti como esse filho.” (Helen, 86 anos, viúva)

Acerca dessas duas participantes, é interessante destacar que, em diversos momentos da entrevista, elas fizeram menção a essas perdas: a primeira participante relatou toda a origem da história que acabou ocasionando o acidente; e a segunda contou detalhadamente o planejamento do assassinato do filho.

Além disso, essas perdas não só provocaram sofrimento, mas causaram mudanças profundas na vida delas. Com relação à primeira participante (Daniela), houve uma desestruturação familiar, que ocasionou sua expulsão de casa (por ter comprado o carro com o qual a filha se acidentou) e, dois anos após, seu marido veio a falecer acometido de uma enfermidade que foi se agravando, pois ele não se cuidava, havia perdido “o gosto” pela vida. E a segunda não superou até hoje essa perda, sendo tratada por uma psiquiatra.

Por fim, Coelho (2002), comenta que ao conviver com perdas múltiplas, como a dos parentes, é possível que o idoso passe grande parte de seu tempo elaborando lutos e se confrontado com a aproximação da própria morte. Nesse sentido, percebemos que esse aspecto torna a fase da velhice um período difícil. Pode ocorrer o fato de que, no entanto, algumas pessoas superem e aceitem essas perdas e dêem a volta por cima, conforme ilustram as seguintes falas:

“A gente tem que passar por essas perdas na vida, né? As perdas que a gente tem, perdi meu pai, perdi minha mãe, perdi meu marido, são os grandes sofrimentos da vida.” (Laura, 85 anos, viúva)

“Completamente perdida. Completamente perdida. Tanto assim que na missa de trigésimo dia da minha mãe, eu chamei o meu irmão e pedi “você mande me levar pra Tamandaré”, e fiquei em Tamandaré, nessa praia que tem lá, durante quatro anos. Me refiz porque o mar me tranqüiliza muito, é um terapia muito importante pra mim, na minha mente.” (Nina, 82 anos, separada)

Pelos relatos acima, podemos constatar a carga de sofrimento que essas perdas causaram em nossas participantes. No momento das entrevistas, todas se emocionaram

quando relataram sobre essa temática, sendo necessário fornecer um apoio psicológico a elas. Podemos perceber também que falar sobre esse assunto era uma forma de desabafo, pois no roteiro da entrevista não foi perguntado especificamente sobre as perdas.

5.6.4. A vivência da fase atual

A velhice é um fenômeno extremamente complexo (FRANÇA; SOARES, 1997), que está associado a uma maior suscetibilidade física e emocional. A expressão dessas suscetibilidades encontra-se na dependência da complexa interação de fatores físicos, psicológicos, sociais, econômicos e culturais, tornando o envelhecer um processo extremamente individualizado e marcado pelos padrões socioculturais de uma época (GUERREIRO; RODRIGUES, 1999).

Dessa forma, o envelhecimento tem uma dimensão existencial e, como todas as situações humanas, modifica a relação do homem com o tempo, com o mundo e com a sua própria história, revestindo-se não só de características biopsíquicas, como também sociais e culturais (BEAUVOIR, 1990).

Para Coelho (2002), a velhice é um caminho individual que vai rompendo as amarras com a vida e também de permissão para que a vida vá partindo. Fechando o ciclo da família, a pessoa idosa representa a geração viva, mais velha, e tem da família a visão mais ampliada, de maior alcance no tempo.

Nesse momento, o idoso pode estar sozinho, ou por separações ou por falecimento de um dos cônjuges. Então ele passa a residir sozinho, com os filhos/parentes, ou em instituições para a terceira idade, tendo que, dessa forma, incorporar-se a outro ritmo de vida. No caso de passarem a residir numa instituição, os estudiosos afirmam que alguns filhos prometem sempre visitá-los. Todavia, isso muitas vezes não ocorre, devido ao movimento acelerado da

vida moderna, exigindo deles muito mais empenho e dedicação para sobreviver e manter sua família (SILVA, ALVES, COELHO, 1997).

No contexto estudado, nossas participantes optaram por residir em um pensionato destinado a mulheres idosas, por se encontrarem na condição exposta. Diferentemente do que afirmam as autoras acima, a maioria de nossas participantes mantém um forte vínculo com seus familiares, em que eles a visitam e levam-nas para sair, principalmente nos finais de semana. O relato a seguir sinaliza essa condição:

“Eu me sinto muito bem comigo mesmo. Eu acho que eu cumpri bem minha missão na vida. Fui boa esposa, sou boa mãe, sou boa avó, e depois sou mesmo apegada a eles. Sinto prazer em estar com eles, sinto prazer em viver, e sinto muito feliz porque sou muito procurada, eles gostam muito de mim. E, eu acho que, como eu disse, só tenho que agradecer a Deus, de tudo que ele me deu, e não tenho muita coisa a reclamar da vida, nem tem a pedir. Sempre tive uma vida boa, Graça a Deus.” (Laura, 85 anos, viúva)

Observamos que essa senhora experiencia a fase última do ciclo vital de maneira satisfatória porque, para ela, cumpriu bem os papéis femininos, dedicando-se aos cuidados de sua família (BIASOLI-ALVES, 2000) e porque tem o carinho e a atenção dela. Por fim, reconhece que é uma pessoa privilegiada pela vida que teve e tem. Diversos fatores contribuíram e contribuem para isso: sua condição financeira favorável, o fato de ter casado por amor e por conseguir manter sua família sempre unida.

Desse modo, podemos depreender que a auto-estima dessa informante mostra-se com conotações positivas, contribuindo para que esse momento de sua vida tenha significado e que, de fato, mereça ser vivido (BERES, 2002).

No relato abaixo, percebemos também que a participante de idade mais avançada de nossa pesquisa afirma ter uma boa vivência da fase atual. Essa fase foi descrita por essa informante como:

“Tá boa, minha filha. A minha vida, eu digo: “Isso aqui é o paraíso dos idosos”. Olhe, a gente tem tudo, tem a faxineira, você não pega na vassoura pra varer, ..., limpa o quarto, o banheiro, o sanitário. O que é que eu quero mais do que isso. Eu pago uma lavadeira, não é? Pra lavar e passar. Então, a vida como eu pedi a Deus. Vou pra missa todo dia, vou pro refeitório, ...”
(Elisa, 93 anos, viúva)

O que nos chama a atenção nessa fala é a o fato dessa participante sentir-se realizada por não ter que executar tarefas domésticas, as quais lhes foram destinadas como função, e dedicou-se a essas ocupações durante sua vida, conforme afirma Rocha-Coutinho (1994). Dessa forma, ela demonstra estar feliz por residir num local destinado para idosos, que oferece algumas comodidades, bem como atividades religiosas. Vale frisar, que apesar da elevada idade, essa senhora participa da grande maioria das atividades (físicas, culturais e religiosas) proporcionadas pelo pensionato.

Esse relato nos leva a questionar o que é afirmado por Coelho (2002), que diz que devido às limitações e aos desconfortos, o idoso vai se tornando mais recluso e diminuindo suas atividades. No entanto, concordamos com ela ao dizer que o idoso passa a ter uma maior preocupação consigo.

Conforme já foi mencionado, essa fase do ciclo vital é marcada pelas limitações física e psíquica. Nesse sentido, González, Andrade e Veia (2001) afirmam que o idoso precisa do auxílio de seus familiares. Ao ser cuidado, ele começa a ter dimensão da perda da autonomia, sente-se como alvo de preocupação e experimenta o incômodo de ter que assumir que não é capaz de cuidar de si integralmente (COELHO; 2002).

No contexto pesquisado, percebemos outra realidade, pois as participantes contam com uma equipe de profissionais de saúde que está à disposição delas diariamente, não tendo que ter a obrigação de recorrer aos familiares, somente em caso muito graves. Além disso, quando necessitam ir a consultas, por exemplo, muitas preferem ir sozinhas, e outras, por terem uma saúde mais precária, têm a companhia de outras pensionistas que se disponibilizam para isso, como forma de uma ajudar a outra.

No entanto, vale frisar que essas senhoras não são desassistidas pelas famílias, pelo contrário, seus filhos, netos e bisnetos freqüentemente vão visitá-las. No entanto, isso ocorre porque muitas vezes elas mesmas não querem incomodar os filhos, pois sabem que estão ou ocupados trabalhando ou não querem preocupá-los, ou moram em outras cidades.

Nesse âmbito, Coelho (2002) afirma que o idoso revê seu conceito de saúde já incluindo algumas limitações e incômodos como parte de seu dia-a-dia. Esses relatos confirmam essa constatação:

“Olhe, não tá como eu queria. Eu queria ter meus oitenta, meus setenta e nove anos com mais um pouquinho de saúde, uma saúde assim, porque eu tenho disposição, mas tem os problemas. São problemas que a medicina não cura e eu tenho apelado demais e tem que me conformar, é só me conformar, porque não vai me matar, não vou morrer delas, mas que sofro. E, é assim.” (Gisele, 79 anos, viúva)

“Minha vida hoje tá boa, se não fossem as dores que eu sinto, boa. Pra quem tem setenta e cinco anos, vou fazer logo dia cinco de outubro, setenta e quatro, eu só tô pensando que tô com setenta e cinco, mas tenho setenta e quatro, que ainda não fiz setenta e cinco, né? Mas é isso.” (Juliana, 74 anos, viúva)

Quando questionadas acerca da vivência do momento atual, observamos que, dentre nosso grupo de entrevistadas, apenas essas duas senhoras fizeram menção a aspectos da saúde, em que fazem queixas sobre seu sofrimento e a inexistência de cura. Na primeira fala percebemos uma visão mais pessimista, uma vez que a participante está consciente que tem que se conformar, pois não há mais nada o que fazer para melhorar sua condição. No segundo fragmento, temos também queixas acerca das enfermidades, mas percebemos uma visão mais positiva, pois essa senhora consegue obter satisfação na vida, apesar desses problemas.

É interessante destacar que elas são as mais jovens do nosso grupo de idosas, o que nos leva a acreditar que a velhice é um fenômeno particular; e que todas as entrevistadas possuem problemas de saúde similares aos das participantes acima, senão piores; no entanto,

percebem essas enfermidades como fatores inerentes a essa fase última da vida e, dessa forma, experienciam esse momento de acordo com suas limitações.

Ao serem indagadas acerca de como estão vivenciando o momento presente, grande parte de nossas informantes relata sobre seus sentimentos. Nesse sentido, constatamos a presença do sentimento de saudades, por parte da maioria delas, porém também observamos que três participantes expressaram mais dificuldades para vivenciar suas perdas, o que nos leva a pensar que esse acontecimento vital provoca conseqüências singulares para cada tipo de pessoa. As falas que se seguem relatam esse aspecto:

“Muito bem, graças a Deus (Ri). Muito bem. Só tô saudosa, porque realmente eu sou sincera, eu tive muita saudade dele (o pai das filhas). (...). Ele sempre foi muito presente, apesar dele ter feito as coisas dele, as trelas, mas ele sempre foi muito presente. Comigo, com as filhas. Eu estou sentindo saudade dele. Mas, graças a Deus, Deus olhou, Nossa Senhora olhou, que me colocou aqui. Minha filha, já está tranqüila e eu também estou tranqüila aqui, não é? Tô me sentindo feliz, nesse ponto de vista. Com saudades, mas feliz, não é? ...” (Carolina, 82 anos, solteira)

“Tranqüila, tranqüila. É certo, não vou lhe dizer que há certos momentos que eu sinto uma saudade muito grande, não somente da minha casa, de mamãe, de meus pais e dessas amigas que tive. Tive amigas maravilhosas. Amigas, amigas mesmo. Aí sinto saudade (Emociona-se).” (Nina, 82 anos, separada)

Embora essas situações estejam carregadas de aspectos que envolvem tristeza, demonstram também ser passíveis de resignificação, à medida em que a pessoa se percebe como tendo que continuar a sua vida (BERES, 2002).

Observamos também a presença de saudades do local em que residiu a maior parte de sua vida, sendo que a casa é um ambiente onde se abrigam as relações afetivas para si (BERES, 2002). Para tanto, inferimos que esse local deve trazer-lhe reminiscências de acontecimentos que lhes proporcionaram muitos momentos de felicidade.

Diante do exposto, observamos que, apesar dessas participantes manifestarem esse sentimento, elas verbalizaram que vivem a fase última do ciclo vital de forma tranqüila e que estão bem.

Coelho (2002) afirma que, na sociedade atual, devido a distância entre as cidades de maior porte, o contato pessoal e a intimidade vão sendo negligenciados. Por outro lado, muitas vezes, seus filhos priorizam a carreira em detrimento da intensidade de contato familiar. No entanto, o idoso pode permanecer na rede familiar, mantendo contato telefônico, pois não precisa deslocar-se. Embora esse tipo de comunicação não substitua o contato pessoa a pessoa, esse tipo de relação tem sido uma das formas mais usadas pela família moderna.

De acordo com nossa análise, observamos que essa realidade está presente na vida de nossa participante:

“Eu acho uma maravilha! Eu só tenho assim um pouquinho saudade de minha filha, distante do netinho, né? Quer dizer, não há distância, pior outra, minha sobrinha, que a filha foi para os Estados Unidos, Maceió é ali, né? A gente vai, mas de qualquer maneira é uma saudade, nunca se separou de mim, né? A primeira vez, aí então eu tenho saudade do netinho, mas eu telefono tanto que fica pertinho, né? (Ri).” (Daniela, 81 anos, viúva)

Constatamos, então, que essa senhora apresenta sentimento de saudades que está relacionado à ausência de sua filha e seus netos, os quais residem em outra cidade, em função da carreira profissional da filha. No entanto, essa entrevistada supera essa dificuldade através do contato telefônico, conforme vimos em seu relato.

De acordo com Beres (2002) passar por situações de perdas faz parte da vida humana. O diferencial pode estar na maneira como cada pessoa pode elaborar esses momentos. Para essa autora, a velhice pode corresponder ao surgimento de um fato brutal, que pode ser entendido como situações de luto por morte, momento esse que paralisa a pessoa, impedindo-a de elaborar o ocorrido e de seguir em frente com sua vida. Podemos evidenciar esse contexto no relato abaixo:

“Minha filha, triste, triste por isso, que uma criatura boa como meu filho ser assassinado por um compadre amigo, que não tinha necessidade dessa criatura, ... (relata com detalhes esse acontecimento) ... foi uma coisa muito chocante, muito, muito, muito. E, tenho vontade de morrer por isso. É filha (Chora). Olhe, meu marido morreu, mas eu não senti como esse filho. (Helen, 86 anos, viúva)

Essa fala nos apresenta a dificuldade dessa senhora de reagir à perda de seu filho, ou seja, ela não conseguiu ressignificar esse momento de perda, pois com o falecimento dele, sua vida estagnou, ela não tem uma vida social e não participa das atividades oferecidas pelo pensionato. Vale frisar que, durante a entrevista faz, muitas vezes, menção a esse filho. Nesse momento, seu tom de voz diminui, sua feição muda, e ela se emociona, expressando tristeza, dor e sofrimento.

Desse modo, Beres (2002) comenta que a força como são sentidas determinadas perdas, como o luto, demonstra ser extremamente profunda e marcante, a ponto de poder, algumas vezes, desestruturar o mundo interno de uma pessoa.

Diante do exposto, concordamos com Beauvoir (1990), quando diz que passado, presente e futuro estão intimamente relacionados ao longo de toda a existência, determinando o jeito peculiar de cada pessoa envelhecer. Além disso, ao interiorizar suas experiências e colocar-se no mundo, a pessoa o faz de um modo particular, trazendo à tona não somente o que observou do meio externo, mas uma criação carregada de aspectos do seu mundo interno.

Por fim, Sant’anna (1997) assinala que a velhice é uma experiência vivenciada de forma não-homogênea e diversificada. E, essa fase da vida é diferente, de acordo com o contexto social em que viveu e vive o indivíduo. Portanto, não existe uma velhice, mas sim inúmeras, como uma dos ricos, outra dos pobres; uma da mulher solteira, outra da viúva, por exemplo (CALDAS, 1997).

5.7. O que significa ser mãe

No século passado, ser mãe e dedicar-se aos filhos era uma obrigação social e era considerado natural (ROCHA-COUTINHO, 1994). A maternidade era vista como essência da vida da mulher e essa idéia estava impregnada no imaginário social. Além disso, era através desse acontecimento vital que a mulher se realizava (DINIZ; COELHO, 2005), bem como era a maior razão de seu reconhecimento.

Nessa época em que elas vivenciaram a maternidade, sabe-se que a identidade dessa mulher-mãe, que cuidava da casa, era a que norteava o comportamento feminino (ROCHA-COUTINHO, 1994). Além disso, Sommerhalder e Nogueira (2000) afirmam que essa identidade era determinada pelos papéis de esposa e de mãe, conforme é expresso pelo recorte abaixo:

“Ser mãe é uma coisa muito delicada, muito bacana. (...). Ah, uma mãe é cuidar das tarefas da casa, do marido, do filho, que elas hoje não querem mais fazer isso, viu?” (Juliana, 74 anos, viúva)

Diante da verbalização dessa mulher, percebemos que as crenças e os valores do século passado, se encontram bastante enraizados nela, permanecendo até os dias atuais, apesar dela estar vivendo num contexto em que as mulheres possuem outra identidade, marcada pelo investimento efetivo em uma carreira profissional, bem como pela tentativa de conciliar esse aspecto com a vida familiar, conforme afirma Rocha-Coutinho (2005).

Bifano (2006) argumenta que a maternidade é um fator importante na vida da mulher, que demanda responsabilidade, compromisso, amor, paciência, energia física e mental, doação, capacidade de dar afeto e demonstrar alegria. Dias e Lopes (2003) acrescentam que a figura materna deve possuir paciência para educar seus filhos, bem como ser dotada de

disciplina e práticas educativas em seu repertório de comportamentos. De acordo com a fala de nossa entrevistada podemos evidenciar as demandas desse papel:

“Ah, mãe! Foi tudo pra mim. Foi muito bom. (...). Mãe é uma coisa muito importante, que tá criando, não é? As crianças para o futuro, pra vida. (...) Meus filhos sempre viveram a vida estudando e eu a ficar exigindo estudar.”
(Elisa, 93 anos, viúva)

Em relação a essa temática, Rocha-Coutinho (1994) comenta que o destino da família e da sociedade dependia dessa função de educadora por parte da mulher. Além dessa função, podemos ver também que, para essa senhora, a importância de ser mãe reside na responsabilidade de criar, no sentido de preparar os filhos para enfrentar a vida, que é um aspecto preocupante devido às dificuldades que encontramos em viver no mundo de hoje, por causa da violência, e do desemprego, por exemplo.

De acordo com o que foi mencionado por Bifano (2006), observamos que duas outras entrevistadas privilegiam outro aspecto do que é ser mãe. Para elas a mãe deve ser dotada de uma série de competências, tais como: dedicação, amor, compreensão, cooperação e diálogo com os filhos. As seguintes verbalizações evidenciam esse fato:

“Ahhhhhhh! Agora mexeu! Ser mãe é, eu nem sei, é uma coisa tão fina, é um privilégio tão grande de ser mãe, porque não é pra todo mundo, pode dizer, eu sou mãe, mas vamos ver aquela mãe. Eu quero ver uma mãe dedicada, amorosa, boa, compreensiva, com seus filhos, não é por tudo dar em troca, usar da, da agressividade, não é assim, é chamar, conversar, “Vamos conversar. Você errou, você tá errado, não continue”, e assim a gente faz a família, não é?” (Gisele, 79 anos, viúva)

“Maravilhoso. Ser mãe, não de enfeite, mãe, ser amiga de seus filhos, acompanhar na doença, na tristeza, cooperar em tudo, filho em primeiro lugar.” (Helen, 86 anos, viúva)

Além disso, constatamos também uma questão bastante presente na vida da mulher de meados do século XX – o comportamento de doação e renúncia. Podemos comprovar essa

afirmação de Rocha-Coutinho (1994), ao ver que a senhora acima diz: “*filho em primeiro lugar*”, ou seja, é priorizado viver em função, em prol dos filhos, mas podemos vislumbrar esse fato também na fala abaixo:

“Ah, meu Deus! Ser mãe é, é, é, é uma dádiva divina de Deus. Ser mãe é a coisa mais linda do mundo. Eu acho. É uma dádiva divina de Deus. Ave Maria, foi a maior, eu sei não, maior alegria, alegria da minha vida. Apesar de eu não ter casado com o pai dela, mas quando a minha filha nasceu, eu esqueci tudo de ruim do mundo. É muito lindo. É muito sublime a pessoa ser mãe. Você esquece, você não sei não. A gente fica querendo viver sempre em prol daquela criatura, né?” (Carolina, 82 anos, solteira)

Por fim, podemos observar que nas falas das entrevistadas, em geral, a expressão de sentimentos positivos, que lhes proporcionou felicidade e alegria. Assim, para elas a maternidade é um privilégio, o máximo que a mulher pode esperar da vida. Além disso, é um acontecimento tão relevante que o relacionam a aspectos divinos, enfim, é um aspecto vital que as tornou realizadas, conforme foi dito anteriormente por Diniz e Coelho (2005). As verbalizações abaixo confirmam os sentimentos vivenciados por essas mulheres:

“Eu achei que ser mãe foi tudo, que é uma benção de Deus ser mãe.” (Nina, 82 anos, separada)

“A coisa, nem tenho nem expressão pra dizer. Pai, mãe é uma coisa, então mãe. A palavra mãe é uma, a mãe é tão boa que se compara ao amor de Deus com o amor de mãe, já pensou? Coisa tão boa é uma mãe, lamentavelmente hoje ninguém dá valor, né?” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Tem aquele versinho que diz que ser mãe é padecer no paraíso (Ri). Ser, ser mãe eu adorei. Eu sempre dizia pro meu marido, eu acho que o dia mais feliz de minha vida, e ele concordava comigo, não foi nem o dia de nosso casamento, foi o dia do nascimento do primeiro filho. Eu fiquei tão feliz, tão feliz quando meu filho nasceu, então eu acho que ser mãe já é o máximo que a gente pode esperar da, da vida, eu acho.” (Laura, 85 anos, viúva)

Trata-se de uma idealização do papel de tal forma que não deixa transparecer o cansaço, o sacrifício, as despesas que a criação de um filho acarreta.

5.8. O que significa ser avó

Ser avó é uma função pertencente à configuração familiar que significa: a continuidade biológica; uma oportunidade de reavaliação da própria vida, e de complementação do *self*, fazer melhor do que fez quando foi mãe, ou seja, aprimorar-se; e ainda realização através dos netos (DIAS, 2004). Em concordância com a autora, Bacelar (2002) acrescenta que esse papel pode representar um ganho no sentido de significar a sobrevivência da espécie e sua continuidade por meio da família.

No que se refere a esse papel, reconhecidamente importante no seio familiar, Silva e Dias (1999) realizaram uma pesquisa cujo objetivo foi verificar como os avós percebem e experienciam seu papel. Essas autoras constataram que: 1) o significado do papel foi referido como fonte de felicidade e ser pai/mãe duas vezes; 2) a diferença sentida entre ser pai/mãe e ser avô/avó reside no fato que os avós são mais pacientes e têm menos responsabilidade; 3) as atividades realizadas com os netos são: visitar, telefonar e dar presentes; 4) numa comparação dada aos filhos e aos netos consideraram que é semelhante; 5) as expectativas em relação aos netos referem-se a que eles lhes tenham respeito e os tratem com carinho; 6) a frequência com que vêem os netos varia entre diária e semanal, indicando uma proximidade grande entre as gerações; 7) a mediação dos pais, tende a ser favorável ao estabelecimento do contato entre avós e netos; 8) acerca de como são recebidos os conselhos e orientações dados pelos avós, os pais os recebem com reconhecimento de sua experiência; 9) os netos com quem mantêm mais contato são as netas mais velhas; 10) as características dos avós ideais são compreensão e ter espírito jovem.

Em consonância com alguns aspectos dessa pesquisa, encontramos que nossas participantes afirmam que ser avó é: ser mãe duas vezes e é também fonte de alegria e orgulho. Isso pode ser demonstrado nas falas abaixo:

“Ah! Mas é muito bom. Uma mãe duas vezes (Ri). Avó é mãe duas vezes. É um carinho, um amor, que esse netinho me faz “Vó, eu te amo tanto vó. Tô com tanta saudade da senhora”, e eu digo “E, eu de você”, “A senhora me ama?”, eu digo “Isso não se pergunta”.” (Ri). (Daniela, 81 anos, viúva)

“É ser mãe duas vezes e eu já sou bisa.” (Ri) (Nina, 82 anos, separada).

“É ser mãe duas vezes, três vezes bisavó, três vezes.” (Juliana, 74 anos, viúva)

“Avó é a repetição da mãe.” (Laura, 85 anos, viúva)

“É também mais gostoso. Olhe, se você vê meus netos falando comigo pelo telefone, do Rio, você fica boba....” (Elisa, 93 anos, viúva)

“Vixe Maria! (Ri). Mãe duas vezes (Ri). Mãe duas vezes (Ri). Que são dois amores. É muito lindo ser avó. É lindo. É linda, minha coisa linda (Fala com voz infantilizada). Vovó é louca, apaixonada (Ri).” (Carolina, 82 anos, solteira)

Podemos observar acima como esse papel proporciona a elas satisfação, pois podem expressar muito carinho e amor, sendo assim, um aspecto positivo para a vivência delas.

Na relação entre avó e netos, Trigo (1998) comenta que elas vêem essa relação como um prolongamento do seu papel enquanto mãe. Desta forma, a avó é a figura mais requisitada para substituir as mães dos netos. Nas falas de nossas participantes podemos evidenciar esse aspecto em que a avó substitui a filha quando ela necessita. A exemplo disso, as entrevistadas comentam:

“Uma mãe, uma, uma avó abestalhada (Ri), uma mãe abestalhada porque mãe é mãe, e avó fica toda cheia de, quando ganha um neto, misericórdia, deixa tudo pra ficar com meu neto, minha filha trabalha, minha filha vai passear, minha filha tem que ir pra, e avó é quem que fica com o neto (Ri).” (Gisele, 79 anos, viúva)

“Ah! Meu Deus! Que coisa linda! (...) É esse, o Adriano que é gerente da Caixa Econômica, um amor louco por ele, meu primeiro neto. Minha filha

não passou bem, imagine que nós passamos no quarto, eu ficava de uma até meia-noite aninando, pra ele não chorar, pra não perturbar a mãe”
(Helen, 86 anos, viúva)

5.9. O que significa ser bisavó

Na atualidade podemos perceber que a probabilidade de ter a presença da bisavó na configuração familiar vem aumentando. Isso se deve à elevada expectativa de vida, a qual deve-se à melhoria das condições médico-sanitárias, de trabalho e de assistência social, resultando numa melhoria da qualidade de vida. A longevidade humana possibilita que haja uma maior interação entre as diversas gerações da família, o que não se observava décadas atrás (MORAGAS, 1997).

Conforme pudemos perceber, o papel de bisavó é de fundamental importância para a família, assim como é o de avó, porque elas desempenham o papel de guardiãs da história e são testemunhas vivas de acontecimentos dos quais somente elas participaram, bem como pelo papel de continuidade e de longevidade familiar que transmitem (TRIGO, 1998; GORAYEB, 2000).

Dias e Pinto (2003) realizaram uma pesquisa com bisavós, sobre a percepção desse papel, em que elas sentem-se importantes e orgulhosas de terem vivido tanto e chegado a ver os bisnetos, bem como apresentam sentimentos positivos, como amor, prazer, gratidão a Deus, alegria, cuidado e continuidade. Os seguintes relatos ilustram esses dados:

“Outra também, quando de bisavó já sabe que é outra coisa linda que vê, aí sou, já tenho um bisneto, já tô ah, que bom, fiquei alegre de receber um bisneto (Ri). O meu mesmo, eu sou louca por ele, que veio hoje (Ri). Tão bonitinho! Mas, minha filha, ele não parou aqui. Vixe mãe de Deus!” (Ri)
(Gisele, 79 anos, viúva)

“Ave Maria, que coisa louca! (Ri). É uma loucura, é a coisa mais linda, meu primeiro bisneto é esse que tá na UNICAP, já vai para o segundo período que significa o segundo ano, não é? E, tá fazendo muito bem.” (Helen, 86 anos, viúva)

“Ah, minha filha, eu gosto, gosto muito de ser bisavó...” (Juliana, 74 anos, viúva)

Nesse sentido, as participantes confirmam a pesquisa acima, ao constatarmos que acerca do significado de ser bisavó houve unanimidade na expressão de sentimentos positivos, destacando-se alegria e orgulho. Além disso, a maioria das bisavós relatou que ser bisavó era o mesmo que ser avó.

Comparando-se os papéis de avós e de bisavós, Dias e Pinto (2003) observaram que os limites entre esses papéis são mais tênues e não se diferenciam, exceto pela diferença de idade. Além disso, essas autoras afirmam que o relacionamento entre bisavós e bisnetos é dificultado por aspectos como: a distância geográfica, problemas financeiros e de relacionamento, bem como limitações por conta da idade. As seguintes verbalizações evidenciam alguns desses achados:

“Eu francamente tive mais emoção ao ser avó, talvez porque eu era, eu fui avó a primeira vez eu tinha quarenta e oito anos, né? A gente é avó já se dá mais. Hoje meus bisnetos, eu vou ver na maternidade, mas já não dão um bisneto pra eu cuidar. (...). Dentro das limitações da idade eu acho que é a mesma coisa, agora quando eu era mais nova eu podia fazer mais, hoje eu posso fazer menos, mas o que eles me dão é a mesma coisa.” (Laura, 85 anos, viúva)

“Ainda mais gostoso. Agora bisavó fica mais distante, não é?” (Elisa, 93 anos, viúva)

Através da análise dos relatos acima, podemos constatar que a distância geográfica, bem como limitações por conta da idade são dificuldades que permeiam o relacionamento entre bisavós e bisnetos.

Ainda sobre esse tipo de relacionamento, concordamos com Silva e Dias (1999) quando elas afirmam que os avós são mais pacientes e têm menos responsabilidade. Esse aspecto foi evidenciado claramente em nosso estudo. A exemplo disso, uma das entrevistadas comentou:

“Também acho assim, não somente avó e bisavó a gente quer somente acarinhar, brincar, ter o aconchego deles, porque educar mesmo não, cabe aos pais, né? A responsabilidade é dos pais.” (Nina, 82 anos, separada).

Por fim, constatamos que esse papel proporciona a essas senhoras sentimentos positivos e, apesar das limitações observadas acima, elas se fazem presentes na vida de seus bisnetos, o que é possibilitado pelas segundas e terceiras gerações.

5.10. Relacionamento do idoso com a sociedade e das participantes com a família no transcorrer do tempo

A velhice não encerra uma realidade bem definida, ao contrário, é um fenômeno complexo cujo conceito relaciona-se a aspectos físicos, psicológicos, sociais, econômicos e culturais (FRANÇA; SOARES, 1997). Além disso, esse fenômeno não é uma concepção absoluta, mas uma interpretação sobre o percurso da existência que se transforma historicamente e que se insere de forma ativa na dinâmica dos valores e das culturas (BIRMAN, 1995).

Dessa forma, a maneira como a sociedade percebe a velhice, como interpreta os adoecimentos e como lida com a perspectiva da morte interfere, sobremaneira, na vida de cada indivíduo, em sua auto-imagem, na relação consigo mesmo, na sua capacidade de construir seu próprio caminho, de se adaptar ao meio ou transformá-lo em seu benefício, e na sua relação com os outros, idosos ou não (GUERREIRO; RODRIGUES, 1999).

Beauvoir (1990) afirma que o estatuto da velhice é imposto ao homem pela sociedade à qual pertence. Essa estrutura social destina ao velho seu lugar e seu papel, e o indivíduo é condicionado pela atitude ideológica da sociedade em relação a ele.

Na sociedade contemporânea, percebemos que há uma construção de uma nova imagem do idoso, a qual está atrelada a fatores econômicos. Nesse sentido, se o velho é pobre,

sua imagem da velhice ainda é associada ao sofrimento, à decadência, às doenças e às filas do INSS. No entanto, esse benefício é um avanço para esse idoso, apesar de não ser suficiente. Além disso, o governo, e a sociedade civil precisam rever essas questões, pois pode ocorrer um agravamento das condições previdenciárias dado ao aumento previsto da população idosa (VIEIRA, 1998).

Já no século passado, com o capitalismo, sabemos que quando o homem se tornava o idoso, ou seja, não tinha mais força de trabalho para vender, a sociedade o considerava como inútil e incômodo. Seu destino dependia essencialmente da família. Por afeição, ou por preocupação com a opinião, algumas famílias manifestavam solicitude com relação aos velhos, ou, pelo menos, tratavam corretamente. É nessa realidade que se encontram inseridas as verbalizações de nossas entrevistadas:

“... Era tratado como, cada um ficava lá no canto. Não tinha essa vida que a gente tem, que isso daqui da gente não é mal idade não, é boa idade (Ri). Os idosos antigamente, minha filha, era tá velho, deixa num canto, não vai pra num canto porque é velho, essas coisas toda, né? Eu achava assim. Eu tô achando que agora o tratamento está sendo muito, como é, muito, o tratamento muito mais assim, de mais atenção, de mais cuidados, tudo mais, não é? Ficou mais aprimorado o tratamento com os idosos, com a boa idade (Ri).” (Carolina, 82 anos, solteira)

“Porque um velho em casa é sempre um peso a mais, né, e nas famílias pobres hoje a velha e o velho que tem a pensão às vezes sustenta até a família, né? Mas, antigamente não, os velhos é, a riqueza do pobre eram os filhos, né, como eles diziam. Eles quando ficavam velhos não tinham pra onde ir, nem tinham como sustentar, não, não havia, não havia essa proteção do Governo. (...). Embora que a gente tenha umas regalias, tem um negócio do Estatuto dos Idosos, né, que é só no papel (Ri), porque na verdade pouca coisa tem o idoso e quem tem dinheiro passa muito bem. Eu falo do idoso pobre, né, do idoso pobre. Antigamente, porque o idoso de antigamente não tivesse o filho, a família pra ajudar, não tinha como viver mesmo. Hoje não, sempre tem a pensão dos velhos, tem a, a aposentadoria do marido, né?” (Laura, 85 anos, viúva)

Esta entrevistada acrescenta ainda:

“Eu acho que naquele tempo os idosos pela sociedade e pelos e pela família era bem tratados do que hoje. Porque hoje eu tenho a sorte de estar aqui porque eu posso pagar meu pensionato, mas o idoso em geral, você perguntou todos os idosos, eram muito abandonados, eu acho, eram muito abandonados, quem não tinha, quem não tinha, não havia essa possibilidade desses, desses pensionatos, desses asilos também pra os mais pobres, né? Naquele tempo, não havia a possibilidade disso, né? De ter asilo, porque hoje tem asilo mesmo pro mais idosos, mais pobres, mais tem. A terceira idade hoje é mais protegida, né? Mas, naquele tempo eles eram mais abandonados” (Laura, 85 anos, viúva)

Dessa forma, podemos observar, a partir desses relatos, as diferentes condições dos idosos no passado e no presente. Antigamente, eles não eram amparados pelo Estado, caso não tivessem condições financeiras, teriam que morar e ser sustentados pelos filhos. Na atualidade, eles já possuem algumas regalias, como os benefícios proporcionados pela previdência social e, no caso de não terem um local para residir, hoje eles contam com asilos. No entanto, vale destacar que essas não são condições necessárias para os idosos terem uma qualidade de vida.

Nas sociedades tradicionais encontrou-se, com frequência, uma atitude de respeito para com os idosos, os quais eram considerados guardiões da sabedoria; já nos dias atuais, principalmente em países em desenvolvimento, que estão em processo de intensas transformações, como a erosão das estruturas familiares tradicionais, observa-se que muitos idosos tendem a perder seu valor social e a ser visto como carga adicional (VERAS, 1999).

Este autor acrescenta que, no passado, o *status* e o prestígio dos idosos era elevado, mas nos últimos anos, à medida em que o processo de urbanização e industrialização se ampliou, também aumentou a discriminação dirigida às pessoas idosas, subestimando-se a sabedoria e o conhecimento acumulados por elas no decorrer de suas vidas. Assim, verifica-se que o idoso tem pouco espaço numa sociedade competitiva e consumista, sendo condenado ao abandono e à falta de oportunidade (AZAMBUJA, 1995).

Em consonância com Veras (1999) e Azambuja (1995), Beauvoir (1990) assinala que o prestígio da velhice diminuiu muito, pelo descrédito da noção de experiência. A sociedade globalizada de hoje não crê que, com o passar dos anos, o saber se acumule, mas sim, que acaba perecendo. A idade acarreta uma desqualificação. São os valores associados à juventude que são apreciados.

Dessa forma, as falas de nossas entrevistadas demarcam essa realidade vivida pelos idosos nos dias atuais:

“Ah, minha filha! Era como hoje nada, era muito bem tratados. (...) A gente tinha um maior respeito.” (Daniela, 81 anos, viúva)

“Era um respeito muito grande, né? (...). Eu acho que o idoso é muito escanteado.” (Nina, 82 anos, separada)

“Ah! Era muito respeito. Eu me lembro quando eu era pequena, tinha uma, uma senhora. Ela era pedinte, coitadinha. Ela passava lá por casa. ... e, aí essa velhinha chegava lá em casa, a gente tinha que dar a bênção a ela. “Bença.”, “Deus te abençoe.”, botava a mão na minha cabeça e tudo (...)” (Juliana, 74 anos, viúva)

Em relação aos dias atuais, ela diz:

“Eu noto que são muito maltratados, viu? Agora ... tem pessoas aí que idosa que vou te contar. Sofre um bocado, é.” (Juliana, 74 anos, viúva)

“Mas, eu acho que era melhor do que hoje. Hoje, a gente vê muita, muitos jovens, pais, como é que diz, filhas, filhas, que não ligam pra seus pais e antigamente a gente via mais que as pessoas eram mais dedicadas aos velhos, as pessoas de idade e hoje são tão rejeitados. É. Eu noto, noto mesmo e sei que é uma verdade. É.” (Gisele, 79 anos, viúva)

Ao analisar os relatos das nossas entrevistadas, notamos que todas foram unânimes em afirmar que o idoso era respeitado e considerado, apesar de não haver uma rede de proteção e assistência social conforme encontramos atualmente. Assim, quanto à percepção dessas

senhoras acerca do tratamento dos idosos pela sociedade, a maioria afirmou que havia uma maior dedicação a eles, e que atualmente há um desrespeito dos jovens e o afastamento deles no laço afetivo com os idosos.

É importante mencionar que nossos achados corroboraram um estudo realizado por Santos (2006), o qual tinha como um de seus objetivos identificar como foi vivenciada, pelo idoso, a mudança de tratamento em relação a si, por parte da sociedade. É importante frisar que essa pesquisadora tinha como participantes idosos do sexo masculino, a partir de 60 anos, casados, viúvos ou separados, camada social média, da área urbana, vivendo com família e inseridos na comunidade de Paulo Afonso. Seis dos entrevistados participam do Projeto da Faculdade (Universidade Aberta a 3ª Idade) e seis idosos não freqüentam o projeto, porém residem na comunidade.

Veras (1999) comenta que, na sociedade globalizada, há cada vez menos jovens em condição de dar apoio a seus familiares mais velhos; essa situação decorre da queda da taxa de natalidade, bem como do aumento da expectativa de vida dos idosos. Além disso, por motivos diversos, as famílias oferecem, hoje, menos assistência a seus idosos, se comparado às décadas passadas.

Compartilhando do mesmo ponto de vista, Coelho (2002) afirma que, na sociedade atual, devido à distância entre as cidades de maior porte e à necessidade das pessoas trabalhar, o contato pessoal e a intimidade vão sendo negligenciados. E, à medida em que o filho se envolve nas tarefas da idade madura e tem sua própria família constituída com genros/noras e netos, é esperado que passe seu tempo voltado para as gerações contemporâneas e seus descendentes. Além disso, seus filhos, muitas vezes, priorizam a carreira, em detrimento da intensidade de contato familiar; assim, o idoso sente a diferença do modelo vivido entre ele e o filho, sentindo-se abandonado, muitas vezes.

Todavia, em nosso estudo, acerca da maneira da família se relacionar com essa mulher idosa, ao longo dos anos, encontramos outra realidade, em que essas senhoras recebem atenção e carinho de seus familiares, conforme foi descrito pelas verbalizações:

“Não. Tudo mesmo jeito, graças a Deus. Tudo, tudo. Todos sempre vêm se aproximando, se aproximando, não me deixam. Aquela consideração, aquela atenção, procura saber como eu tô, me chama, passo tempo na casa de um, passo tempozinho na casa de outro. Tudo sempre bem, graças a Deus.”(Gisele, 79 anos, viúva)

“Não, não, ao contrário. Bem, pra eu vir pra cá foi uma reação muito grande. Nem meus irmãos, nem minha filha, meus netos, meu genro também até questionou. Não, continua o mesmo carinho, telefone, a minha sobrinha que mamãe foi quem criou, que eu ajudei a criar, que mora em Brasília, telefona diariamente, às vezes duas vezes por dia ela telefona de Brasília, pra saber como é que eu estou, se eu preciso de alguma coisa e tudo. E, graças a Deus eu tenho um apoio muito grande deles, da minha família. Olha, eu sou uma velhinha tranqüila.” (Nina, 82 anos, separada)

“Não, é a mesma coisa. (...). Mas, todos se dão comigo e gostam de mim e das meninas (filhas dela).” (Carolina, 82 anos, solteira)

“Mudou pra melhor (Ri). Porque à proporção que vão crescendo, vão tomando mais conhecimento da minha importância na família, né? (Ri) E cada um me faz carinho, me puxa mais pra cá. (...). Eu vivo muito bem, eu me sinto muito bem, aqui com meus filhos, com meus netos. Não me falta carinho” (Laura, 85 anos, viúva)

“Não. Muito carinhosa comigo. Toda a minha família.” (Helen, 86 anos, viúva)

“Não. Sempre me trataram muito bem. Meus irmãos sempre foram muito amigos, muito amigo.” (Elisa, 93 anos, viúva)

Dessa forma, constatamos que nossas participantes mostraram-se satisfeitas porque são amparadas e acolhidas por suas famílias, o que não ocorre com outros idosos, segundo a opinião delas e da literatura exposta neste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, é necessário destacar que optamos por investigar a mulher idosa em virtude de sua importância no estabelecimento das relações familiares, de sua disponibilidade para participar de pesquisas e de sua maior longevidade.

Nessa investigação, procuramos averiguar, na perspectiva dessa mulher, os papéis vivenciados ao longo do ciclo vital da família. Especificamente, buscamos compreender o papel representado pelas mulheres idosas na família como filha, esposa, mãe, avó e bisavó (se o for); identificar como elas percebem o relacionamento dos idosos com a sociedade, bem como o delas com suas famílias no transcorrer do tempo; e estudar a percepção que essas idosas têm das transformações ocorridas ao longo do ciclo vital da família.

Para a consecução de nosso estudo, contamos com a participação de seis senhoras viúvas, uma separada e outra solteira, as quais tinham que ser necessariamente avós, pois, dessa forma, teríamos possibilidades de pesquisar um maior número de papéis assumidos pela figura feminina.

Frente aos resultados obtidos, concluímos que as idosas viúvas não exerceram atividade remunerada. Entre elas, uma parou de trabalhar quando as filhas nasceram; e outra, quando se casou. A maioria delas mencionou que o marido mantinha o orçamento familiar, bem como era o responsável pelas decisões na família.

Acerca da vida conjugal, sabemos que ter uma vivência satisfatória é um desafio para aqueles que se propõem a construir a vida a dois, e para os que buscam contribuir na resolução dos dilemas inerentes ao relacionamento de casal. Entretanto, notamos a existência de uma visão romântica, com respeito a essa vivência, sendo um consenso entre todas as

participantes de que se casaram por amor. Inferimos que a predominância dessa idéia parece estar relacionada a valores e a crenças impostos pela sociedade da época.

Em relação à fase da criação dos filhos, os dados obtidos nos intrigaram porque, de forma geral, as respostas apresentadas pelas entrevistadas estiveram relacionadas a uma visão idealizada do papel materno, em que não foi mencionado que cuidar dos filhos é uma função que demanda sacrifício, doação e gastos financeiros. Podemos hipotetizar que, na fase da velhice, muitas idosas podem sentir saudades de quando seus filhos eram pequenos e, nesse momento, passam a relembrar apenas a satisfação, a felicidade e a alegria que esse acontecimento lhes proporcionou.

Tentando compreender de que forma o desejo da maternidade se articulou no século XX, pudemos observar, a partir dos discursos de nossas participantes, que a experiência de ser mãe vem lhes colocar num estado de completude, pois todas elas demonstraram satisfação com a chegada de sua prole. Acerca dos papéis de avós e de bisavós, o relacionamento delas com seus descendentes (netos e bisnetos) é bastante próximo e satisfatório. Além disso, a maior convivência entre essas gerações foi um fator facilitador, no sentido de propiciarem mutuamente afeto e assistência.

Destacou-se, ainda, a concepção da mulher como cuidadora e responsável pela felicidade e bem-estar da família. Nesse estudo, pudemos demonstrar que as mulheres trazem um forte legado transgeracional relacionado ao estereótipo de gênero, no sentido de que cabe à mulher o cuidar dos demais. Esse dado parece corroborar a tradicional função da mãe como responsável pelo cuidado e mediação das relações familiares.

Através desses achados, evidenciamos que essas mulheres moldaram-se aos padrões estabelecidos pela sociedade do século passado, particularmente, elas deram continuidade aos modelos vigentes nas décadas de 20 e 30, já que elas eram responsáveis pelos afazeres domésticos, bem-estar dos filhos e do esposo; abandonavam a vida profissional quando se

casavam ou chegavam os filhos; adotavam um comportamento de subordinação, o qual era natural e seus maridos assumiam o papel de provedores da família.

Todavia, nessa investigação, uma questão merece relevância: o fato de duas participantes terem se distanciado do modelo clássico de divisão de gênero dos papéis e funções familiares: uma era solteira e a outra divorciada, ambas trabalhavam. Esta última mantinha financeiramente seu lar, bem como era responsável pelas decisões importantes, ou seja, foram mulheres à frente de seu tempo e que infringiram os padrões vigentes na sociedade em meados do século XX.

Dessa forma, nossos resultados permitem apresentar essas diferenças que se estabeleceram e nos mostram os primórdios da evolução social da mulher, a qual é um ser em construção. Permite também inferir que, a partir desse momento histórico, a mulher começa a buscar o seu desenvolvimento e a realização de suas potencialidades.

Outro objetivo específico da pesquisa foi avaliar o tratamento dispensado aos idosos por parte da sociedade e da família. Nesse sentido, elas o percebem como de muito respeito, mas reconheceram que os idosos, anteriormente, não eram assistidos pelos serviços de saúde, assistência social, e nem pela Previdência. Para elas, os idosos eram valorizados na família, mas, quando se referiram ao idoso da contemporaneidade, afirmaram que eles não detêm o mesmo respeito por parte da sociedade, nem da família.

Não obstante, sobre o relacionamento delas com a família, todas as entrevistadas o perceberam como satisfatório, dizendo que recebem atenção e carinho, são amparadas e acolhidas, diferentemente do que ocorre com os idosos, de modo geral, na atualidade, segundo o ponto de vista delas. Diante disso, uma questão se coloca: como agir para que os idosos sejam mais reconhecidos pela sociedade em geral?

Acerca da Teoria do Ciclo Vital da família, foi com satisfação que observamos que essa nova maneira de pensar a trajetória familiar adequa-se ao nosso estudo e nos permite uma

leitura flexível e dinâmica da família das entrevistadas ao longo de sua vida. Foi essa leitura que nos possibilitou relacionar e relativizar os aspectos levantados na pesquisa.

Notamos, dessa forma, que a maioria das idosas vivenciou esse ciclo como uma série de etapas nas quais formaram um novo núcleo familiar e assumiram o papel de esposas. No entanto, duas participantes o experienciaram como um processo de diferenciação e de aquisição de autonomia.

Vale salientar que todas essas senhoras idosas assumiram os papéis de mãe, avó e, algumas, o de bisavó, bem como abandonaram o papel de filha. Nesse ínterim, elas vivenciaram essas fases dentro do Ciclo Vital da família, de forma espontânea, ou seja, com naturalidade, sem contestações, apesar das imposições sociais que eram direcionadas à mulher. Constatamos também que a mulher idosa tem sua importância na família através desses papéis que exerce durante o Ciclo Vital, seja como cuidadora e educadora, seja como suporte afetivo e financeiro, por exemplo.

Diante dessa perspectiva, podemos avaliar com maior propriedade os papéis vivenciados pela mulher idosa, analisar as funções que elas tradicionalmente assumiram na família e mapear o funcionamento familiar do século XX. No entanto, avaliar, levantar críticas e buscar compreender construindo uma visão melhor do que se passava, no século passado e discutir o papel que é atribuído à mulher, não é tarefa que se esgote em um único estudo.

Ao proceder assim, corre-se o risco de criar a ilusão de que a mulher do final do século XX é inteiramente diferente da figura feminina de 60 ou 90 anos atrás. Isso porque essa alteração completa, em um século apenas, teria poucas chances de ocorrer. Dessa forma, mesmo que se admita que houve e está havendo uma evolução social da mulher e do casamento, é preciso considerar que algumas de nossas entrevistadas possuem valores, crenças e atitudes do século passado, os quais estão bastante enraizados.

Para realizar esta pesquisa convém ressaltar algumas dificuldades inerentes a ela, com as quais nos deparamos, e que poderão ser sanadas em investigações posteriores. Dessa maneira, apresentamos como limitações: o número reduzido de participantes em função do estado de saúde de algumas senhoras e o fato de metade do pensionato ser residido por idosas solteiras, que não tinham filhos.

Há que se ressaltar também a presença de algumas variáveis que, certamente, contribuíram para os resultados do nosso estudo, tais como: as diferenças individuais, as características da personalidade de cada participante, as experiências construídas através das influências familiares e das reações às situações circunstanciais, ou seja, a história vital de cada uma e a vivência particular da velhice.

É interessante assinalar que não contamos com resistência, por parte das entrevistadas, em expor fatos que ocasionam lembranças, às vezes dolorosas, trazendo para o presente sentimentos e emoções guardadas, que o tempo amenizou. Todavia, por conta dessa possibilidade, propusemos atendimentos focais, caso houvesse necessidade, a fim de fornecer um suporte a elas. Para tanto, cabe informar que as participantes estão recebendo um acompanhamento psicológico proporcionado pelo referido pensionato.

Outro aspecto que deve ser mencionado, refere-se ao nível sócioeconômico das entrevistadas, pois elas sempre pertenceram a um segmento privilegiado - classe média e alta, o que propiciou uma vida sem grandes preocupações financeiras. Atualmente elas também desfrutam de uma velhice diferenciada, ou melhor, privilegiada.

Ao refletirmos sobre esses padrões - sociais, econômicos e culturais, pensamos na possibilidade deles influenciarem as respostas das entrevistadas, porque elas estão inseridas em uma realidade de vida diferente da de outras idosas. Apoiados nessa hipótese, cogitamos que algumas respostas podem ser devido ao meio social (elite), em que essas mulheres

estavam inseridas. Além disso, é importante aludir sobre as particularidades do ambiente onde elas residem atualmente, pois isso se reflete em nossos resultados.

A par da relevância dos papéis da mulher para a família e a sociedade, eles têm tido pouco reconhecimento e são realizados escassos estudos no Brasil, embora reconheçamos que há um movimento principiante. Nesse contexto, sugerimos a continuação de pesquisas que possam aprofundar essas questões, como forma de obtermos cada vez mais conhecimentos sobre a influência do contexto sócio-econômico-cultural ao qual essa mulher idosa pertence.

Vale salientar que os dados da presente pesquisa foram extraídos de uma amostra nordestina, que tem valores e cultura próprios, diferentes, portanto, dos de outras regiões do Brasil. Nesse âmbito, os resultados obtidos não podem ser generalizados, porém auxiliam a compreender a nossa realidade, segundo a temática estudada. Desse modo, sugerimos a realização de estudos em outras regiões brasileiras, a fim de se constatar ou não os nossos achados e, no caso de haver divergências, inferimos que uma das hipóteses se deva a questões culturais, por exemplo. Acreditamos que investigações, em distintos contextos, podem responder a essas e outras questões que, porventura, venham a aparecer.

Há necessidade, também, da realização de pesquisas que explorem outras dimensões acerca dessa rica e surpreendente etapa do desenvolvimento humano – a velhice - visto que existe a possibilidade de uma frequência, cada vez maior, dessa população na nossa sociedade. Entre essas dimensões poder-se-iam investigar idosas de outro nível sócio-econômico; bem como fazer um estudo acerca dos papéis dessas senhoras idosas durante o ciclo vital, segundo as percepções dos filhos e dos netos, para que obtenhamos, cada vez mais, conhecimentos que possam contribuir para trazer mais informações e esclarecimentos acerca dos papéis da mulher, ao longo dos anos.

Cabe, nesse momento, aos profissionais da área divulgar e realizar projetos que direcionem a sociedade a refletir, conscientizando-a e informando-a desse contexto, para que

ela tenha consciência da importância da mulher idosa; e até para a própria idosa incorporar sua relevância social e familiar. Para isso, trabalhos precisam ser desenvolvidos pelos profissionais das áreas humanas e sociais, objetivando aprimorar o relacionamento interpessoal dessa mulher e mostrar sua importância no suporte e apoio à família.

Esperamos que este estudo propicie um incremento de pesquisas, no que concerne aos papéis vivenciados por essa população; que contribua, através da disponibilização dos resultados, para a pesquisa científica sobre a mulher idosa; que colabore com a bibliografia atual sobre os papéis dela como mulher; e que proporcione uma reflexão sobre a velhice, na tentativa de subsidiar projetos de melhoria da qualidade de vida da idosa.

Finalmente, almejamos que essa produção científica contribua para o avanço do conhecimento na área de família, fornecendo material para a ampliação do trabalho de pesquisadores e profissionais, subsidiando o avanço da Teoria do Ciclo Vital e a melhoria no campo da Família.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA T. Expressão e criatividade na terceira idade. *In*: VERAS, R. (Org.) **Terceira idade**: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1995, p. 97-110.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BACELAR, R. **O lugar da avó**. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abrantes – FASA, 2002.

BARROS, C. S. G. **Pontos de psicologia do desenvolvimento**. São Paulo: Ática, 2000.

BARROS, M. L. **Autoridade e Afeto**: avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. *In*: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 607-639.

BASSOF, E. **Mães e filhas**: a arte de crescer e aprender a ser mulher. São Paulo: Saraiva, 1991.

BEAUVOIR, S. **A Velhice**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

BERES, V. L. G. **Quando nos tornamos velhos?** aspectos internos e externos desta questão. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2002.

BERTHOUD, C. M. E. Uma leitura comparativa das fases. *In*: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 223-251.

BERTHOUD, C. M. E. Visitando a fase de aquisição *In*: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 31-57.

BERTHOUD, C. M. E.; BERGAMI, N. B. B. A família em fase de aquisição. *In*: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 47-73.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 16, n. 3, p. 01-14, 2000.

BIFANO, E. **Mãe é também é mulher**. 2006. Disponível em:
<<http://www.clickfamilia.org.br/pub/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=460&sid=12>> Acesso em: 08 abril de 2006.

BIRMAN, J. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. **In:** VERAS, R. (Org.) **Terceira idade**: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1995, p. 29-48.

CALDAS, C. P. Memória, trabalho e velhice. Um estudo das memórias de velhos trabalhadores. *In:* VERAS, R. (Org.) **Terceira idade**: desafios para o terceiro milênio. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1997, p. 121-142.

CARBONE, A; COELHO, M. R. M. A família em fase madura. *In:* CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 101-120.

CARDOSO, R. **A mulher no século XX**. 1999, Disponível em:
<http://www.comunitas.org.br/docs/a_mulher_no_seculo_xx.pdf> Acesso em: 15 março de 2006.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: uma estrutura para a terapia familiar. *In:* _____. (Orgs.) **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 07-29.

CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

CERVENY, C. M. O. Pensando a família sistematicamente. *In:* CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 17-27.

COELHO, M. R. V. P. Visitando a fase última. *In:* CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 127-160.

COSTA, G. P. **A cena conjugal**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

DIAS, C. M. S. B.; SILVA, D. V. Avós: uma revisão da literatura nas três últimas décadas. *In:* FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**, entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau, 1999, p. 118-149.

DIAS, C. M. S. B. A influência dos avós nas dimensões familiares e social. **Revista Symposium**, v. 6, n. 1/2, 34-38, 2002.

_____. Aspectos teóricos e de pesquisa na relação avó-netos. **Revista Pensando Famílias**, v. 6, n. 7, 89-98, 2004.

DIAS, C. M. S. B.; PINTO, V. C. O papel de bisavós na perspectiva de mulheres idosas. **Revista Interloquções**, ano 3, n. 1 e 2, p. 136-154, 2003.

DIAS, C. M. S. B.; SILVA, M. A. S. Os avós na perspectiva de jovens universitários. **Psicologia em Estudo**. v. 8, número especial, p.55-62, 2003.

DIAS, A. C. G.; LOPES, R. C. S. Representações de maternidade de mães jovens e suas mães. **Psicologia em Estudo**, v. 8, número especial, p. 63-73, 2003.

DINIZ, G. R. S. Homens e mulheres frente à interação casamento-trabalho: aspectos da realidade brasileira. *In*: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, p. 31-54.

DINIZ, G.; COELHO, V. A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. *In*: FÉRES CARNEIRO, T. **Família e casal**: efeitos da contemporaneidade. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005, p. 138-157.

FALCKE, D.; DIEHL, J. A.; WAGNER, A. Satisfação conjugal na atualidade. *In*: WAGNER, A. (Org.) **Família em cena**: tramas, dramas e transformações. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 172-188.

FÉRES CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: construção da identidade conjugal. *In*: _____. (Org.). **Casamento e família**: do social à clínica. Rio de Janeiro: Nau, 2001, p. 67-80.

FERRO-BUCHER, J. S. N. O casal e família sob novas formas de interação. *In*: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Casal e família**: entre a tradição e a transformação. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, p. 82-95.

FERRO-BUCHER, J. S. N. Família, locus de vivências: do amor à violência. *In*: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal**: arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Loyola, 2003, p. 169-183.

FLECK, A. C.; WAGNER, A. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, número especial, 2003, p. 31-38.

FRANÇA, L. H.; SOARES, N. E. A importância das relações intergeracionais na quebra de preconceitos sobre a velhice. *In: VERAS, R. (Org.) Terceira idade: desafios para o terceiro milênio.* Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1997, p. 143-169.

FREITAS, S. Elas enfrentam o desemprego deles. *Revista mulher, lar & família.* v. 4, n. 19, p. 40-44, 2004.

GOMES, I. C. Visão histórica do casamento e sua relação com a formação da família. *In: _____.* **O sintoma da criança e a dinâmica do casal.** São Paulo: Editora Escuta, 1998, p. 27-38.

GONZÁLEZ, T. B. D.; ANDRADE, A. M. E.; VEA, H. B. Caracterización de las relaciones familiares del anciano. *Revista Cubana Med Gen Integr,* v. 17, n. 5, p.418-422, 2001.

GORAYEB, R. Raízes de nossa história. *Viver Psicologia.* v. 7, n. 91, p. 30-1, 2000.

GUERREIRO, T.; RODRIGUES, R. Envelhecimento bem-sucedido: utopia, realidade ou possibilidade? Uma abordagem transdisciplinar da questão cognitiva. *In: VERAS, R. (Org.) Terceira idade: alternativas para uma sociedade em transição.* Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1999, p. 51-69.

HACKNER, I. T.; FLECK, A. C.; ZORDAN, E. P.; WENDLING, M. I. O Casamento na Atualidade. *In: I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão.* Painel. São Paulo, 2002, p. 1470.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, **Censo 2000**, Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 25 de setembro de 2005.

JABLONSKI, B. **Até que a vida nos separe:** a crise do casamento contemporâneo. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

LUISI, L. V. V.; CANGELLI FILHO, R. A família em fase adolescente. *In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa.* São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 75-99.

MELO, Z. M.; PEREIRA, Z. D. O papel da mulher na família pernambucana nos anos 30. *In: AMAZONAS, M. C. L. A.; LIMA, A. O.; DIAS, C. M. S. B. (Orgs.) Mulher e Família: diversos dizeres.* Recife, 2006, p. 175-189.

MORAGAS, R. M. **Gerontologia social:** envelhecimento e qualidade de vida. São Paulo: Paulinas, 1997.

MOTTA, A. B. Sociabilidade possíveis: idosos e tempo geracional. *In: PEIXOTO, C. E. Família e Envelhecimento.* 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 109 – 144.

OLIVEIRA, A. L., CERVENY, C. M. O. Visitando a fase madura. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 87-126.

PINTO, V. C.; AMAZONAS, M. C. L. A. Ser mulher... In: AMAZONAS, M. C. L. A.; LIMA, A. O.; DIAS, C. M. S. B. (Orgs.) **Mulher e Família: diversos dizeres...** Recife, 2006, p. 27-42.

QUINTAS, F. **A mulher e a família no final do século XX**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 2000.

RICOTTA, L. **Mulher: esse ser quase que impossível**. 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_hfga.html> Acesso: em: 01 de junho de 2006.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Quando o executivo é uma dama: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 57-77.

ROCHA-COUTINHO, M. L. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem-sucedida. In: FÉRES CARNEIRO, T. (Org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2005, p. 122-137.

SANT'ANNA, M. J. G. UNATI, A velhice que se aprende na escola: um perfil de seus usuários. In: VERAS, R. (Org.) **Terceira idade: desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Unati, 1997, p. 75-102.

SANTOS, I. E. **Homem Idoso: vivência de papéis durante o ciclo vital da família**. Dissertação de mestrado. Departamento de Psicologia, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2006.

SILVA, J. L., ALVES, L. F., COELHO, M. R. M. A família em fase última. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) **Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 121-132.

SILVA, N. P.; DIAS, C. M. S. B. Avôs e avós: percepção do papel. **Revista Symposium**, Nova Fase, v. 3, número especial, p. 51-67, 1999.

SOARES, J. S.; CARVALHO, A. L. Mulher e mãe, “novos papéis”, velhas exigências: experiência de psicoterapia breve grupal. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, número especial., p. 39-44, 2003.

SOMMERHALDER, C.; NOGUEIRA, E. J. As relações entre gerações. In: NERI, A. L.; FREIRE, S. A. (Orgs.) **E por falar em boa velhice**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2000, p. 101-112.

SZAPIRO, A. M.; FÉRES-CARNEIRO, T. Construções do feminino pós anos sessenta: o caso da maternidade como produção independente. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, 2002, p. 179-188.

TRIGO, S. C. M. **A Percepção que as crianças têm dos seus avós**. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Monografia de Licenciatura em Psicologia Educacional. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1998.

UCHÔA, E. Contribuições da antropologia para uma abordagem das questões relativas à saúde do idoso. *In*: **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 849-853, 2003.

VERAS, R. P.; RAMOS, L. R.; KALACHE, A. Crescimento da população idosa no Brasil: transformações e conseqüências na sociedade. **Rev Saúde Publica**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 225-233, jun, 1987.

VICENTE, R. M. P. S. Família e mudança. *In*: CERVENY, C. M. O. (Org.). **Família e...** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 39-51.

VIEIRA, D. F. A Velhice nos Tempos Atuais. Mesa Redonda do 11.º Congresso Brasileiro de Psicodrama. **Revista Catharsis**, 1998. Disponível em: <http://www.revistapsicologia.com.br/materias/abordagens/m_abordagens_velhice.htm> Acesso em: 21 Abril de 2005.

WALSH, F. A família no estágio tardio da vida. *In*: CARTER, B.; McGOLDRICK, M. (Orgs.). **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p. 269-290.

WARNER, E. M. A contribuição da psicologia no campo da gerontologia social. **Revista SESC (A Terceira Idade)**, ano X, n. 13, p. 47-60, 1998.

WENDLING, M. I.; WAGNER, A. Saindo da casa dos pais: a construção de uma nova identidade familiar. *In*: WAGNER, A. (Coord.) **Como se perpetua a família?** A transmissão dos modelos familiares. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005, p. 123-134.

ANEXOS

ANEXO I: Dados sócio-demográficos e roteiro da entrevista

Dados sócio-demográficos

1. Idade?
2. Nível de escolaridade?
3. Religião?
4. Naturalidade?
5. Estado civil?
6. Duração de tempo de união?
7. Quantos filhos, netos e bisnetos?
8. Exercia função remunerada? Qual?
- Se não, quais suas habilidade/ocupação?
9. Por quem era mantido o orçamento familiar?
10. Atualmente, de onde provém sua renda?

Roteiro da entrevista

1. Possui parentes? Quantos? Quais?
2. Tem amigos?
3. Recebe visitas? Com que frequência? Quem a visita?
4. Como a Senhora viveu a fase inicial do casamento?

- Como era seu relacionamento com seu esposo?

5. E quando os filhos chegaram? Como foi?

- Seu esposo a auxiliava na criação dos filhos? Como?

- Quem era responsável pelas decisões importantes na família?

6. E quando os filhos cresceram, o que mudou?

- Como a Senhora viveu a saída dos filhos de casa?

- E quando chegaram os netos como a Senhora se sentiu? A Senhora se ocupava deles?

- Como é sua relação com as famílias constituídas pelos filhos?

7. O que a Senhora se sentiu com a aposentadoria?

- Como o casal reorganizou a vida após a aposentadoria?

- Que mudanças a aposentadoria trouxe para a Senhora?

8. Após a viuvez/separação, como foi reorganizada sua vida diária?

- Quais as mudanças mais difíceis trazidas pela viuvez?

9. A maneira como sua família lhe trata mudou ao longo dos anos? Como? Por quê?

(Do ponto de vista do marido, dos filhos, dos genros/noras, dos netos, da sociedade).

10. Como os idosos eram tratados quando a Senhora era criança? E atualmente como são tratados?

(Em relação à saúde, família, emprego, filhos, segurança, assistência social).

11. Quais as características de uma família ideal?

- Quais as melhores características de sua família?

- Caso a Senhora tivesse oportunidade, o que mudaria em sua família?

- Na sua opinião, quais são as principais funções do pai, da mãe e dos filhos na família? Estas funções eram características de sua família?

12. Como está sua vida na fase atual?

13. Qual sua meta nesta fase da vida?

14. O que significa para Senhora ser mãe, avó e bisavó?

ANEXO II: Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: **Percepção de papéis durante o ciclo vital da família: a perspectiva da mulher idosa.**

Eu, Nome da participante, dou meu consentimento livre e esclarecido para minha participação como voluntária do projeto de pesquisa supra-citado, sob a responsabilidade da pesquisadora Dr.^a Cristina Maria de Souza Brito Dias, professora da Universidade Católica de Pernambuco.

Assinado este Termo de Consentimento estou ciente de que:

- 1) O objetivo da pesquisa é investigar, na perspectiva da mulher idosa, os papéis vivenciados ao longo do ciclo vital da família.
- 2) Durante o estudo participarei de uma entrevista composta de questões relacionadas ao objetivo acima mencionado.
- 3) Obtive todas as informações necessárias para poder decidir conscientemente sobre a participação na referida pesquisa.
- 4) Meus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho exposto acima, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
- 5) Poderei contactar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa, o qual encaminhará o procedimento necessário.

Recife, de de 2005

Assinatura da Participante
Número do RG

ANEXO III: Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
COORDENAÇÃO DE PESQUISA**

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP
Registro nº 25000-050953/2004-81 CONEP/CNS/MS, de 22/04/2004

Recife, 25 de novembro de 2005

PARECER CEP N° 087/2005

O Comitê, em reunião do dia **25 de novembro de 2005**, considerou **APROVADO**, o projeto de número **CAAE-1134.0.000.096-05**, intitulado:

- **"PERCEPÇÃO DE PAPÉIS DURANTE O CICLO VITAL DA FAMÍLIA: a perspectiva da mulher idosa",**

que tem, como pesquisador(a) principal:

- **Prof(a) Dr(a) Cristina Maria de Souza Brito Dias (PSICOLOGIA)**

RESUMO DO PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

- O estudo não apresenta riscos de agravos éticos e está em consonância com a Resolução 196/96 do Conselho de Saúde, com a Declaração do Helsinque e com o Código de Nuenberg para experimentação humana.

Valemo-nos da oportunidade para solicitar-lhe que, ao consultar a UNICAP/PROPESP, indique o número do processo já referenciado.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Junot Cornélio Matos
Presidente
Comitê de Ética em Pesquisa da UNICAP

Profa. Dra. Arminda Saconi Messias
Coordenadora de Pesquisa